

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**PROFISSÃO: DO LAR**

**A (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO COMO  
DESDOBRAMENTO DA (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO**

**LUCIANA DA SILVA SANTOS**

**BRASÍLIA**  
**JUNHO DE 2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**PROFISSÃO: DO LAR**

**A (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO COMO  
DESDOBRAMENTO DA (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO**

**LUCIANA DA SILVA SANTOS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia Clínica e Cultura  
(PsiCC), como requisito parcial à obtenção do  
grau de mestre.**

**ORIENTADORA: GLAÚCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD**

**BRASÍLIA, DF**

**2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**Profissão: Do Lar**

A (Des)Valorização do Trabalho Doméstico como Desdobramento  
da (In)Visibilidade do Feminino

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz  
Universidade de Brasília

---

Membro Externo: Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Membro Interno: Dra. Vera Lúcia Decnop Coelho  
Universidade de Brasília

---

Membro Suplente: Dra. Ana Lúcia Galinkin  
Universidade de Brasília

**Brasília, 27 de junho de 2008**

*“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”.*  
- Jean Cocteau -

*À minha mãe, uma dona-de-casa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer. Tornar-se grata. Reconhecer e fazer referência à colaboração de outras pessoas em minha vida, como se fosse possível listar a todos(as) que devo agradecimentos.

De fato, não muito por este trabalho em específico, mas por todo o caminho percorrido até aqui, renderiam infinitas gratidões a um número incalculável de pessoas, pelas mais diversas contribuições. Das mais ativas e essenciais aos mais incrédulos e menos afetuosos.

Enfim, no decorrer de minha existência e do meu percurso acadêmico, haveria cem números de pessoas (família/s, “amor/es”, amigos/as, professores/as, funcionário/as) e instituições (de ensino, de trabalho e de religião... todas elas formadas por pessoas), que talvez – pela minha ingratidão – mal lembraria o nome agora. No entanto, registro aqui, que por mais que as esquinas de nossas vidas não se façam mais cruzamentos, simplesmente valeu!

E pensando nesse passado, de onde parti e em tudo que me trouxe até aqui, registro não só o meu estado de gratidão, mas de amor e entrega – sentimentos constantemente recriados - pela minha família de origem. Ao meu pai, por tudo que repetidas vezes já lhes disse, pelo ser humano excepcional que é e pela sabedoria genuína (que anseio ter, de alguma forma, herdado geneticamente). À minha mãe, pelo amor incondicional, pela dedicação exclusiva e, principalmente, por ter me educado para um mundo diferente do seu e sempre com críticas referentes às relações de gênero. E, à minha irmã, por ter me

ensinado a “tirar as máscaras”, a não fingir pra agradar. E, por devolver a vitalidade da família com a presença de minha sobrinha-afilhada. À vocês, minha gratidão eterna!

Quanto aos passos que me acompanharam nesses últimos dois anos de mestrado (e três em Brasília), impossível não mencionar a companhia da saudade e muitas vezes da solidão. Vida de migrante... De deixar o ninho, de fazer novos vínculos, ao mesmo tempo em que se descobre o que é verdade nos antigos. E, acima de tudo, de fazer o novo, de se refazer.

E é nesse momento, inevitavelmente refletido nas interlocuções deste presente trabalho, que não poderia deixar de agradecer a companhia, o respeito, o cuidado, o crescimento e o compartilhamento de sonhos, proporcionados pela única pessoa presente em todos os momentos nesses últimos anos. À Belle por absolutamente tudo, pela cumplicidade inexplicável e pelas pétalas lançadas sob os meus pés que suavizaram a caminhada. Para nós: ‘mais do mesmo’!

E por falar em sonhos, preciso fazer um reconhecimento especial a minha orientadora. Não só pelas horas de dedicação à docência, à Pós-Graduação ou à Psicologia, nem apenas pelos rabiscos-arte na minha escrita; mas, principalmente, pelo acolhimento nesta instituição, pela confiança e por estar presente em momentos decisivos e de realizações acadêmicas. Esse é o mais importante deles. Obrigada e até o próximo!

Inevitável não agradecer também aos companheiros e companheiras do grupo de estudos e pesquisas que, de alguma forma, me ajudaram como pessoa-pesquisadora. Aos que já foram, aos que estão perto de sair e aos recentemente chegados por partilharmos angústias e produções. A Cristina e a Ana, em especial, pelos diálogos e incentivos nesse processo.

Esse trabalho, da forma como foi constituído, não poderia ter existido se não fosse meu contato com mulheres “do lar”, moradoras do município Águas Lindas de Goiás, onde eu trabalhei, e com clientes que me instigaram o desejo de compreender suas experiências num mundo capitalista e androcêntrico. Além dessas, que tiveram suas falas reverberadas em minha mente por muito tempo, agradeço imensamente às mulheres, mães, esposas e donas-de-casa, que fizeram parte desse estudo. Que fique impresso aqui, a minha admiração e o meu reconhecimento aos seus trabalhos, às suas vidas e às suas escolhas-condicionadas.

Agradecimentos também a CAPES, pela bolsa de estudo a mim concedida e aos demais incentivos à produção acadêmica e ao desenvolvimento educacional nesse país. A UnB, instituição de ensino público e de qualidade, pelos membros que a compõe e pelas(os) cidadãs(aos) que (in)forma. Ao Instituto de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC) por ter me proporcionado aprendizagens significativas inesquecíveis. Em especial, pela disciplina Estágio em Docência, que me possibilitou o honroso encontro com 37 pessoas que me ensinaram a ter amor pela docência, respeito ao saber do outro e ainda mais admiração à profissão.

Sem esquecer ainda, das mulheres que se debruçaram na leitura deste. Às professoras Vera Lúcia e Maria Lúcia por terem aceitado esse diálogo e por todas as contribuições ditas e escritas. E, acima de tudo, pela dedicação ao estudo de gênero e pela excelência no que se propõem a fazer.

Por último, porém mais importante, quero agradecer imensamente a força suprema que me guia, ao Deus que me rege e fortalece. Por ter, gratuitamente, colocado pessoas, lugares e oportunidades em meu caminho. Obrigada pela vida e pela conclusão de mais uma etapa dela com êxito.

## RESUMO

Mulheres da classe média saíram do âmbito doméstico para o exercício do trabalho fora do lar a partir da segunda metade do século XX. Esse processo provocou, entre outras conseqüências, novos modelos e arranjos de família. A valorização dessas mulheres que saem do espaço privado para desbravar um lugar público, genuinamente masculino, provavelmente inaugura uma nova dimensão da condição feminina. Em outra seara, se encontram mulheres que não romperam com a mítica de “rainha-do-lar” e continuam a desempenhar, exclusivamente, a função de dona-de-casa – em espaço privado e sem remuneração. A condição de mulheres que, nos dias atuais, se mantêm no lugar tradicionalmente feminino, merece atenção. O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer, de forma global e exploratória, dimensões da experiência de mulheres donas-de-casa no tocante ao seu trabalho realizado em ambiente privado e sem remuneração. Os objetivos específicos foram: 1) buscar compreender como donas-de-casa, inseridas em diferentes contextos sociais, significam os seus papéis femininos; 2) perceber elementos de valorização às suas atividades, por parte das próprias donas-de-casa e de seus familiares; e 3) conhecer como as atividades desenvolvidas por elas podem afetar em dimensões da saúde. Pelo caráter exploratório da pesquisa, optamos pelo método qualitativo e realizamos entrevistas individuais, semi-estruturadas, com três mulheres donas-de-casa pertencentes às classes sócias baixa, média e alta. A partir da transcrição das entrevistas foi possível analisar as falas das mulheres, de acordo com o método de Análise do Discurso. O conteúdo dessa análise levou à construção de três estudos de caso. Foi possível apreender que as desigualdades sócio-econômicas existentes entre as participantes, contribuíram para as diferentes significações que elas deram ao trabalho doméstico e às experiências decorrentes dele. Apreendemos também que a valorização familiar e, principalmente, pessoal esteve proporcionalmente relacionada à sua realidade social e aos acessos possibilitados por esta. Nos discursos, só a mulher de baixa-renda mencionou que tem sua saúde física e mental afetada pelos trabalhos domésticos. Essa pesquisa foi uma contribuição à visibilidade e à valorização de mulheres que estão à margem dos novos modelos femininos.

Palavras-chave: dona-de-casa, gênero, classe social, valorização, visibilidade

## ABSTRACT

Middle class women left home and joined the labor market during the second half of the xx century. This process generated many changes in family arrangements. The valorization of these women that leave the private space to conquer public spaces, typically viewed as masculine domains, inaugurates a new dimension of the feminine condition. On the other hand, there are many women that have remained home, happily fulfilling their role as housewives. The condition of women that, nowadays, remain in the place traditionally female, deserves attention. This qualitative and exploratory research, aimed to understand dimensions of the experience of housewives. The objectives were: 1) to understand the meanings that housewives of different social classes give to their experience and the perspectives they have of the feminine role; 2) to identify elements that might indicate how their role is valued by their families and themselves; 3) to understand how their labor activities might impact their physical and mental health. Semi-structured interviews were used to collect the data that was analyzed with discourse analysis. The analyses resulted in the construction of three case studies. The economic inequalities that exist between the three participants had a significant impact on their views regarding domestic labor, their role in the family and their lives experiences. We seize also that the recovery family and, above all, staff was proportionally related to their social reality and access provided by this. Only the low income housewife made reference to the impact of her domestic labor on her physical and mental health. We believe the contribution of this research was to give voice, value and visibility these often forgotten and undervalued women.

Key-words: housewife, gender, social class, invisibility, devaluation

## ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>x</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - GÊNERO E CONDIÇÃO FEMININA .....</b>	<b>08</b>
1.1. Gênero e <i>identificação</i> feminina .....	09
1.2. Desigualdade de gênero: dominação masculina .....	16
1.3. Gênero e classe: desigualdades sociais .....	27
<b>CAPÍTULO II - TRABALHO FEMININO, DIMENSÕES PÚBLICA E PRIVADA ..</b>	<b>37</b>
2.1. A mulher na história do trabalho ou a história do trabalho da mulher?.....	38
2.2. Condições e contradições do trabalho feminino .....	43
2.3. Trabalho doméstico: qual a (des)medida de seu valor?.....	50
<b>CAPÍTULO III - PROFISSÃO: DONA-DE-CASA.....</b>	<b>55</b>
3.1. Espaço privado: lugar feminino. Desdobramento da condição feminina?.....	55
3.2. Dona-de-casa, profissão (in)visível .....	64
3.3. Dimensões da saúde mental da dona-de-casa .....	73
<b>CAPÍTULO IV- CAMINHOS DOS DISCURSOS.....</b>	<b>79</b>
4.1. Descrição do método empregado .....	79
4.2. Delineamento da pesquisa .....	83
4.2.1. Questões éticas .....	83
4.2.2. Participantes .....	83
4.2.3. Instrumentos utilizados .....	84
4.2.4. Procedimentos da coleta de dados .....	85
4.2.5. Análise dos dados .....	87

**CAPÍTULO V - DISCURSOS DE DONAS-DE-CASA: DA VOZ À VISIBILIDAD.91**

5.1. Cada casa/o é um mundo .....	93
5.1.1. Participante: Maria .....	93
5.1.2. Participante: Paola .....	100
5.1.3. Participante: Salete .....	110
5.2. O lugar (in)comum .....	119
5.2.1. Significado do trabalho doméstico .....	119
5.2.2. Condição feminina e vida privada .....	124
5.2.3. Perdas e ganhos do trabalho .....	127
5.2.4. Saúde e bem-estar .....	132

**CAPÍTULO VI - CONTRIBUIÇÕES À VISIBILIDADE DO FEMININO A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO ..... 136**

6.1. Para valorizações futuras .....	141
--------------------------------------	-----

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 142****ANEXOS**

Anexo I: Processo de Análise de Projeto de Pesquisa emitido pelo CEP/FS

Anexo II: Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada

Anexo III: Questionário Sócio-Demográfico

Anexo IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## INTRODUÇÃO

A condição feminina, em suas múltiplas dimensões e possibilidades, vem sendo, nos últimos anos, tema de estudos em diferentes campos de conhecimento. Esse fato sinaliza uma maior visibilidade e inserção de mulher em vários contextos, como, por exemplo, no acadêmico, onde ela passa a ser autora e obra ao mesmo tempo, produzindo estudos sobre sua categoria social e possibilitando que a História seja contada por sua própria voz.

As últimas décadas registraram movimentos sociais que situou a mulher em diferentes lugares, inscrevendo-a em determinados contornos sociais e culturais que merecem um olhar atento e uma cuidadosa reflexão. Em diferentes momentos, autoras (p.ex., Bardwick, 1979/1981; Biasoli-Alves, 2000; Diniz, 2004; Muraro, 1992; Soihet, 1989) nos convidam a compreender as manifestações que transformaram o papel da mulher na política, na economia, na religião, na família, no trabalho, dentre outras instituições.

Vemos hoje que vários temas perpassam e configuram o “universo feminino”, inspirando pesquisadoras e pesquisadores a se debruçarem sobre eles. Entre esses, pode-se destacar o trabalho feminino. A saída da mulher do âmbito doméstico para o exercício do trabalho fora do lar e remunerado é vista como um grande acontecimento que refletiu e é reflexo de mudanças delineadas por vários fatores, dentre eles o econômico. Esse processo produziu, entre outras conseqüências, novos modelos de ser mulher, de ser homem, de lidar com a criação dos filhos, com a dinâmica familiar, enfim, de sociedade.

É sabido, ainda, que as múltiplas lutas dos movimentos feministas para que mulheres venham a ocupar um lugar de igualdade no espaço público vêm reescrevendo a história de mulheres como protagonistas de mudanças em estruturas sociais. As mudanças

nas estruturas familiares e nos padrões sociais que a entrada da mulher em um espaço genuinamente masculino provocou, especificamente nas últimas décadas, deram uma nova leitura à autoridade masculina, à divisão de papéis desempenhados por ambos e às desigualdades entre os gêneros (Bardwick, 1979/1981; Bruschini, 1985; Diniz, 2004; Goodrich, Rampage, Ellman & Halstead, 1988/1990; Lipovetsky, 2000).

Começaram, portanto, os diferentes modelos de família e de relação de poder, uma vez que a mulher passou a ser profissional assalariada e participante da renda familiar – ou, em muitos casos, a única provedora financeira do lar, assumindo o papel de “chefe-de-família”. Esse processo permitiu o surgimento de outras possibilidades de arranjos familiares e, principalmente, de lugar para o feminino.

De maneira geral, e respeitando as diferenças de classes e de realidades sociais, a mulher que outrora se dedicava exclusivamente aos cuidados da casa, dos(as) filhos(as) e marido, agora assume outra função que é a de profissional. Ao assumir esse papel, muda-se também a dinâmica dos demais membros da família, uma vez que o tempo da mulher passa a ser dividido entre a casa e o trabalho. Marido e filhos(as) precisam também se adequar às necessidades da mulher, não mais dedicada exclusivamente aos papéis de esposa e mãe.

As pesquisas realizadas no Brasil sobre gênero, família e trabalho, por exemplo, sugerem que, em comparação com décadas anteriores, já pode ser encontrada uma igualdade maior entre homens e mulheres, principalmente no tocante ao trabalho fora, o que indica a possibilidade de construção de simetrias na relação de gênero e do lugar público feminino (Araújo & Scalon, 2005; Miranda-Martins 2006; Perlin & Diniz, 2005).

Ainda nesse mote do trabalho feminino remunerado, tentando apresentar novos focos de investigação e compreensão deste fenômeno, faz-se necessário um recorte para colocar um ponto delicado nessa reflexão. Além das diferenças entre os gêneros (as

diferenças de profissões, de papéis, de atividades e salários atribuídos aos homens e às mulheres pelo modelo econômico vigente) há, no intragrupo, uma diferença de classe que divide as mulheres mais opulentas das pertencentes às camadas mais pobres da sociedade.

Em apanhados históricos propostos por Del Priore (1997), Muraro (1992) e Soihet (1989) encontramos que as mulheres tiveram diferentes experiências relativizadas pelas suas condições econômicas. As atividades desenvolvidas por mulheres da nobreza – casamento, preparo de eventos – divergiam das atividades realizadas pelas mulheres da plebe – prostituição, ama-de-leite, vendedoras, entre outras.

Até mesmo os diferentes conceitos atribuídos às mulheres também perpassavam por divisões sócio-econômicas. Na Idade Média, segundo Macedo (1999), às mulheres pertencentes às famílias de mais posses eram atribuídos os valores de virgem, dama e divindade. Já às mulheres mais humildes configuravam-se as idéias de heresia, bruxaria e prostituição.

Nos dias atuais, podem ser inferidas divergências de significados que o trabalho, a vida doméstica e outras atividades possuem para as mulheres em diferentes classes sociais. Além de exigências do mercado de trabalho quanto à qualificação, escolaridade e realidade para desempenhar tais funções, podemos inferir que o interesse em realizar uma atividade profissional por parte das mulheres pertencentes à classe média tem motivação diferente da encontrada nas mulheres pobres.

A busca por um emprego por parte das mulheres de baixa-renda é, freqüentemente, originada pela necessidade de sobrevivência, ou ainda, por ser a única responsável pelo sustento de sua família. No caso das mulheres que não possuem instrução escolar ou alguma experiência profissional, sobram-lhes poucas oportunidades de emprego, como por exemplo, os de doméstica, diarista, babá e auxiliar de serviços gerais, freqüentemente

atividades que refletem suas habilidades diárias na qualidade de donas-de-casa. Nesses casos, o trabalho feminino é uma necessidade, uma forma de sobrevivência e não de *status* social (Bruschini, 1985).

Por outro lado, em pesquisas sobre o trabalho feminino com a classe média (Ardailon, 1997; Miranda-Martins, 2006; Perlin & Diniz, 2005; Possatti & Dias, 2002; Troiano, 2007) é verificado que o trabalho pago é responsável pela promoção de benefícios para as mulheres. Entre esses benefícios, sentimentos de independência, auto-estima e realização pessoal que ajudam à promoção de saúde física e mental.

Mas, além das questões de classe que merecem atenção nos estudos desse tema, trazemos à baila outras problematizações importantes. Segundo Bardwick (1979/1981), em algum momento histórico houve certo “racha” entre grupos de mulheres. Os movimentos feministas favoreceram uma luta por igualdade, especialmente em favor da competência da mulher para ocupar espaços públicos. Ao mesmo tempo, ao criticarem o lugar de “rainha-do-lar”, as mulheres que continuaram com as funções de mãe e esposa sentiram-se preteridas, desvalorizadas. Surgiu então, nesse cenário, uma contra-revolução de donas-de-casa afirmando que o lar era o caminho da felicidade, que era a escolha certa para pessoas preocupadas com o bem-estar da família, seguindo um argumento moralista.

Isso porque não muito distante, a mulher era apontada como apêndice do homem, como mãe, filha e esposa. O trabalho fora/pago não era característico dela – ao menos nos modelos propostos pelas classes dominantes. Atualmente, pesquisas realizadas no Brasil afirmam que a domesticidade feminina ainda é a grande barreira à inserção da mulher na vida social, o que reforça a divisão de papéis entre os sexos. Ainda é aceita a imagem de homem como provedor e de mulher como dona-de-casa (Araújo & Scalon, 2005). Além dos casos de mulheres que têm optado por realizar, exclusivamente, suas atividades de

cuidado da casa e da família em detrimento da vida profissional. Portanto, o lugar da mulher em um âmbito doméstico continua sendo visto como seu de direito e dever.

Nesse contexto de mudanças, faz-se necessário pensar a respeito da experiência de mulheres que optam por permanecer exercendo papéis tradicionais. É verdade que o trabalho feminino e suas representações ao longo da história subsidiaram a construção de novos paradigmas para a mulher contemporânea. No entanto, nessa circunstância foi colocado um ideal de mulher que seja capaz de buscar independência financeira, valorização profissional, satisfação conjugal e sexual, além da administração do lar, da educação aos filhos, e da manutenção de uma boa rede social. O que demonstra que vivemos dilemas entre novos e velhos papéis.

Cabe questionar em que dimensão esse acúmulo de papéis, do domínio privado ao coletivo, está produzindo processos de marginalização em parcelas da própria categoria feminina, uma vez que coloca um modelo estereotipado e difícil de ser seguido. Qual a importância dada às mulheres que não frequentam o domínio público? Que *status* teriam essas pessoas, de vidas domésticas, que vivem unicamente para o cuidado da casa, do esposo e dos(as) filhos(as)? Quais os valores que a sociedade (formada por homens e mulheres) tem apontado para as mulheres que não possuem profissão remunerada e/ou trabalho fora do lar? Que elementos podem ser identificados para explicar uma provável invisibilidade desse trabalho?

Diante disso, questiona-se: há uma desvalorização do trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa por não ser uma atividade remunerada, por não representar um trabalho valorativo dentro das premissas econômicas? O valor desse trabalho não é reconhecido por ser desempenhado em um espaço privado ou a desvalorização do trabalho doméstico se dá por ser uma atividade tipicamente feminina?

Essas questões, produzidas pelo “novo” lugar do feminino na contemporaneidade, geram o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a experiência de mulheres que realizam o trabalho doméstico não-pago em diferentes contextos sócio-econômicos. Pensamos, ainda, que as mulheres donas-de-casa, provenientes de diferentes classes sociais, possivelmente não sejam valorizadas por não praticarem uma atividade remunerada e/ou por estarem em um lugar privado, tradicionalmente de pertença da categoria feminina.

Frente a essas inquietações, a pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral: conhecer, de forma global e exploratória, dimensões da experiência de mulheres donas-de-casa no tocante ao seu trabalho realizado em ambiente privado e sem remuneração. Os objetivos específicos foram: 1) buscar compreender como donas-de-casa inseridas em diferentes contextos sociais significam os seus papéis femininos; 2) perceber elementos de valorização às suas atividades, por parte das próprias donas-de-casa e de seus familiares; e 3) conhecer como as atividades desenvolvidas por elas podem afetar em dimensões da saúde.

No intuito de contribuir com o tema em questão, problematizando a respeito de algumas condições da feminilidade, dividimos esse trabalho em seis capítulos. O primeiro, ‘Gênero e condição feminina’, dialoga sobre a desigualdade entre homens e mulheres no contexto sócio-histórico. Apresenta ainda o fator ‘classe sócio-econômica’ como elemento para a compreensão das questões de gênero.

O segundo capítulo, ‘Trabalho feminino: dimensões pública e privada’, disserta brevemente a propósito do trabalho feminino ao longo da história, contextualizando as divisões sexuais do trabalho e a condição desigual do trabalho remunerado da mulher, dentro e fora do ambiente doméstico. Já o terceiro capítulo, ‘Profissão: “do lar”’, traz à luz

o trabalho doméstico não-remunerado realizado pelas donas-de-casa, bem como problematizações sobre as conseqüências desse tipo de atividade para a saúde física e mental das mulheres.

No quarto capítulo, intitulado ‘Caminhos dos discursos’, serão colocados aspectos do método utilizado e do percurso metodológico seguido para atingirmos os nossos objetivos. No quinto capítulo, ‘Discursos de donas-de-casa: da voz à visibilidade’, apresentaremos os estudos de caso realizados com as mulheres donas-de-casa e a compreensão que obtivemos a partir dos mesmos.

No último capítulo, ‘Contribuições à visibilidade do feminino e à valorização do trabalho doméstico’, apresentamos algumas considerações a respeito da pesquisa realizada e das contribuições desta para o estudo da condição feminina, em especial de mulheres donas-de-casa, numa ótica de gênero. Nesse capítulo também fazemos algumas considerações a ser seguidas na execução de trabalhos futuros.

## CAPÍTULO I: GÊNERO E CONDIÇÃO FEMININA

*“O homem permanece prioritariamente associado aos papéis públicos e ‘instrumentais’, a mulher, aos papéis privados, estéticos e afetivos: longe de operar uma ruptura absoluta com o passado histórico, a modernidade trabalha em reciclá-lo continuamente”.*  
Gilles Lipovetsky

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Sem dúvida, essa é a primeira categorização ou distinção do ser humano. Até mesmo anterior ao nascimento de um bebê, já se procura saber o seu sexo para se construir uma gama de imagens e idéias ao seu respeito. Essa construção por parte das pessoas do ambiente social no qual a criança nascerá já propicia o surgimento de expectativas em torno da mulher ou do homem que ela ou ele se tornará. Anterior a chegada de uma nova criança em uma determinada sociedade, esta já possui modelos projetados a ser reproduzidos por este novo indivíduo que nasce possuindo um ou outro aparelho reprodutor.

No entanto, o tornar-se homem ou tornar-se mulher é um complexo processo de atribuições individuais e sociais. Não é algo inerente a uma simples divisão ditada por diferenças reprodutivas ou fisiológicas. O que vai definir as pessoas e suas identidades não é o simples fato de terem nascido com determinado sexo, mas um intrincado processo de socialização, que, inevitavelmente, atribui papéis a cada um(a) segundo a sua categoria sexual de pertença. Aparece aí a necessidade de novas conceituações para se compreender os diferentes fenômenos e os distintos papéis que, situados em tempos e espaços diferentes, norteiam – desigualmente – a construção do ser homem ou do ser mulher.

Para se compreender a condição feminina, a vida das mulheres e até mesmo o que vem a ser ‘mulher’, é necessária uma discussão mais ampla desse construto. No intuito de chegarmos mais perto de uma compreensão da experiência feminina, em especial de mulheres donas-de-casa, precisamos passar por uma reflexão sobre gênero e a construção da identidade.

### **1.1. Gênero e identificação feminina**

O termo gênero emergiu dos questionamentos que os movimentos feministas fizeram a respeito da influência da cultura na construção dos conceitos homem e mulher e dos papéis decorrentes destes. Diniz (1999) ressalta a importância de se compreender esse conceito e suas implicações sociais e individuais, “uma vez que gênero é aprendido, transmitido ao longo das gerações e incorporado pelas diversas instituições sociais [...]” (p.183) e afeta a pessoa e suas relações ao longo da vida. Isso porque anterior ao sexo biológico já existem as conceituações de gêneros, já são conhecidas as normas culturalmente estabelecidas que delimitam as possibilidades de experiências das pessoas nascidas com o sexo masculino ou feminino.

A distinção entre os termos sexo e gênero torna-se, portanto, fundamental. Goodrich e cols. (1988/1990) trazem a reflexão de que “o sexo constitui uma categoria biológica que diz respeito à masculinidade e feminilidade. O gênero é uma criação da sociedade que acarreta a designação de determinadas tarefas sociais a um sexo e outras, ao outro sexo” (p. 23). Para essas autoras, as atribuições do que vêm a ser categorizado como feminino ou masculino é uma representação das crenças de determinada sociedade em um espaço de tempo específico. Os comportamentos, sentimentos, valores e atitudes condizentes a um

sexo e não ao outro, seria parte de um julgamento social, muitas vezes embasado em estereótipos, que ditam configurações sociais, geralmente, norteadas pelas diferenças anatômicas e nada mais.

Em oposição ao conceito de sexo, que separa machos e fêmeas no mundo animal em geral, o conceito de gênero implica em papéis sociais de indivíduos envolvidos em um sistema social. Ao contrário do determinismo da natureza, a perspectiva de gênero é envolvida por questões históricas, políticas, sociais e econômicas, que promovem diferentes roteiros para uma pessoa se tornar pertencente a uma ou a outra categoria, ou seja, ao masculino ou ao feminino.

Para Scott (1990) “o gênero é [...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...] ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens” (p.7). Seguindo essa concepção, a autora afirma que esse conceito é útil para se avaliar como são configuradas as desigualdades, uma vez compreendido que apenas as diferenças de sexo não seriam suficientes para se instaurar tamanha disparidade existente entre homens e mulheres.

Desse modo, há uma construção social em torno das características e atribuições de papéis que cada cultura determina para a aquisição identitária do feminino e do masculino. Logo, os papéis que são atribuídos aos sexos são concernentes a uma rede de significados e significantes estabelecidos socialmente. O modo de ser, agir e se relacionar como mulher ou como homem perpassa pelas diferentes maneiras com as quais a cultura constrói cada uma dessas categorias.

Nesse sentido, se pensarmos num processo de formação identitária da pessoa em relação ao mundo em que pertence, a identidade de gênero denunciará como a pessoa se sente e se percebe – para si e para os outros – ao fazer parte de um grupo específico,

determinado *a priori* como feminino ou masculino. Logo, a identidade (individual) feminina ou masculina seria resultado de uma identidade social que apresenta e representa padrões de mulheres e homens, onde o meio social seria a base para essa configuração. Só na mediação, no contato com outras pessoas e com suas crenças e valores é que o indivíduo se reconhece como pessoa e apreende também bases normativas para as suas atitudes e comportamentos.

Assim vemos que logo nos primeiros anos de vida a criança já desenvolve traços característicos de um ou de outro sexo. As brincadeiras, os contos infantis e demais aspectos do ambiente socializador já apresentam os comportamentos e as características que a cultura moldou para meninos e meninas seguirem. Incontestavelmente, o lugar em que a pessoa se constitui norteará sua concepção de mundo e de relações. E, ao descobrir-se como alteridade, aprendendo e apreendendo do mundo, as meninas percebem que a “esfera a que pertence é por todos os lados cercada, limitada, dominada pelo universo masculino” (Beauvoir, 1949/1980, p.39). Então, desde cedo elas internalizam as funções e os papéis típicos de seu sexo, conhecendo um destino imposto.

Essa exigência de seguir caminhos previamente estabelecidos pode gerar sofrimentos. Os modelos de condutas ou práticas de homens e mulheres são, no geral, apresentados com características estereotipadas e, via de regra, quem não os cumpre corre o risco de ser marginalizado(a) das relações consideradas “normais” – ainda que o pressuposto de normalidade também seja socialmente construído pelos costumes de um determinado povo. Sendo assim, mulheres e homens usariam máscaras para representar seus papéis em resposta à sociedade (Saffioti, 1987).

Além desse risco individual, no âmbito coletivo ainda há o iminente perigo de se universalizar os conceitos de gênero homem e mulher – como ocorre com as atribuições

dadas aos sexos masculino e feminino – atribuindo-lhes características totalizantes que não contemplam a diversidade dessas categorias. Assim, ao se criar a idéia de uma identidade feminina, se espera encontrar uma norma que subscreva todas as mulheres, como se ser mulher obedecesse a um padrão fixo e universal.

Como problematiza Butler (1990/2003), ao se construir uma discussão binária de identidade limita-se as possibilidades de ser mulher e se legitima, ainda mais, as exclusões de ordem social e política. Ao questionar, inclusive, o emprego do termo gênero como sinônimo de sexo, essa autora assim problematiza: “Ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?” (p.8-9).

Essa discussão faz sentido se levarmos em conta que cada sujeito é um contínuo. O ser humano não é estanque e nem possui identidade estática ao longo de seu ciclo vital e das incalculáveis interferências que o meio produz sobre si. Fica, portanto, a necessidade de se avaliar as construções categóricas do que venha a ser masculinidade e/ou feminilidade, ser homem e/ou mulher e das possíveis identidades ou identificações que venham a surgir a partir desses conceitos. Vianna (2005) pontua:

A problematização da identidade abre possibilidade de mudanças, à medida que rompe com a fixidez e o engessamento de papéis para os sexos. A categoria identidade pensada como espaço identitário, como lugar de passagem, constitui-se como estratégia política de rompimento com auto-representações e representações que não levam em consideração as descontinuidades dos processos de subjetivação. O sujeito não é o mesmo sempre. Não há subjetivação definitiva, ao contrário, existem processos de subjetivação que se constituem ao longo de nossa existência (p.23).

Por esses argumentos causa-nos estranheza pensar na existência de moldes específicos para as categorias masculino/homem e feminino/mulher. Se partirmos do conhecimento que a identidade de gênero é construída social e culturalmente, podemos afirmar que a universalidade dos conceitos mulher e homem é utópica, uma vez que esses são construídos ao longo de um processo descontínuo que é o sócio-histórico. Não se pode esquecer que esses conceitos são reflexos de arranjos estabelecidos por sociedades distintas, em tempos diferentes e de maneiras igualmente diferentes.

O feminino e o masculino não podem, portanto, ser entendidas como sendo pertencentes a extremos opostos de uma variável simples. Não é fácil definir um e outro sexo quando imerso em outras categorias sociais – tais como etnia, classe sócio-econômica, orientação sexual e crença religiosa – que possibilitam uma ampla diversidade de papéis e atribuições (Bardwick, 1979/1981).

Vejamos o que diz Butler (1990/2003) a esse respeito:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (p. 21).

Essa noção singular e descontextualizada de identidade que essa autora coloca pode existir, se não forem levados em consideração que os modelos de comportamentos e valores seguidos pelos membros de cada sociedade estão em contínua modificação. A identidade – quer seja de sexo, de gênero ou social –, uma vez construída a partir de um determinado contexto, sofre mudanças porque esse mesmo contexto foi e é, invariavelmente, modificado. Homens e mulheres são afetados(as) pelas mudanças acontecidas ao longo da

história e por seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Essas contínuas modificações trazem, conseqüentemente, confusões para a compreensão e o exercício dos distintos papéis femininos e masculinos. Assim, surge uma profunda reflexão a cerca das possibilidades de identificação com estes papéis.

Há mais de duas décadas, em seu clássico livro 'Um é o outro', Badinter (1986/1986) já avaliava que, no geral, o homem era o possuidor da vida pública, provedor da família e pai relapso, enquanto a mulher era educada para a vida doméstica, para a maternidade e por isso tinha sua sexualidade controlada pelo pai e, posteriormente, pelo esposo. Frente às mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, perguntam-se quais seriam os papéis masculinos e femininos num tempo em que até mesmo a fecundação pode ser realizada fora de corpos humanos (*in vitro*).

Como pesquisadoras(es) e/ou estudiosas(os) de gênero e das dinâmicas relacionais entre os sexos/gêneros compete-nos ao menos indagar a respeito do que definiria um homem e uma mulher na atualidade. Qual a demanda que a sociedade tem colocado para cada um desses gêneros? Qual o modelo postulado para ambos na sociedade? Por qual sociedade? E quais os valores femininos perduram, quais estão sendo modificados e quais não existem mais na constituição e na relação entre os gêneros?

Os acontecimentos atuais têm causado uma profunda transformação na humanidade, abrangendo todas as áreas da condição humana, desde elementos como o estilo de vida e a forma de comunicação, até aos novos modelos de conduta e arranjos sociais (Bauman, 1998/1999; Giddens, 1999/2005). Incomensuravelmente, essas modificações ou indefinições vividas no tempo contemporâneo são impressas em cada subjetividade e, como não poderia deixar de ser, comprometem às categorias feminina e masculina.

Um exemplo dessa modificação social e das conseqüências nos papéis identitários dos indivíduos diz respeito ao lugar social da mulher. Até a primeira metade do século XX, o mundo privado era exclusivo e condicionado ao feminino. Na atualidade, o trabalho no espaço público dessa categoria já é uma verdade irrefutável. São inúmeros os estudos (p. ex., Ardaillon, 1997; Bruschini, 1995; Diniz, 1999; Lipovetsky, 2000, Rocha-Coutinho, 2004) que apontam para o fato como fazendo parte de uma “nova” identidade feminina.

De fato, esse trabalho fora do lar exercido pelas mulheres – especialmente àquelas pertencentes à classe média e após a década de 1960 – fez com que novas configurações fossem dadas ao feminino. A mulher, ao executar uma função na vida pública e ao colaborar de forma mais ativa com a economia, foi reconhecida por conquistar espaços outrora exclusivos do homem, sinônimos de independência, poder e valorização social.

Todavia, o processo atual de redistribuições ou redefinições de papéis tem possibilitado que novos e velhos modelos coabitem. Essa convivência deixa alguns conflitos evidenciados, recorrentes do “universo feminino” que provocam desordens quanto à condição feminina, aos seus possíveis papéis públicos e privados e à necessidade de conciliação destes.

Certamente o processo de identificação com os mesmos causa desacordos nas mulheres. Ainda há um dissenso que contrapõe a individualidade das mulheres profissionais ao coletivo de suas funções como esposa e mãe. Por mais que a contemporaneidade descreva a mulher como independente, continua exigindo que os papéis tradicionais sejam desempenhados por ela. A sociedade espera, no mínimo, que seja uma boa mãe e responsável pelo lar (Araújo & Scalon, 2005; Ardaillon, 1997; Troiano, 2007).

Paralelas a essas modificações subversivas do espaço feminino e da “nova” identidade da mulher trabalhadora, são geradas expectativas sociais que nem todas as

mulheres podem ou querem cumprir. Em resposta às demandas sócio-econômicas e aos “novos” papéis da mulher, o que era regra torna-se exceção e como não poderia deixar de ser, surgem novos conflitos para as mulheres que não atendem às normas sociais vigentes e às demandas econômicas que permeiam os sistemas culturais, como é o caso das donas-de-casa – tema de nosso interesse de nosso estudo.

Urge perguntar, portanto, em que medida as modificações assistidas na atualidade comprometem a condição feminina. Estamos num momento em que é vista a entrada da mulher no espaço público, mas ainda tendo o privado como fazendo parte de sua responsabilidade exclusiva ou principal. As exigências sociais em torno da mulher, provavelmente, não foram amplamente modificadas, mas sim acrescidas de novas demandas, como nos mostram as pesquisas contidas em Araújo e Scalon (2005).

Tal constatação nos leva a pensar que os modelos sociais (por mais modificados ou descontínuos que sejam) são repassados e reproduzidos nas gerações. Por isso, é preciso deixar claro que não só as diferenças de gênero, mas, principalmente, a existência de um lugar desigual, inferior e/ou invisível, que as mulheres ocupam, permanece. Resta-nos explorar dimensões do(s) processo(s) de construção da desvalorização do feminino e da invisibilidade de seus papéis.

## **1.2. Desigualdade de gêneros: dominação masculina**

Certamente, as respostas para os questionamentos sobre o surgimento e a manutenção da inferioridade feminina já renderam diversos trabalhos. Entre estes, possivelmente, alguns de cunho meramente especulativos, uma vez que no palco de algumas ciências como a Antropologia e a História são encontrados constantes divergências

quanto ao lugar de um e do outro sexo e, das relações de poder construídas ao longo da história do desenvolvimento humano.

Aqui é admitida a importância de conhecer os elementos antropológicos e históricos da possível constituição da desigualdade de gênero. Mas, nesse momento – e em consonância com os objetivos deste trabalho – sobra-nos apenas afirmar, embasada nas leituras feitas a partir de Badinter (1986/1986), Muraro (1989), Reed (1980/1980) e Rosaldo e Lamphere (1979/1979), que há inúmeras divergências, especialmente nos estágios primitivos do desenvolvimento humano, quanto à supremacia de um ou do outro sexo.

Há correntes que defendem que nos primórdios (mais de três quartos dos últimos dois milhões de anos em que o ser humano abriga a terra), todos(as) eram responsáveis pelas atividades produtivas do grupo, o que favorecia uma divisão simples de trabalho entre homens e mulheres (eles responsáveis pela caça e elas pela alimentação). Nesse momento, não se conhecia a função biológica masculina na fecundação e atribuía-se a gravidez das mulheres à intervenção dos deuses, o que favoreceu para que todos partilhassem dos cuidados com as crianças, sem a presença de vínculos parentais instituídos. Logo, as relações não passavam por uma situação hierárquica ou de poder. Isto leva alguns autores e autoras a postularem a existência prévia de uma estrutura matriarcal ou matricêntrica, onde a mulher ocuparia um lugar central por suas atividades produtivas e pelo agraciamento divino da reprodução.

Outras correntes, ainda em referência as(aos) autoras(es) supracitadas(os), admitem que em toda a história da humanidade, até mesmo nos povos mais primitivos, houve a supremacia masculina, uma vez que em todos os momentos as mulheres foram excluídas de alguma atividade. Segundo esse pensamento, por mais igualitários que fossem, homens e

mulheres já teriam atividades divididas, separadas pelo sexo, provavelmente em função de suas diferenças físicas e biológicas. Uma vez separados(as), seus lugares também o seriam: as mulheres, que menstruavam, engravidavam e amamentavam, viveriam próximas dos alojamentos, cuidariam das crianças e da alimentação do grupo; enquanto os homens sairiam para caçar em lugares distantes, ficariam muito tempo longe do grupo e, por isso, desenvolveriam habilidades distintas. Logo, a diferença – e provavelmente a desigualdade – entre homens e mulheres estaria na ontogênese da humanidade.

Diante desses diferentes posicionamentos podem ser encontradas coerências nas idéias propostas e, por mais opositoras que possam ser, são absolutamente discutíveis e plausíveis de veracidade. Por isso, deixemos esse doloroso trabalho com os(as) antropólogos(as) e historiadores(as), entre outros(as), detendo-nos em outro momento histórico, que comporá um cenário mais consensual do domínio masculino, para seguir o raciocínio de que é preciso compreender a condição feminina num *continuum* histórico para articulá-la com o presente, com a(s) experiência(s) do(s) feminino(s) na atualidade.

Em diferentes campos de conhecimento e posicionamento político-social, Engels (1973), Marx e Engels (1973), Muraro (1989), Reed (1980/1980), Rosaldo (1979/1979) e Sacks (1979), só para citar alguns(mas) dos(as) muitos(as) autores(as) que se debruçam sobre o tema, ressaltam que na história da humanidade o surgimento da agricultura deu início ao conceito de delimitação territorial e, conseqüentemente, de propriedade com a posse desse território. Diferente da cultura cooperativa de produção coletiva, essa atividade exigiu que as pessoas executassem produções para o seu próprio benefício e não mais para um bem comum. Tendo-se consciência dos recursos produtivos e dos bens pessoais providenciados pelas propriedades particulares, houve um desdobramento para a aquisição

de novos bens. Nessa conjuntura, o dono da terra precisava de pessoas sob o seu domínio para cuidar dela e com isso produzir mais benefícios para a sua propriedade.

Essa necessidade econômica de fazer os seus bens prosperarem foi o que deu início a uma nova instituição e a uma gama de efeitos que este novo modelo constituiu. Para Engels (1973), foi nesse momento que a família monogâmica surgiu, com o domínio territorial que a atividade agrícola demandava, instalando-se o sistema patriarcal. Embora possa parecer coincidência histórica, no momento em que se instituiu a família como estrutura social, emergiu também a superioridade masculina – de forma mais explícita – e o seu domínio sobre a categoria feminina.

O patriarcado ergueu-se ancorado pelo modo de produção do sistema econômico em vigor, provocando grandes transformações estruturais das relações sociais de então. Maturama e Verden-Zoller (1997) apontam que esse processo favoreceu a criação de diferentes formas de desigualdade e discriminação na sociedade. Com a cultura patriarcal foi incorporada uma maneira de viver caracterizada por ações que trazem um modo de existência que valoriza a lei do mais forte, a competição, a autoridade, o poder, a apropriação, o controle e a dominação de alguns em detrimento de outros(as). As pessoas foram submetidas às díades poder-submissão e superioridade-inferioridade como se essas relações fossem humanas, naturais e fundamentais. Esses autores afirmam que a cultura patriarcal foi um modo de viver que afetou todas as relações humanas, ditando que para se coexistir teria que haver autoridade e submissão. Segundo eles, “vivemos como se todos os nossos atos requeressem o uso da força, e como se cada ocasião para uma ação fosse um desafio <sup>1</sup>” (p.24).

---

<sup>1</sup> Livre tradução do trecho original: “vivimos como si todos nuestros actos requiriesen del uso de la fuerza, y como si cada ocasión para una acción fuese un desafío”.

E com a relação homem-mulher não foi diferente. O homem deteve o poder sobre a propriedade, sobre os bens e sobre a família. E, para garantir essa sua dominação, a mulher também passou a fazer parte da propriedade privada do homem. Na Idade Média, por exemplo, as mulheres eram conhecidas como ‘filha de...’, ‘esposa de ...’ ou ‘mãe de ...’. O homem era a referência da família. Como afirma Muraro (1992), o futuro das mulheres era determinado pelo pai de acordo com o poder aquisitivo deste. Dependendo de suas posses ele escolhia com quem a filha casaria ou, na falta deste, determinava-lhe a vida religiosa, colocando-a em conventos para garantir a estabilidade financeira, uma vez que economizaria o pagamento de dotes.

Tendo os interesses voltados para a sua linhagem como o principal objetivo do matrimônio, o valor da mulher estava associado à sua capacidade de reprodução. Isso a colocou sob o controle social e religioso. Reed (1980/1980) acrescenta que “Com o casamento monogâmico, a esposa foi colocada sob completo controle do marido, que deste modo, assegurou a legitimidade de filhos para herdarem suas riquezas” (p.74). Além dos homens (como e quando proprietários) controlarem a sexualidade feminina para fazer valer seus interesses, eles ainda conseguiram – numa posição de dominação – instaurar novos modelos de conduta, de lugares de acesso e de papéis que as mulheres – como subordinadas – poderiam e deveriam ocupar.

Esse modelo, em princípio europeu, reverberou em outras culturas e em outros momentos históricos. Descoberto em plena Idade Moderna, o Brasil sofreu um processo de colonização na égide do patriarcado. Os(as) primeiros(as) habitantes brasileiros(as), os povos indígenas, entraram em contato com mulheres e homens de outra cultura e foram, sistematicamente, obrigados(as) a cumprir os moldes de outra forma de relacionamento e a

se adequarem ao modelo da cultura patriarcal de seus colonizadores (Diniz & Coelho, 2005).

Em obras literárias como as de Freyre (1936/2000) encontram-se um retrato do patriarcado brasileiro, dos costumes e das influências encontradas na sociedade da época. Ao relatar as relações entre homens e mulheres – ambos já racialmente mestiçados e socialmente imersos no sistema patriarcal – o autor confirma a exploração da mulher pelo homem e de como eram desempenhados os seus papéis sociais. No geral, e guardada as devidas realidades sócio-econômicas do período colonial, o homem detinha o espaço público, com oportunidades profissionais, educacionais e com liberdade sexual dados pelas diferenças biológicas. E a mulher, ao contrário, era restrita ao ambiente privado, com o direito apenas de cumprir as atividades domésticas, os trabalhos artesanais, o gozo forçado marital, e quando possuía outra postura era vista como “machona” que fazia “quase igual aos homens” (p.127).

Na atualidade discute-se a dimensão que o patriarcado teve ou ainda tem para a dominação dos homens sobre as mulheres. Butler (1990/2003), por exemplo, enfatiza que “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada nos anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe” (p.20). Embora correntes feministas diverjam nesse aspecto, um fenômeno que não pode ser negado é o fato de o patriarcado ter postulado um sistema normativo de papéis individuais e de estruturas familiares que vêm sendo perpetuados pelas gerações.

Para Muraro (1992) esse sistema foi possível pela impetração do patriarcado como construção religiosa de um Deus-Pai. Dessa maneira, o lugar do homem na família foi relacionado à figura da divindade paterna, mito criado em oposição às divindades femininas

ou às culturas politeístas apresentadas por diversas culturas anteriores. Seja a religião, a política ou a família, não se pode negar que as construções dessas instituições foram realizadas por influência desse sistema ou, ao menos, sob as marcas de valores que o modelo reverberou.

Ainda que se reconheça que o patriarcado não seja a única explicação para todas as formas de desigualdades sofridas pelas mulheres, algumas feministas apontam que a gênese das desigualdades de gênero – e até mesmo das manifestações simbólicas ou explícitas da violência contra as mulheres – tem sido atribuída ao patriarcado, pelos distintos papéis que o modelo impôs e pela relação de poder que subjugou um ao lugar de superioridade e o outro de inferioridade no desenvolvimento da humanidade (Badinter, 1986/1986; Saffioti, 1987; Scott, 1990; Soihet, 1989).

Os homens, segundo Saffioti (2001), manifestaram o poder no exercício da função patriarcal, recebendo autorização e/ou tolerância da sociedade para punir o que lhes apresentavam como desvio, uma vez que eram eles quem determinava a conduta dos(as) membros(as) da sociedade. Ainda que não houvesse nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de desviarem-se das normas sociais, os homens exigiam que sua capacidade de mando fosse auxiliada pela violência na execução do projeto de dominação-exploração. A autora ainda conclui que, obviamente, nada impediria que a mulher praticasse violência contra o homem, no entanto, as mulheres como categoria social não teriam um projeto de dominação-exploração para com os homens.

O que se sabe é que, por mais divergências que haja quanto ao início do sistema patriarcal, aos lugares e culturas que o seguiram e, principalmente, à sua extinção ou não, o principal aspecto do patriarcado, que é o poderio do homem como possuidor de bens (onde

a mulher está incluída), é, ainda, notadamente visto na atualidade. Embora com outra roupagem, o modelo estabelecido pelo patriarcado vem sendo repassado por séculos.

A separação que esse sistema demandou, segregou os sexos e tornou homem e mulher opositores. Um foi eleito e o outro preterido, um trouxe os traços de valorização e o outro de desvalorização. Homem e mulher passaram a pertencer a mundos diferentes e as diferenças tiveram sua gênese no biológico – embora não tenha sido reduzido a este (Badinter, 1986/1986).

É certo que os sexos se constituem nas diferenças biológicas. Mas as questões biológicas esbarram na formação de papéis que cada cultura atribui às mesmas. As implicações sociais e comportamentais não podem ser modeladas pelo sexo, simplesmente. As diferenças podem até partir do biológico, mas são os aspectos sociais que configuram, significam e transformam essas diferenças em desigualdades (Badinter, 2003/2005; Ortner, 1979/1979; Rosaldo & Lamphere, 1979/1979).

Como exemplo dessas desigualdades dadas aos sexos/gêneros pelas características biológicas, em leitura proposta por Laqueur (2001), vemos que na Renascença (considerada época da luz), as pessoas que recebiam direitos, privilégios e obrigações eram as criaturas com pênis externo – uma vez que a medicina da época só reconhecia um sexo. Por outro lado, os que tivessem o pênis interno ocupariam um lugar de inferioridade, no caso, as meninas. Os *status* – superior e inferior – eram decididos exclusivamente pelos aspectos corpóreos dos indivíduos, o que rendia incalculáveis conflitos quanto à feminilidade ou masculinidade destes.

É notória que a diferença entre os sexos sempre existiu, curioso é compreender os papéis que as sociedades predestinam a cada um deles. Em diferentes momentos históricos e em inúmeras comunidades são encontrados registros, que usam dos mais variados

argumentos (espirituais, econômicos, ecológicos ou biológicos), para validar a dominação masculina ou a opressão feminina. Sobre esse assunto, Badinter (2003/2005) chega a afirmar que “Numerosos sociólogos e antropólogos repisam a mesma constatação: natural ou cultural, é universal a supremacia masculina” (p.18). Assim sendo, acreditamos que a transformação das diferenças em desigualdades merece reflexão.

Buscando compreender esse processo, Ortner (1979/1979) coloca que, em geral, as culturas reconheciam as mulheres como sendo mais enraizadas com a natureza, com os determinismos biológicos. Os corpos femininos e suas funções lhes deixavam mais próximas da natureza fisiológica, o que lhes rendiam papéis ou situações sociais de uma classe mais inferior no processo cultural e, com isso, lhes eram imputadas uma estrutura psíquica diferente, novamente mais aproximada da natureza. As situações nas quais as mulheres foram colocadas por uma questão biológica (menstruação, gravidez, amamentação), as deixaram mais próximas de uma condição natural – opositora à cultural – institucionalizando-se, assim, sua posição inferior e subalterna.

Também não pode deixar de ser dito que quando se colocam as diferenças biológicas na base da constituição de gênero, uma barreira é erguida para a igualdade entre mulheres e homens. Uma vez enraizada numa ideologia dicotômica de poder quanto à supremacia de um corpo biológico forte, é dado ao masculino um caráter superior e ao feminino resta a condicionalidade de sua função biológica reprodutora. Esse critério distintivo serve como afirmação de que as atribuições e demais papéis são inatos e não construídos por um processo histórico-cultural. Como se homens e mulheres não pudessem ser idênticos quanto à força, poder e inteligência, se a sociedade as(os) educassem sem as distinções existentes (Badinter, 1986/1986, 2003/2005).

Saffioti (1987) afirma que, a dominação masculina permanece nos dias atuais ao vê-se que os valores dados às funções do homem continuam sendo superiores às atribuições valorativas dadas às mulheres. Isso em decorrência dos papéis atribuídos ao masculino (força, liderança, agressividade, razão) que o coloca em posição de privilégio e dominação, ao contrário do que ocorre com os papéis atribuídos ao feminino (fragilidade, emoção, cuidado, submissão). Assim sendo, as atividades ou funções executadas por eles continuam a possuir mais valor e reconhecimento, ao contrário das funções exercidas por elas, de menor ou nenhum valor.

Esse modelo que beneficia a dominação de homens sobre mulheres tem sua extirpação dificultada porque não é visto como uma construção social, mas como natural, como inerente a um e ao outro sexo. Saffioti (1976, 1987, 1989) ressalta que esse fenômeno social, de atribuição de poder aos homens pelo simples fato de serem homens, não pode ser justificado pelo caráter biológico apenas, uma vez que na atualidade existem recursos que quebrariam qualquer hipótese nesse sentido. A questão do domínio masculino seria de ordem político-ideológica, uma vez que acerca de 6.000 anos são os homens quem tomam a maioria das decisões que afetam a todos: homens, mulheres e crianças.

Soihet (1997) também compartilha dessa opinião e aponta que as leis religiosas, culturais, literárias e sociais, às quais as mulheres foram submetidas ao longo da história, são atos de desigualdade, proibição e obrigação que limitaram os espaços que podem ser ocupados pelas mulheres, seja na política, na educação ou no exercício de profissões. A restrição de suas falas – por relações históricas, culturais e lingüisticamente construídas – se respaldou nas diferenças biológicas para afirmar as desigualdades como diferenças naturais, radicais, irredutíveis e universais. Todo esse processo, na compreensão da autora, poderia ser nomeado como violência simbólica.

A respeito dessa dominação masculina e da violência simbólica, Bourdieu (1998/1998, 199-/1999), grande expoente e estudioso dessa temática, afirma que existem mecanismos que fazem com que os indivíduos vejam como "naturais" as representações ou as idéias sociais dominantes nos quais se apóiam o exercício da autoridade. Para o autor, homens e mulheres constroem o mundo, mas com categorias (de classe, de etnia, de gênero, etc.) também construídas pelo mundo, das quais não podem escolher. Também ficam limitadas as possibilidades de construção de identidades para além dos determinismos generificados.

Assim, para o autor, a dominação masculina estaria inscrita nas instituições e nos agentes, nas coisas e nos corpos, no senso comum, nos homens e mulheres, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles. As divisões e assimetrias existiriam através do social que naturaliza as posições homólogas de homem-mulher e das atribuições que são dadas a essas divisões: alto-baixo, forte-fraco, encima-embaixo, na frente-atrás, público-privado.

Ortner (1979/1979) também contribui para a discussão, ao procurar entender as oscilações inerentes aos lugares sociais das mulheres. O autor aponta que o lugar de desprestígio ou inferioridade ocupado pela mulher ao longo do desenvolvimento humano deve-se às inúmeras variações culturais e históricas que as simbolizações femininas – de bruxas a divindades – tiveram. A mulher seria um sexo subordinado em todos os tipos de classificação social e econômico, em culturas de todos os graus de complexidade. Para ele, existem três evidências, que relacionadas ou particularizadas, são necessárias para constatar a subordinação feminina:

(1) o elemento de ideologia cultural e as colocações informativas que explicitamente desvalorizam as mulheres e com elas, seus papéis, suas tarefas, seus produtos e seus meios sociais [...] (2) os esquemas simbólicos, tais como a prerrogativa de violação, que poderão ser interpretadas implicitamente como uma colocação de avaliações inferiores; e (3) as classificações sócio-estruturais que excluem as mulheres da participação no, ou em contato com algum domínio no qual reside o maior poder da sociedade (p. 98-99).

O fato é que as relações entre os sexos evoluíram, mas os poderes atribuídos a cada um deles se mantiveram. Se pensarmos nos lugares sociais que homens e mulheres ocuparam ao longo da história, encontraremos que não só a divisão biológica que separou, desde sempre, um grupo do outro, mas que outras áreas – econômicas, sociais e políticas – favoreceram as dissimetrias culturais de gênero e com isso, os valores atribuídos aos grupos também foram diferenciados. Fica, portanto, indispensável para essa discussão acrescentamos o elemento sócio-econômico à compreensão da condição feminina, ou das condições femininas, como veremos.

### **1.3. Gênero e classe: desigualdades sociais**

Em toda a história da humanidade houve alguma forma de segregar pessoas por suas condições sociais. Houve o *sistema de castas* registrado no séc. III a.C, porém mais característico da Idade Média, e que ainda pode ser encontrado em algumas culturas como nos povos hindus, por exemplo. Nele, a hereditariedade é a principal característica do agrupamento das pessoas, as atividades e aptidões de cada membro estariam relacionadas à sua filiação. Nesse sistema há, ainda, total repulsa às alianças ou vínculos entre os diferentes grupos (Bouglé, 1973; Ghurye, 1973). Outro sistema conhecido é o de *estamentos* – observado dos séculos IX ao XIV na Europa, proveniente do sistema feudal.

Nesse sistema, o poder e a apropriação perpassavam pela tradição, pela linhagem e pela honra das ações de seus membros. Cada categoria social desempenhava determinada função que, por sua vez, lhe rendia honraria, respeito e *status* relativos ao seu estamento de pertença, podendo ir do estado mais dominante ao estado mais dominado (Cox, 1973).

Posteriormente, desenvolveu-se na maioria das sociedades o modelo econômico capitalista e, através dele, a divisão por *classes*, que determina o lugar de cada pessoa no modo de produção. Esse sistema iniciou-se na Idade Média com uma nova forma de comércio, ao se introduzir um valor monetário às transações dos produtos, que deu início a uma nova forma de economia e de relação social. No período manufatureiro, primeiro momento da indústria moderna, as guerras comerciais eram o palco de crescimento de cada região ou país. Assim sendo, as condições trabalhistas eram cada vez pioradas. Pensando-se, principalmente, na produção das fábricas e na geração de lucro para os seus proprietários, esse modelo capitalista sobreviveu da mão-de-obra barata dos(as) trabalhadores(as) – assalariados(as) livres (Marx, 1973).

Passados séculos, a história continua a revelar esse sistema de classes como norteador das relações econômicas e sociais atuais. A grande diferenciação entre o início do sistema capitalista para o que se é visto hoje, se encontra nas motivações dos proprietários e na mudança de valores que foi produzido. Sombart (1973) acredita que hoje o interesse maior dos donos da produção é ver seus negócios prosperando, e para que isso aconteça é necessário que os seus produtos estejam sendo consumidos continuamente. Isso ocasiona a criação de uma cultura consumista, que leva as pessoas (consumidoras) a estarem, constantemente, comprando, adquirindo os produtos colocados à venda. De tal forma, é caracterizada uma apreciação quantitativa da pessoa quando se procura valorizá-la pelo seu poder de compra.

Na sociedade de classes, além do grupo dominante, formada pelos(as) grandes empresários(as) que ditam os produtos e a produção, também é encontrado outro seguimento, o proletariado. Meusel (1973) define o proletariado como “a classe de trabalhadores que são livres, legal e economicamente, para dispor de sua própria mão-de-obra” (p. 331). É uma classe composta por pessoas que vivem, juntamente com a sua família, em condição de assalariamento, onde suas atividades são predeterminadas e compradas a um preço definido. É, geralmente, conhecida como classe baixa ou pobre e suas condições de vida refletem o valor financeiro de seu trabalho.

Entre a classe baixa (proletários) e a classe alta (empresários) há um grupo de pessoas que são pertencentes à outra categoria: a classe média. Essa classe é constituída, basicamente, por pequenos(as) empresários(as), empregados(as) de escritórios, baixos níveis de funcionalismo público e profissionais liberais, por pessoas com alguma propriedade privada e de posses medianas. A classe média seria responsável pela estabilidade da sociedade e de suas camadas. No entanto, além de ter uma difícil definição, teria uma intrincada continuidade, porque por um lado está aproximada da classe trabalhadora e, por outro, almeja a burguesia (Halbwachs, 1973).

Assim sendo, fica apreendido que as categorias estabelecidas no sistema de classes sociais são caracterizadas pelo modo de produção que as rege. Logo, a posição das pessoas no processo produtivo é o que determina se terão apropriação do produto e, conseqüentemente, como será a sua classificação e mobilidade social, e com isso, as relações de produção e de poder.

Sabida a estrutura das sociedades de classe pode ser entendido que as categorias sociais, seja de classe, de raça ou gênero, estão impetradas por relações de dominação, onde um determinado grupo – às vezes dentro da mesma categoria – tem o domínio sobre os

demais. Isso gera um complexo processo que multiplica as formas de opressão. Nesse sentido, é preciso problematizar a necessidade de se inserir a questão de classe nas discussões de gênero, pela importância que os fatores econômicos têm na construção das relações nas quais a mulher é submetida.

De início, deve ser compreendido que na atual forma de estratificação social, para manter o seu lugar de poder, a classe dominante cria mecanismos que executam a penetração de sua concepção de mundo no interior de todas as camadas sociais. Conforme afirma Alves (1980): “Na sociedade de classes este conjunto sistematizado de idéias e de significados é formulado a partir dos interesses da classe dominante, que o utiliza a fim de legitimar a sua dominação” (p.26). Esse artifício é uma chave imprescindível para a manutenção da dinâmica da divisão por classes sociais.

Faz-se necessário também ser consciente de que a desigualdade de gênero antecede a de classe. No entanto, uma vez sendo a sociedade separada por classes sociais (alta, média e baixa), inevitavelmente, há a colaboração desse sistema para acirrar as assimetrias de gênero. Nela é gerada não apenas uma luta entre as oposições de burguesia e proletariado, mas, especificamente, pela forma com que o meio de produção capitalista se apropria da função reprodutora da mulher e de suas características biológicas, gera uma manipulação por parte dos mais favorecidos para submetê-la à ideologia masculina dominante, tornando homem e mulher opositores (Alves, 1980).

Com essa separação, a classe sócio-econômica dominante é fortalecida pela oposição homem-mulher. Uma vez imbuída na mulher o seu lugar de subordinação ao homem, ela internaliza uma condição de inferioridade, ampliando essa condição dominada para as demais relações de poder. Dessa forma, a mulher – em parte pelas suas funções biológicas – é colocada num lugar de desmerecimento no sistema econômico e, com isso,

fica intensificada a exploração de seu trabalho por mais-valia – seja no trabalho pago, seja no não-pago.

Para Reed (1980/1980) a desigualdade entre os sexos, por si só, já é característica da sociedade de classe e do capitalismo pelo modelo da vida econômica, cultural, política e intelectual que proclama o homem como superior em detrimento da mulher em todos esses âmbitos. Logo, é do interesse dos dominantes que haja as desigualdades de classe e gênero. Para tanto, a classe dominante desenvolve mecanismos que legitimam as diferenças para manter a segregação dos grupos, para deixá-los sempre em oposição, permanecendo o seu domínio inquestionável (Alves, 1980).

Nesse ciclo que o sistema econômico capitalista desenvolve – divisão do trabalho gerando as separações por classes sociais – são fortalecidos os meios de subordinação e desvalorização de determinados grupos, para que os interesses ideológicos da classe e do gênero dominantes sejam mantidos. Como afirma Alves (1980) “Numa sociedade de classes, que por sua própria característica de exploração é conseqüentemente sexista e racista, um operário negro é oprimido pelo operário branco, e uma mulher, operária ou não, é oprimida pelo homem de sua classe e raça” (p.35). Assim, quando se colocam as relações homem-mulher e rico-pobre, fala-se de uma dupla situação de dominação, de uma dupla situação de exploração social. Ou, ainda, nas palavras de Saffioti (1987):

Nunca é demais afirmar: o poder é branco, masculino e adulto. Em outras palavras, subordinam-se ao macho branco e adulto mulheres, negros e não-adultos. Não se pode esquecer, porém, que se todo macho branco e adulto detém alguma parcela de poder em relação às mulheres, aos não-brancos e às crianças, a maioria dos homens brancos e adultos sofre de dominação de outros machos brancos e adultos, cujo poder deriva de sua pertinência às classes dominantes (p.85).

As relações de gênero estão, portanto, interligadas às relações hierárquicas do sistema de classe que separa os(as) mais afortunados(as) dos(as) subordinados(as) destes. E, certamente, a vivência nessas posições desiguais acarretará disparidades quanto ao prestígio, valorização e satisfação de cada indivíduo. Sabendo disto, tentemos, brevemente, compreender esse processo e as implicações que as atribuições econômicas deliberadas aos grupos sociais emitem nas pessoas pertencentes a estes.

Para Tumin (1967/1970) a afastamento social por classes gera conseqüências nas sociedades e, respectivamente, em cada indivíduo que a compõe porque as oportunidades e os estilos de vida destes são diretamente afetados. E, para que os sistemas de estratificação social sejam mantidos, existem processos que são transmitidos pelas gerações, dando continuidade ao sistema, ainda que este esteja em contínua modificação.

O primeiro processo para manter o sistema é a *diferenciação*. Há a definição e a separação das posições, dos papéis, dos direitos e das responsabilidades de cada grupo social. Os papéis e a autoridade desses grupos, em conjunto com os mecanismos para assumi-los, motivam os indivíduos a praticá-los de forma conscienciosa, impedindo desvios destes padrões.

Outro item importante colocado por Tumin (1967/1970) é a *classificação*. Nesse processo é feita uma comparação de cada papel desempenhado e depois se atribui um grau de maior ou menor valor. Cada sociedade organiza seus próprios critérios para estabelecer tal seleção o que deixa efetivada a hierarquia do sistema. Com isso acontece a *valorização*. Neste terceiro fator há uma gradação, em diferentes escalas, que mensura as atribuições dos *status*, imputando valores distintos às pessoas que desempenham diferentes papéis. Os critérios para essa valorização vão desde atributos pessoais até aos amplamente referendados pela sociedade como um todo. Quando a valorização é publicamente

simbolizada pode motivar variadas condutas para o indivíduo, desde uma negação defensiva de sua situação desfavorável até um afastamento desse social que o desvaloriza.

Por fim, ainda em referência aos escritos de Tumin (1967/1970), temos as *recompensas*. Estas são obtidas quando há atribuição, aos diferentes *status*, de quantidades de coisas boas ou prêmios: propriedades, poder ou satisfação psicológica de maneiras desiguais. Após a separação por grupos sociais, em níveis micro ou macro, há uma classificação nessa divisão onde uma parte receberá uma atribuição mais valorativa e, conseqüentemente, mais recompensas em detrimento das outras.

Podemos então sugerir que, nas sociedades de classe, há categorias (masculina, branca e rica) que desfrutam de papéis mais favoráveis, com melhor *status*, acrescidas de valorização e de formas de recompensas melhor atribuídas. Em uma posição oposta, podem ser encontradas categorias (feminina, negra e pobre) desqualificadas, com pouca ou nenhuma apreciação e, ainda com recompensas insatisfatórias para a sua condição de vida e existência.

Por pertencer a um grupo melhor ou pior classificado, uma pessoa pode ter como conseqüência diferentes oportunidades na vida e em padrões de relacionamento. Como colocado por Tumin (1967/1970), as divisões de classes sociais possibilitam oportunidades diferentes às pessoas, e com isso as desigualdades de renda, de bens e de propriedades ficam ainda mais explícitas. Por conseguinte, os estilos de vida também serão diferenciados pela segregação executada pelos valores socioeconomicamente delimitados. Assim sendo, os comportamentos, as atitudes, as formas de valorização e as recompensas, se configuram de formas diferentes em cada categoria.

O acesso ou a participação em determinados ambientes são limitados ou definidos como pertencentes a específicos grupos ou classes. Esse fato tende a distanciar os

indivíduos de um e do outro grupo, que por não conhecer a realidade oposta podem experimentar um sentimento de indiferença. A visão de mundo, a forma de falar, de lidar com o dia-a-dia, de realizar tarefas, de solucionar problemas – desde o cuidado familiar às crenças religiosas ou políticas – são vivenciadas de maneiras diferentes por pessoas de classes diferentes. A distinção existente entre os extratos reforça ainda mais as diferenças e dificulta as possibilidades de igualdade. As disparidades sociais e as vivências de cada um(a) em um contexto diferente trarão sentidos e significados diferentes às suas atividades, ao seu modo de vida e à sua própria compreensão a respeito de si mesmo.

As diferenças de gênero resvalam nas de classe, e com isso as experiências de vida e o modo de significá-las passam pelos estilos e pelas condições que o meio social possibilita às diferentes mulheres, das mais diversas realidades sócio-econômicas. E no Brasil, onde a desigualdade social é o principal motivo que o classifica como um país em desenvolvimento, essa característica fica ainda mais evidenciada. Pertencer à categoria mulher fazendo parte de uma classe dominante é diferente de ser mulher pertencente a uma classe dominada. Inevitavelmente, a condição feminina, a experiência de vida e a própria constituição identitária são afetados pelo lugar de pertencimento social e econômico de cada mulher.

Como dito anteriormente, a classe dominante possui mecanismos que transmitem idéias a ser internalizadas pelas pessoas das demais classes. Exemplo disso são as inferências da mídia, através de meios que transmitem incalculáveis bens e modos de vida que são, constantemente, apresentados à sociedade, passando uma imagem – com hábitos, roupas, falas, comportamentos – característica das classes alta e média. Esse fato cristaliza uma condição não vivenciada pela classe baixa, deixando-a longe ou à margem do que é exigido pelo modelo de sociedade que temos hoje, amparada em um princípio consumista,

efêmero e descartável, que sai das demandas das empresas e invade os lares – geralmente com a anuência de seus membros.

Conforme avalia Weinstein (2006), uma mulher, dona-de-casa e/ou profissional assalariada, apenas se aproxima – e não se apropria – de uma identidade idealizada pela cultura de consumo. Os modelos de feminilidade e estilo de vida são associados às mulheres de classe média, o que enfraquece ou diminui a classe trabalhadora feminina e sua identidade política. Para essa autora, “na América Latina, e provavelmente em outros lugares, imagens da feminilidade/respeitabilidade refletiam tipicamente os padrões de gênero e uma classe média emergente, e assim, tendiam a minar as identidades políticas da classe trabalhadora para mulheres”<sup>2</sup> (p. 162).

Vemos, então, que a dominação a qual a categoria feminina está sujeita não é limitada à esfera das dessimetrias de gênero, mas abrange as desigualdades de classe. Esta também segrega, também define dominadores(as) e dominados(as). Assim, vemos que ainda que pertencente a mesma condição de gênero, as experiências de mulheres divergem quando inseridas em classes sociais diferentes. E, para Reed (1980/1980), numa sociedade capitalista, as mulheres que pertencem à classe dominante têm os mesmos interesses dos homens da classe dominante. Entre o sexo e a classe é preferido o *status quo* da posição de privilégio social e econômico. E aqui, abre-se a possibilidade de inserção do gênero feminino como categoria possuidora de algum tipo de poder, no caso, o econômico.

A título de ilustração das diferentes condições que o fator sócio-econômico delimita para pessoas da mesma categoria de gênero, podemos ver com Macedo (1999) e Del Priore

---

<sup>2</sup> Livre tradução do trecho original: “in Latina America, and perhaps elsewhere, images of femininity/respectability typically reflected the gendered norms of an emerging middle class, and thus tended to undercut working-class political identities for women”.

(1997) que em variados contextos históricos e culturais, os distintos lugares econômicos das mulheres foram determinantes para a construção da mulher e de seus papéis. Com o advento do capitalismo as divergências de lugar ficaram ainda mais demarcadas. As mulheres nobres tiveram como destino o lugar privado – cuja principal função era o cuidado com a família – enquanto as mulheres pobres, que precisavam sustentar a si e a sua família, conviviam em espaços públicos, trabalhando como ambulantes, lavadeiras, prostitutas, etc., sempre envoltas pela dupla jornada de trabalho.

Inegavelmente, a condição feminina tem diferentes versões quando lidas pelo contexto de classe. Por essa reflexão, acreditamos ser necessário saber como as classes sociais marcam as vivências das mulheres – das donas-de-casa, no caso desta pesquisa. De acordo com a literatura apresentada, sabemos que a inserção em contextos diferentes produz sentidos e significados também diferentes às atividades, ao modo de vida e à própria compreensão a respeito de si mesma.

No presente estudo de gênero buscamos o recorte de classe por entender que a interação entre essas categorias constitui o fenômeno social que mais contribui para a desigualdade entre homens e mulheres. Desigualdade essa que, como veremos no capítulo seguinte, rompe as barreiras da vida privada e se propaga para o espaço público, reverberando no trabalho feminino e na provável invisibilidade deste.

## CAPÍTULO II: TRABALHO FEMININO, DIMENSÕES PÚBLICA E PRIVADA

*“Os diferentes estágio do desenvolvimento da divisão do trabalho representa igual número de diferentes formas de propriedade. Em outros termos, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, ao mesmo tempo, relações dos indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos do trabalho”.*

Octavio Ianni

Um dos elementos que merece destaque na reflexão a respeito das mudanças que ocorrem com a categoria feminina é o trabalho da mulher. E, conseqüentemente, o desdobramento que esse fenômeno promove para as discussões de gênero. Com o estudo das condições do trabalho feminino (pago e não-pago), compreender-se-á que as desigualdades entre homem e mulher iniciam-se no ambiente doméstico e expandem-se para o coletivo, evidenciando as dissimetrias de poder e valor atribuídos a ambos, como categorias sociais distintas.

Além disso, trazer esse tema à nossa discussão provocará uma análise de que, se por um lado é reconhecido que a ocupação da mulher no espaço público é necessária para a transformação do sistema androcêntrico, por outro, será explicitada a lacuna existente entre o real e o ideal da igualdade de gênero. Por isso, busquemos compreender, à luz da História, como o processo de diferença entre o trabalho masculino e o feminino transformou-se em desigualdade.

## **2.1. A mulher na história do trabalho ou a história do trabalho da mulher?**

As divisões sexuais do trabalho foram inscritas nos sistemas econômicos, confundindo-se com os modelos de relações sociais e com a inscrição de limitações dos papéis masculinos e femininos. Em diferentes momentos históricos, narrados pelos modos de produções, homens e mulheres desenvolveram trabalhos (pagos e não-pagos) para o seu sustento.

Como visto no capítulo anterior, no princípio da humanidade a primeira divisão do trabalho era simples, dizia respeito à maneira pela qual se colhiam os alimentos. As mulheres recolhiam os produtos vegetais em campos próximos às suas habitações e os homens iam à caça de animais em lugares longe dos acampamentos. Com a agricultura extensiva e a criação de gados foi necessário que um grupo de pessoas se reunisse em torno de um espaço de terra estabelecido para o cultivo de seu solo. Isso possibilitou as formações de clãs separadas, chamadas de “famílias amplas”, passando posteriormente para as famílias individuais ou nucleares (Engels, 1973; Marx 1973; Reed, 1980/1980).

As atividades agrícolas e artesanais eram desempenhadas por todos os membros da família em suas próprias terras. Nesse sistema, cada pessoa desempenhava uma determinada função e a produção era vinculada ao sustento da família, ou seja, se produzia unicamente o que era consumido dentro daquele núcleo familiar. De tal forma, a mulher do campo participava das atividades econômicas familiares.

Tomando como base os textos de Engels (1973) e Marx (1973) vemos que homens e mulheres do campo, independente do estado civil, trabalhavam na lavoura. Nesse contexto, de domínio territorial que a atividade agrícola demandava, foi inserida uma relação de

poder e dominação, que permitiu a instalação gradativa do sistema patriarcal, onde o homem deteve os privilégios e o domínio sobre suas posses – terra, bens e família. E, como sabemos, essa cultura patriarcal foi, ao longo do tempo, produzindo uma maneira de viver caracterizada por ações que promoveram as relações do tipo: dominador-dominado, superior-inferior, masculino-feminino.

Mais adiante, a Idade Média produziu um novo modelo econômico. Muitos agricultores migraram do campo para a cidade pela necessidade de mão-de-obra nos centros urbanos. Devido ao aumento demográfico, esses centros demandaram uma maior produção artesã e, também, tecelã. Mas, de maneira geral, os membros da família continuaram a desenvolver o trabalho de maneira coletiva em todas as etapas da confecção de seus produtos.

As atividades eram desenvolvidas, de forma manual, no espaço doméstico. Aqui, as(os) artesãs(os) começaram a apropriar-se de oficinas de produção onde fabricavam seus produtos para serem comercializados. Esses produtos eram trocados e repassados pelos comerciantes – figura surgida nesse período – que fazia o intercâmbio entre as cidades, aprimorando seus itens de negociação. Além dessa participação artesanal, as mulheres com uma realidade econômica desfavorável também atuavam para o sustento familiar. Frequentemente, elas faziam trabalhos na qualidade de vendedoras ambulantes, lavadeiras, amas-de-leite, entre outras funções desenvolvidas nas cidades (Macedo, 1999).

Nas sociedades pré-industriais todos os membros da família se integravam em tarefas produtivas, até mesmo as crianças. Fazendo, obviamente, os devidos recortes socioeconômicos, veremos que as moças solteiras também trabalhavam ou no seio familiar ou para outras famílias. E as mulheres casadas, que ainda viviam no espaço agrícola,

cuidavam de animais, da venda da produção ou ainda do cultivo da plantação. Já nas cidades, elas ajudavam seus maridos artesãos na fabricação de seus produtos.

A chegada das máquinas é vista como um grande acontecimento sócio-econômico que provocou consideráveis mudanças na humanidade. O processo de industrialização promoveu o crescimento territorial e econômico das cidades, da mesma forma que novas configurações sociais foram se formando. Surgiu, nesse momento, a necessidade de se buscar mão-de-obra barata para as fábricas. E, como não poderia deixar de ser, essa força de trabalho saiu dos lugares (físicos e sociais) mais carentes da sociedade. A partir daqui, trabalhadores(as) foram “convidados(as)” a vender suas forças (físicas) como se fossem produtos (Muraro, 1992).

Assim, mulheres e crianças foram recrutadas para operar máquinas nas fábricas. No entanto, essas mulheres e crianças não tinham seus direitos definidos nem defendidos, recebiam menores salários por serem mais frágeis fisicamente. Uma vez em que as divisões de atividades estavam relacionadas às capacidades físicas dos indivíduos, houve um privilégio biológico para os homens.

A revolução industrial e o surgimento da necessidade de uma classe operária assalariada para trabalhar nas indústrias, talvez tenham sido os grandes vilões da separação dos sexos e da valorização social do homem trabalhador em detrimento da mulher trabalhadora. O trabalho das mulheres nas fábricas era considerado uma extensão de seus trabalhos domésticos, um complemento da renda familiar. Em outro sentido, o trabalho realizado pelos homens, com salários freqüentemente superiores, era tido como o responsável pelo sustento familiar, reconhecendo-os como provedores e “chefes-de-famílias”.

Chegamos ao capitalismo, datado do século XVI, baseado na exploração da mão-de-obra assalariada. Nesse regime, a força de trabalho passou a ser mercadoria, o trabalhador não vende mais a sua mercadoria e sim sua força de trabalho por um salário combinado. A concentração de riquezas nas mãos de poucos e a exploração de muitos, aliada ao crescente desenvolvimento tecnológico, desembocou na Revolução Industrial do século XVIII. Ao longo desse processo foi então consolidado o modelo capitalista.

No capitalismo, os quadros de desfavorecimento e discriminação das operárias ficaram ainda mais visíveis. Além das obrigações no seio da família, as mulheres atuavam no espaço público, o que refletiu tanto na história da família como na do trabalho. Com a industrialização as mulheres passaram a ser assalariadas como operárias de fábricas ou como domésticas. Geralmente, o trabalho era temporário ou abandonado quando tinham filhos, passando, se necessário, a um trabalho informal na vizinhança ou em sua própria casa (Saffioti, 1976).

As máquinas desenvolvidas nessa época permitiam que seus manuseios fossem operados sem demandar tanto esforço físico. Isso possibilitou que as mulheres tivessem mais acesso a elas. Assim, logo passaram a ser vistas como úteis para atividades que eram do domínio masculino. Os homens por sua vez, se viram ameaçados em sua condição de trabalhadores, com o aumento da utilização de máquinas que substituíram grande número da demanda de mão-de-obra, o que desencadeou desemprego. Por outro lado, como o trabalho infantil e feminino era menos valorizado e trazia menos despesas às fábricas, mulheres e crianças eram contratadas com mais facilidade, provocando nos homens um sentimento de competição (Muraro, 1992). Vendo-as como as responsáveis por seus desempregos os homens começaram a questionar o papel da mulher trabalhadora e a cobrar

seus papéis maternos e conjugais, o que gerou um conflito social em torno do lugar feminino e de suas funções.

Além disso, o trabalho remunerado da mulher casada – de baixa-renda, porque na burguesia se desconheciam as mulheres que trabalham fora – era visto como uma atividade de complementação, subordinado aos papéis de esposa e mãe. Esse processo consolidou a normalização e a “naturalização” biologizante da divisão sexual do trabalho. O papel de mãe era um forte argumento para cercear a entrada da mulher no mercado de trabalho, para reafirmar seu lugar no mundo privado (Bardwick, 1979/1981).

Ao longo do século XX, a vida das mulheres sofreu muitas modificações e, conseqüentemente, toda a sociedade. Ocasionalmente, principalmente, por conquistas que vão desde um maior acesso à educação até aos direitos civis, as mulheres conseguiram uma maior visibilidade no mercado de trabalho e ocuparam posições que antes só eram ocupadas por homens (Lipovetsky, 2000). A revolução sexual dos anos 1960, encabeçada por movimentos feministas, promoveu um profundo questionamento a propósito dos papéis e os direitos das mulheres na família e na sociedade. Surgiu também nesse momento, a idéia de que a condição de gênero não seria determinada por corpos biológicos, mas por uma construção social, uma vez que é no meio social que se determinam os papéis que serão exercidos por homens e mulheres.

Bruschini (1996) afirma que o trabalho feminino remunerado ganhou nova força a partir de 1970, com a expansão feminina da escolaridade e com o acesso à universidade e a informação, principalmente com as camadas médias. Foi uma revolução ideológica trazida na bagagem dos movimentos feministas da década anterior, que permitiu que as mulheres ocupassem o lugar público. Paralelamente, surgiram métodos eficazes de controle de

natalidade e, conseqüentemente, a diminuição do número de filhos que “libertou” a mulher para o trabalho, principalmente nas grandes cidades.

As mudanças institucionais e ideológicas que emergiram nesse contexto produziram grandes mudanças nos papéis das mulheres dentro da sociedade. As expectativas e os conflitos também se modificaram. Contudo, ainda não há a igualdade esperada, pois a sobrecarga de atividades das mulheres contemporâneas e a desigualdade salarial e cultural, ainda podem ser percebidas nos dias atuais.

## **2.2. Condições e contradições do trabalho feminino**

Hoje já é visto que quando a mulher se compromete com sua vida profissional, com uma carreira, ela passa a ter uma representação diferente. O foco passa a ser ela, e o seu trabalho ganha uma dimensão que transcende o ganho financeiro. O interesse da mulher pelo trabalho passa a ser motivado pela auto-afirmação e por uma independência econômica e social, dando a ela o direito de adquirir espaços e reconhecimentos por suas funções. Por mais que existam motivações diferenciadas e questões de classe a ser ponderadas são notórios os avanços que foram dados (na verdade, conquistados) nessa direção.

Em estudo realizado com mulheres da classe média, casadas e com carreiras profissionais, Ardaillon (1997) constatou que “o dinheiro ganho com o trabalho, o dinheiro-meu, tem poder individualizador, e proporciona à mulher um espaço de negociação na relação conjugal” (p.89). Isso nos mostra que para além da realização econômica que o

trabalho feminino promove, o poder de decisão e concretização de sua individualidade são os principais ganhos do trabalho feminino.

Há mais de duas décadas, Bardwick (1979/1981) já analisava e previa conseqüências da entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho. Inicialmente o fato de o trabalho representar auto-realização e, conseqüentemente, das mulheres buscá-lo para desenvolver suas potencialidades, despertaria um sentimento de individualidade não mais baseada exclusivamente na família ou na idéia de apêndice do homem. E, por mais que tivessem que encarar um novo estilo de vida, tensões, conflitos, ansiedades e demais aspectos emocionais aos quais não estivessem ambientadas, a realização produziria uma gratificação superior, uma vez que agora elas teriam o direito de escolher o rumo de suas vidas. Isso traria novos valores sociais e normatizaria o trabalho feminino, visto pela sociedade em outro momento como função desviante.

Não se pode esquecer, no entanto, de fazer menção a influência do sistema capitalista na construção do novo valor social dado a mulher trabalhadora. Agora valorizada como consumidora, a mulher também tem um potencial de compra elevado. Ou seja, é de interesse do modelo econômico atual que a mulher – principalmente da classe média – trabalhe para dispor de um razoável poder aquisitivo e, assim, possa adquirir os produtos lançados pelas empresas da classe dominante.

Todavia, por mais que as mulheres adentrem cada vez mais o mercado de trabalho – favorecidas por mudanças culturais e econômicas que promoveram um distinto padrão de comportamento das mulheres – elementos da desigualdade de gênero estão refletidos nas desigualdades profissionais. Por trás da aparente igualdade de oportunidades, o trabalho exercido por homens e por mulheres ainda está diretamente ligado aos papéis sociais que, historicamente, foram executados por um e pelo outro gênero. Para Lipovetsky (2000), a

condição de trabalho da mulher está, freqüentemente, interligada à família, seu lugar de direito. Logo, o trabalho doméstico continua sendo seara do feminino. O cuidado com a saúde e a educação dos(as) filhos(as) permanece sendo da mulher, que via de regra, é quem se ausenta ou se afasta do trabalho quando a família exige, por algum motivo.

Barroso (1982) fez um levantamento de aspectos da vida da mulher brasileira e sua condição na década de 1970. Seu estudo constatou que o trabalho feminino foi caracterizado por guetos ocupacionais (setor terciário), por baixos salários (quando em comparação aos homens que desempenhavam a mesma função), por funções diretamente proporcionais a escolaridade e a classe (classe baixa: domésticas; classe média: cientistas), pelo desfavorecimento na legislação e pelo trabalho informal - especialmente na classe baixa, sobretudo em função da necessidade de prover o sustento da família. Houve, ainda, o aumento a mão-de-obra feminina tanto no espaço urbano quanto no rural, uma vez verificado um número elevado de mulheres chefiando suas famílias, com baixíssimos salários ou com o apoio do trabalho infantil.

Outra contribuição de seu estudo, diz respeito às divisões sexistas na educação. A mulher estaria para o ensino científico ou normal assim como os homens para o ensino técnico. E, por obstáculos como casamento, família e maternidade, a entrada e/ou permanência da mulher numa universidade era condicionada. Além disso, os cursos nas áreas de humanas, letras e artes seriam mais ocupados pela categoria feminina, enquanto os cursos nas áreas de agrárias, exatas e tecnologia seriam masculinos, como ressonância dos modelos sexuais tradicionais.

Essas diferenças sexistas não se limitam à educação. Passados quase 40 anos da pesquisa de Barroso (1982) ainda encontramos fatos semelhantes. Nos setores econômicos, nas oportunidades de emprego, também são encontradas áreas e/ou funções exclusivas de

homens (construção civil, indústria automobilística, etc.) e outras áreas sob o domínio das mulheres (estética, atividades domésticas, etc).

Os estereótipos sexistas continuam rotulando os comportamentos dos indivíduos e, conseqüentemente, o sistema de empregos e as possibilidades profissionais. As expectativas que o meio social levanta para os homens (coragem, poder, liderança, agressividade) e para as mulheres (cuidado, doçura, fragilidade, emoção) permanecem ditando alguns empregos específicos. Geralmente, atribuído às atividades reprodutivas uma representação feminina e às de produção características masculinas. Essas posições reverberam nas oportunidades e na participação no mercado de trabalho para um e para o outro sexo. As trabalhadoras ainda se concentram em atividades femininas e ganham menos, embora tenham gradualmente ocupado cargos mais importantes. (Bruschini, 1996).

Saffioti (1987) afirma categoricamente que, fazendo parte de um grupo de menos reconhecimento e valorização social, as mulheres tendem a receber bem menos que os homens pelo seu trabalho – ainda que desempenhem a mesma função. Isso é, sem dúvida, conseqüência da posição que historicamente e socialmente lhes foi imposta, o que representaria duas vitórias das classes dominantes. Por um lado, do homem em relação à mulher, e por outro, da classe patronal em relação à operária.

De tal forma, como vimos no capítulo anterior, o modelo relacional de dominação-exploração ao qual a categoria mulher é submetida, entre outras categorias discriminadas pela sociedade, favorece os objetivos lucrativos da classe dominante no sistema econômico vigente. É interessante para os que detêm o poder, para os que ditam as condições subumanas de trabalho, que as dissimetrias de gênero permaneçam.

Até porque, o poderio do homem sobre a mulher gera tanto uma perda financeira no seio familiar quanto impede o avanço das lutas das classes trabalhadoras por seus

benefícios. Esse fato é amplamente tratado por Saffioti (1987) ao apontar que uma vez não sendo tratada na mesma proporção a questão dos direitos de homens e mulheres – até mesmo por parte dos sindicatos – promove o enfraquecimento da categoria. Para essa autora, por mais que a mulher sofra com as desigualdades no mundo do trabalho, o homem pertencente à mesma classe social também é prejudicado, uma vez que, como cidadão, é também impossibilitado de alcançar uma democracia plena. Resumidamente a autora afirma: “As mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados” (p.27).

Cappellin (1996) também contribui para o assunto, ao refletir que a discriminação ou assimetria no trabalho de homens e mulheres, pode ser encontrada nas ofertas de emprego em que as características exigidas como força física, capacidade de comando, personalidade forte ou disponibilidade total para o cargo são, indiretamente, relacionadas ao sexo masculino. Ou ainda, nas desvantagens que a mulher encontra quanto à entrada ou à permanência no trabalho por sua situação familiar, estado civil ou gravidez.

Quanto a isso, Bruschini (1995; 1996; 1985) aponta que embora a necessidade econômica, a demanda do mercado e a realização pessoal também tenham papel fundamental na decisão da mulher ingressar, permanecer ou deixar o mercado de trabalho, geralmente o estado conjugal, a presença de filhos(s) e suas idades, as características do grupo de pertença e a estrutura familiar são fatores fundamentais nas suas escolhas. Acrescentados a esses fatores, ainda há a outro elemento condicionador. Trabalhos que exigem mais exclusividade, deslocamento e que retiram a mulher do lar, tendem a pagar melhores salários e benefícios previstos na legislação. Por outro lado, as atividades não formais e que favorecem uma atenção concomitante à família, não possuem estabilidade alguma nem rendimentos satisfatórios.

O trabalho da mulher não está relacionado apenas à demanda do mercado e as suas qualificação para atendê-la, mas a um arranjo que articula vários elementos familiares, citados acima. Isso aumentado pelas questões sócio-econômicas da família. A mulher que necessita trabalhar para suprir ou ser a única fonte de renda familiar precisará de uma rede de apoio – creche ou algum outro cuidador, parente, vizinho, filhos mais velhos – para continuar suas atividades profissionais. Se a mulher tiver um trabalho que lhe proporcione uma remuneração mais elevada, provavelmente, pagará a outra mulher para lhe substituir no cuidado doméstico.

O fato é que, ainda que realize atividade remunerada fora de seu lar, a mulher continua a ser a responsável pelo espaço doméstico. Mudam-se estruturas sociais públicas, mas permanecem no espaço privado as desigualdades entre homens e mulheres quanto aos direitos e deveres. Uma vez transformadas as vidas das mulheres em função de sua inserção no espaço público, compete-nos pensar sobre as conseqüências e mudanças que o fenômeno do trabalho feminino provocou no espaço doméstico. Fica a questão: em que medida a saída da mulher do âmbito privado transformou esse espaço e, principalmente, o seu papel dentro dele?

Em pesquisa realizada por Perlin (2001), com casais que trabalham fora, apontou que 64% dos homens realizam menos da metade das atividades domésticas, enquanto as mulheres, 65% delas, continuam acumulando a maior parte das responsabilidades com o cuidado da casa, ainda que, o salário recebido por ambos contribuam, equitativamente, para o orçamento familiar. Ou seja, ainda que o salário feminino não seja mais visto mais como renda complementar, os afazeres domésticos realizado pelo homem continua sendo recebido como uma ajuda, permanecendo sob a responsabilidade da mulher.

Segundo Ardaillon (1997) o principal ponto de diferença que o espaço doméstico sofreu foi à abertura de negociação entre o casal, possibilitada pelo trabalho e remuneração da mulher. Mas o ponto crucial, causador de culpas ou angústias, é o dilema entre profissão e maternidade. A autora explica que “Um dos limites nas mudanças é o fato de que, até hoje, não foi possível equacionar de modo satisfatório o conflito que contrapõe a liberdade individual da mulher à maternidade e à família [...]” (p. 16).

Em recente estudo realizado com mulheres das classes média e alta, que tinham uma boa rede de proteção, que contavam com maridos participativos, com instituições cuidadoras e recreativas, e, ainda, com empregadas e babás, Troiano (2008) observou que a maternidade é o grande dilema da mulher trabalhadora. Surgem dúvidas quanto à permanência no mercado de trabalho, sentimentos de culpa, além dos estresses necessários ao se fazer os arranjos para ser mãe e cumprir a múltipla jornada de trabalho.

De longe, o ser mãe é o que mais interfere no trabalho feminino. Existe o mito – ancorado no aleitamento – de que o cuidado das crianças é de exclusividade feminina; logo, são as mulheres que têm que se ajustar. Há as que abrem a mão de ser mãe, levando uma carga de culpa e cobrança social; há as que deixam de trabalhar quando engravidam ou depois que o(a) filho(a) nasce e que, muitas vezes não conseguem voltar ao trabalho; há algumas que conseguem trabalhar só por meio período; e outras que voltam ao trabalho quando os(as) filhos(as) estão em idade escolar e os(as) colocam sob a responsabilidades de outros(as). Obviamente a solução para todos esses dilemas não pode ser deixar de ter filhos(as) – embora os índices da natalidade tenham caído. Mas a sociedade, e não apenas as mulheres ou os casais, precisa construir mecanismos adequados que permitam um compartilhamento dos espaços públicos e privados menos penoso para as mulheres, algo ainda no plano das idéias para a maioria das culturas atuais.

Obviamente, que já é vista uma crescente negociação de divisão das tarefas, especialmente entre casais mais jovens e com alto grau de escolaridade. No entanto, permanece com a mulher o gerenciamento das atividades. Problematizar o exercício do trabalho doméstico torna-se, portanto, tarefa importante para compreensão do universo feminino.

### **2.3. Trabalho doméstico: qual a (des)medida de seu valor?**

Essa situação de desvalorização do trabalho feminino pode ser ampliada se trouxermos para a discussão a atividade remunerada realizada no espaço privado que é o caso do emprego doméstico, geralmente, executado por mulheres. Elas trazem à tona a desvalorização do trabalho feminino. Embora realizados a mais de 20 anos, os estudos de Sardón-Filippini (1987) sobre a situação da empregada doméstica na América Latina e a pesquisa de Farias (1983) no contexto brasileiro e regional nordestino, tornam-se atuais quando apontam para o menosprezo com que essa profissão e essas trabalhadoras são vistas.

As pesquisadoras enfatizam a relação de subordinação com a qual as mulheres domésticas são tratadas, tendo espaços físico e ideológico limitados, geralmente, por desempenhar atividades do domínio exclusivamente feminino. Aqui, nos deparamos com constituições que envolvem questões de classe, de valor e divisão social do trabalho e de relações de poder que adentram, ainda mais, na disparidade de lugar e de atribuições sociais das categorias homem e mulher.

Além da questão explícita de gênero, por ser um conjunto de atribuição de atividades feminina, entraria uma questão histórica por ser uma profissão que também

deriva dos vínculos sociais e das funções exercidas por escravas – por isso, muitas vezes são mulheres de raça negra, descendentes de índios(as) ou escravos(as) que atuam como domésticas. Questões regionais também contribuem para a desvalorização do trabalho doméstico, uma vez em que grande parte das empregadas domésticas são, em geral, migrantes do campo, de cidades do interior ou de estados nordestinos (Matos, 1994).

Acrescentamos, ainda, que a maioria das empregadas domésticas são mulheres, da classe baixa, negras, com pouca ou nenhuma instrução. No modelo sócio-econômico, elas estariam na categoria de maior desqualificação, pelo lugar social que ocupam. Possivelmente, por não terem tido outras oportunidades, essas mulheres reproduzem a noção de famílias mais abastadas, as atividades domésticas desempenhadas em suas casas em troca de um salário.

Na execução de suas funções por um valor combinado e, ainda, no convívio com uma família com outro nível econômico, fica configurada a relação de poder característica do padrão empregador-empregado. E, nesse caso, em que, geralmente, uma mulher assume o lugar de empregador e a outra de empregado, vemos que a relação de poder passa pelo viés de classe e não de gênero.

Nesse caso, fica evidenciado que na relação patroa-empregada há uma relação que pode ser descrita como semelhante àquela existente entre masculino-feminino, onde a pessoa que detém o poder subjuga e denega a que não possui. Uma assume o lugar de controle e domínio, enquanto a outra de subserviência. Para Faria (1983), essa situação é consequência da aprendizagem de modelos de poder que as mulheres mais abastadas têm em suas convivências. Segundo a autora: “É mais fácil transferir o seu problema [...] para outras mulheres ainda mais excluídas do que elas da vida social” (p.123). Muito dessa relação ainda merece atenção e estudos.

Por hora, fiquemos com os indicadores da desvalorização do trabalho doméstico e da mulher que o executa. Para tanto, recorreremos à recente pesquisa de Porto (2006), sobre qualidade de vida, embasada nos princípios da Bioética – particularmente da Bioética Crítica de Inspiração Feminista. A autora viu que as mulheres domésticas, por questões históricas e constituintes da sociedade, estão em condição de risco, por pertencer a um grupo que está na base da pirâmide da desigualdade social. Seu levantamento indica que, em geral, as mulheres são acometidas por condições adversas em sua vida pessoal que, aliadas à sua dinâmica profissional, produzem sentimentos de insatisfação e dor.

A autora relaciona algumas situações que fazem parte da realidade das trabalhadoras domésticas: casos de assédios sexuais e morais; péssimas as condições físicas, térmicas e arquitetônicas do seu espaço de ocupação na casa (o quartinho da empregada); jornada de trabalho ininterrupta que promove o desgaste físico e mental; os riscos de acidente de trabalho e as doenças causadas pelo seu ofício, agravadas pela falta de tempo para cuidar de sua saúde. Em adendo, ainda tem o isolamento; o desdobramento da posição de poder com a empregadora – principalmente para as que moram na residência em que trabalham; a desqualificação de suas atividades – por serem contínuas ou até mesmo pelo pouco nível educacional da trabalhadora.

Outra questão levantada pela autora é a insegurança da profissão quanto à previdência e aos demais seguros que há pouco tempo foram inclusos nas Leis trabalhistas, mas ainda são pouco cumpridas. Além disso, a relação pessoal que caracteriza o vínculo empregador-empregado fragiliza negociações que geralmente são feitas pela categoria ou sindicatos em outras profissões. Outro fator de desgaste e tensão importante é a convivência com padrões sociais e culturais tão diferentes dos seus. Esse somatório a autora só poderia concluir que “a dor e o sofrimento físico, psicológico e moral, inerentes ao exercício do

trabalho doméstico, é fator do comprometimento da saúde, que pode levar ao adoecimento” (p.261).

Se contrastarmos essas condições, desumanas em muitos aspectos, com a realidade de séculos anteriores teremos uma postura ainda mais estarrecedora. Em estudo realizado por Matos (1994) que analisou a(o) empregada(o) doméstica(o) – na época chamados “criados de servir” – no período pós-escravidão no Brasil, entre 1880 e 1930, constatamos que pouco foi modificado nos quesitos condição humana, relacionamento e valorização.

Na época por ela estudada, o contexto era de expansões urbanas e do modelo econômico capitalista. Iniciava-se a canalização de água e aparecia o fogão a gás, mas, por outro lado, havia os surtos de epidemias. Com isso surgiram novas formas de limpeza e higiene, com normas mais rigorosas para os cuidados da família. As atividades eram diversificadas em função dos estilos de vida dos patrões. O trabalho poderia ser de acompanhante, de criado pessoal, de governante. Poderiam ser específicos, tais como cozinheira, lavadeira, engomadeira, ou geral, todos os serviços relacionados à limpeza, alimentação e demais cuidados no espaço interno e externo da casa.

O trabalho era contínuo, sem tempo de descanso, permeado por acidentes (queimaduras, fraturas, esmagamentos, contusões, rupturas de varizes, tuberculoses, ataques nervosos, ou até mesmo suicídio). Era mal remunerado (às vezes só em troca de casa e comida), pautado pelo exercício do autoritarismo e da violência por parte dos patrões. As condições de alimentação e alojamento eram péssimas e sem leis que a regessem. Era um subproduto do trabalho escravo e devia contemplar uma função submissa, ordeira e eficiente.

A função nessa época – não diferente de hoje – poderia ser realizada por qualquer um, principalmente se fosse mulher por não exigir muita aprendizagem. Até mesmo

crianças, geralmente meninas, eram empregadas. No entanto, as funções femininas eram diferentes das masculinas (jardineiro, cocheiro, vidraceiro) e, ainda que desenvolvesse a mesma atividade, o homem era, em geral, melhor remunerado. Apesar disso, os homens aos poucos abandonaram esse tipo de serviço por sentirem-se desprestigiados socialmente e desvalorizados economicamente. Isso porque as funções domésticas eram desqualificadas porque essas “habilidades se encontravam mascaradas sob o atributo de qualidades naturais, submetidas ao estereótipo da feminilidade” (Matos, 1994, p.205).

Como afirma Saffioti (1987):

Os afazeres domésticos não são considerados trabalhos por se tratar de atividades de manutenção das condições para a realização do legítimo trabalho; este sim, verdadeiramente produtivo, posto que se consubstancia em produtos com valor monetário. Além disso, esse trabalho é pago por meio de salário e realizado no domínio público[...] O ocultamento das tarefas domésticas não parecem ser unicamente uma discriminação contra o trabalho realizado dentro do lar. Essencialmente, diz respeito à tradição e aos costumes da sociedade em relação ao papel feminino, ao qual secularmente foi atribuído o exercício dessas atividades. Seu lugar legítimo continua sendo referido ao lar (p. 46).

Essas palavras da autora provocam incômodos e motivações para seguirmos nossas problematizações. Tendo em vista esses fatores que permeiam a realidade da vida de mulheres que realizam o trabalho doméstico remunerado, porém invisível e desvalorização, partimos para a compreensão de dimensões da experiência de mulheres que realizam trabalho doméstico não-remunerado, talvez ainda mais invisível e desvalorizado.

### **CAPÍTULO III - PROFISSÃO: DONA-DE-CASA**

*“Além do fato de não serem oficialmente pagas por seu trabalho tradicional, o que diferencia as funções femininas das demais tarefas? De modo fundamental e simplista, suas funções específicas são definidas como ‘trabalho de mulher’. Isso parece, por si só, ser a origem mais significativa de um degradante estereótipo”.*

*Judith Bardwick*

Vimos até aqui pensando a condição feminina e, em especial, problematizando dimensões da interação gênero e trabalho feminino. Nesse momento serão dedicadas algumas linhas ao esforço de compreender e de tornar presente as condições e dilemas da mulher que se dedica exclusivamente à sua casa, aquela que tem como função social o cuidado com filhos, marido e gerenciamento do lar. Além de enveredar pela inevitável discussão a respeito da propriedade privada, esse tema questiona, e torna ainda mais evidente, a condição da mulher, a divisão de espaço como algo inerente a sua função biológica e as bases institucionais que consolidam o sistema econômico, as divisões de papéis e relações desiguais entre gênero.

#### **3.1. Espaço privado: lugar feminino. Desdobramento da condição feminina?**

O termo dona-de-casa surgiu durante a industrialização. Para Goodrich e cols. (1988/1990) essa afirmação é possível quando se olha para o contexto histórico, político e econômico em que ele nasce. Originário do modelo econômico capitalista que despontava,

aparece uma ideologia que divide a sociedade ocidental em duas esferas distintas. Um espaço particular, restrito, privado que foi “disponibilizado” às mulheres, e o outro, coletivo, irrestrito, público, destinado aos homens – curiosamente criador dessa divisão.

Sabemos, entretanto, que essa divisão não é originária dessa época. De fato, a noção de espaço público e privado é oriunda da separação entre as esferas política (*pólis*) e familiar. Desde a Antigüidade, segundo Roncaglio (1996), os gregos já atribuíam o público/político aos homens livres, como significado de liberdade; por outro lado havia o privado/familiar, referente às necessidades básicas da vida, atribuído às mulheres porque “a reprodução da espécie a prendia ao mundo da natureza” (p.137).

Todavia, vemos na Modernidade – em função do modelo econômico que ditou novas regras à sociedade – foram dados novos significados a estes espaços. O público deixou de ser político e passou a ser social, lugar das relações trabalhistas em função das trocas comerciais da sociedade burguesa, mas permaneceu sob o domínio do masculino pela capacidade financeira dos homens decorrente de sua condição de proprietários. O privado passou a ser não apenas privação de direitos, mas refúgio dos infortúnios do mundo público, ou seja, passou a ser um espaço de vida íntima familiar, sob o cuidado das mulheres na qualidade de esposas e mães. Esse acontecimento reordenou o afastamento das mulheres do poder político em suposto respeito às condições naturais/biológicas destas.

As atividades sociais produtivas passaram a ser de pertencimento do homem, enquanto as mulheres encerraram-se em suas casas. E com a instituição da família – nos moldes burgueses – a mulher ficou denegada de seu papel social e restrita mais uma vez à função privada (Reed, 1980/1980). Refém do modo de produção industrial, os homens ausentaram-se de suas casas e foram às fábricas para proverem financeiramente as suas famílias, enquanto as mulheres foram, sistematicamente, preparadas para serem mães e

esposas notáveis. Nessa divisão – diga-se idealizada pela burguesia vigente – cada gênero possuía papéis específicos na sociedade. Cabe ressaltar, entretanto, que nem todas as famílias e, em especial, as menos favorecidas, conseguiam reproduzir esse modelo.

Essa divisão de papéis, mais uma vez, favoreceu aos homens, pelo acesso às relações intercambiais, à cidadania, ao meio político e demais benefícios que o ambiente externo produz. Tudo isso, ao mesmo tempo em que, dentro de seu lar – lugar da mulher – ele exercia seu poder sobre a esposa e filhos(as), pois sua autoridade era incontestável e sua privacidade abonada. Como coloca Roncaglio (1996), a instituição da família nessa nova configuração de esfera privada favoreceu a impessoalidade do homem. Enquanto para a mulher subverter seu lugar era sinônimo de comportamento perverso, de perseguição e execração, para os homens era instaurar seu domínio na qualidade de esposo e pai.

O papel doméstico da mulher, apoiado em suas condições biológicas, justificou o seu lugar de inferioridade, de subordinação ao homem, como sendo um aspecto natural, condicionado por sua natureza. Ao mesmo tempo, essa subordinação, em princípio biológica, passa a um caráter social e econômico, uma vez que a mulher passa a ser excluída ou impedida de exercer algumas funções ou atividades, seja nos âmbitos acadêmico, político ou econômico.

Impedidas, pela norma, de freqüentar outro espaço – nesse momento histórico alavancado pela economia – as mulheres foram convocadas a se dedicarem ao papel de “rainhas-do-lar”. Imbuídas pelo sentimento de amor e cuidado, seu dever era manter a harmonia, o equilíbrio e a tranqüilidade do lar. Enquanto os esposos eram os trabalhadores com longas jornadas nas indústrias ou proprietários destas, as mulheres se responsabilizavam por recebê-los em sua casa, sinônimo de aconchego, de lugar acolhedor (Goodrich e cols., 1988/1990). Esse processo vai se repetir novamente no entre guerras e no

pós II Guerra Mundial, quando as funções de mãe e esposa, de mulher dedicada ao lar, ganham destaque no cenário social.

Lipovetsky (2000) aponta que não se pode esquecer que essa idealização e “valorização” das mulheres também tiveram outro sentido: provocar, ainda que de forma tênue, uma ruptura com a sua contínua história de depreciação. Nesse momento as mulheres – dentro desse modelo – foram endeusadas, colocadas em pedestais, consagradas por sua beleza e reconhecidas por seu desempenho no espaço privado. Uma família perfeita era sinal de uma mulher-esposa exemplar, caprichosa e cuidadosa, acima de qualquer maledicência ou desmerecimento.

Além disso, Lipovetsky (2000) e Goodrich e cols. (1988/1990) apontam para outro fato que contribuiu para a consolidação da imagem da mulher dona-de-casa: o desenvolvimento tecnológico. Surgiu no período entre guerras – inicialmente nos Estados Unidos, mas rapidamente copiado nos demais países – aparelhos eletrodomésticos que “facilitaram” a vida dessas donas-de-casa, trazendo uma sensação de conforto aos seus afazeres. A mídia, principalmente através de propagandas e revistas, apontava para uma nova figura da dona-de-casa, para mulheres felizes com os seus aparelhos eletrodomésticos, realizadas com o trabalho no seu espaço doméstico. Nesse contexto amplia-se também o comércio de cosméticos, que enaltecia a beleza feminina, e acenava com a possibilidade de que elas ficassem ainda mais perfeitas para os seus esposos, árduos trabalhadores.

Ser mulher era, portanto, o único pré-requisito para ser dona-de-casa. Logo, essa atividade não era uma opção, mas uma condição, reafirmada ao longo do ciclo vital. Sobre isso, Duran (1983/1983) aponta que embora os meninos não saibam o que serão quando crescer, as meninas desde cedo já têm ciência de que terão uma casa para cuidar, como se fizesse parte de seu destino. Este processo, que individualmente está inserido na vida de

cada mulher, coletivamente, passa a ser representação de uma ideologia que atribui a esta uma posição natural.

A mitificação dos papéis da mulher como “rainha-do-lar”, como mãe, como responsável pela família, pelo cuidado com o esposo, pela educação dos(as) filhos(as) e pelos gerenciamentos dos afazeres domésticos, foi uma construção social que enrijeceu a condição feminina e, mais do que isso, impossibilitou ou desqualificou sua inserção em outros espaços (Ardaillon, 1997; Bardwick, 1979/1981; Biasoli-Alves, 2000; Diniz, 2004; Lipovetsky, 2000; Moraes, 1997; Perlin, 2001).

Beauvoir (1949/1980), embora reconhecendo que a evolução da condição econômica da mulher favorece as negociações e arranjos estruturais na família, avalia que homens e mulheres são radicalmente diferenciados na sua relação. Isso não só reitera a diferença de papéis entre seus membros, como coloca a mulher em um lugar secundário, menos digno. Para essa autora, o papel doméstico ao qual a mulher se confina, somado à sua função reprodutora, não lhes permite uma igualdade de dignidade. Sua liberdade de escolha é restrita.

No contexto dessa divisão dos lugares e papéis a serem desempenhados, a mulher – como consequência de sua condição biológica – teve exaltado o seu papel materno. Dessa forma, a maternidade colocou em oposição os papéis domésticos e públicos. Badinter (1986/1986) chega a afirmar que, como resquício do modelo patriarcal, “o destino feminino continua a ser inscrito no lar, pelo intermédio da maternidade. Uma mulher não é ‘respeitável’, ‘realizada’ ou ‘desabrochada’ senão em função de seu status de mãe e doméstica” (p.187).

Saffioti (1987) também ressalta a maternidade como fazendo parte da identidade básica feminina em função dessa atribuição da mulher, no espaço doméstico. Como é

“natural” a capacidade de conceber e dar a luz, fica naturalizado o papel da mulher no meio doméstico e no cuidado com os filhos. A ela é cobrada a tarefa de gerar filhos à sociedade.

Concomitante a essa idealização da mulher e de seus papéis como mãe e dona-de-casa, surgiram especialistas com novos conhecimentos que ensinavam a mulher a ser dona-de-casa, esposa e mãe. Médicos, sanitaristas, religiosos e os recém-criados economistas domésticos tomaram para si a tarefa de prescrever às mulheres formas adequadas de comportamento. Tais auto-intitulados especialistas criaram vários manuais ou boletins de instruções acerca de cuidados com as crianças e com o lar, havendo um movimento de construção e imposição de regras alimentares, de higiene e cuidados com os filhos. Embora sempre tivesse existido a maternidade, nesse momento é que foi vista como instituição (Fortes, 1998; Goodrich e cols., 1988/1990; Lipovetsky, 2000, Matos, 1994).

Lipovetsky (2000) afirma que, a partir das novas exigências científicas feitas às mulheres e às suas funções, foi supervalorizado o lugar da mãe e do amor materno uma vez que surge um novo e dignificante sentido para as atividades domésticas. Dependiam da mulher a saúde do filho, a higiene da casa, o sustento do casamento, a administração financeira – elementos que valorizavam o papel da mulher como dona-de-casa. Com isso, postulava-se que homens e mulheres deviam ter diferentes funções, mas igualmente reconhecidas. A ideologia moderna valorizou o trabalho da esposa-mãe para continuar mantendo-as no interior do lar, no privado.

A título ilustrativo, apresentamos um desdobramento desse movimento retratado na pesquisa de Weinstein (2006) com uma determinada organização de serviço social da indústria brasileira, que desde os anos 50 tem desenvolvido, em centros de aprendizado doméstico, cursos dedicados às atuais ou futuras esposas e mães. O conteúdo dos cursos incluía instruções de culinária, cuidado das crianças, administração do lar, higiene

doméstica e preparação para o casamento. Além dos cursos, a organização apoiou a publicação de duas revistas: ‘Dona-de-casa’ (por um curto período) e ‘Higiene’ (de maior duração). Em 1959, a organização já tinha “formado” cerca de 214.000 mulheres.

Assim como nas demais ciências ligadas à saúde, estudiosas da psicologia (Melanie Klein e Karen Horney, por exemplo) ressaltaram a importância da mãe no desenvolvimento infantil tendo-as como causadoras de doenças e patologias quando o vínculo entre filhos(as) e mãe fosse saudável. Esse conhecimento exigiu da mulher não apenas ser mãe, mas ser uma boa mãe, atenciosa, cuidadora e responsável pelo bem-estar físico e psicológico de seus filhos e filhas, especialmente nos primeiros anos de vida (Bardwick, 1979/1981).

Certamente, a maternidade exaltada nesse modelo moderno de feminilidade trouxe um sentido enobecedor para a permanência das mulheres em seus lares. Como compensação para a reclusão no espaço privado, foi dada à mulher a nobre função de educar as crianças com os valores morais da sociedade (Fortes, 1998). O interessante é compreender como a relação existente entre as funções reprodutivas femininas e a condição de mãe passa por uma expectativa social além de qualquer condição biológica.

Badinter (2003/2005; 1986/1986) discute que o que é chamado ‘instinto maternal’ e as atribuições emotivas com a cria não seriam um evento biológico, puramente hormonal, inerente à sua condição de parideira. Seria, em comparação com as outras espécies mamíferas, uma construção desenvolvida progressivamente com o apoio da sociedade – de ordem moral e psicológica, com conseqüências econômicas. Fica tão evidente a cultura que se forma em torno da maternidade feminina e em referência a sua função reprodutiva, que chama atenção o fato de que, quando se tratar dos homens nada é falado quanto às suas funções biológicas e, muito menos, a um possível “instinto paterno”.

Badinter (1980/1985) é categórica ao afirmar:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal necessária da mãe. Ao contrário, encontramos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. [...] Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. [...] Tudo depende da mãe, de sua história e da História. [...] O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (p.367)

De fato, pensar a maternidade como principal diferenciador biológico feminino, nos coloca diante do fato que essa condição feminina passou por diferentes fases valorativas. No princípio a mulher grávida foi vista como deusa-mãe pela capacidade de reproduzir, como se seu estado fosse um presente divino (Muraro, 1989; Reed, 1980/1980). Mas também chegou ao outro extremo, passando a ser vista como um receptáculo do espermatozoides masculino, como uma simples guardiã do filho do homem, contexto no qual a maternidade teria um papel secundário (Badinter, 1986/1986; Laqueur, 2001; Lipovetsky, 2000).

Em tempos anteriores a maternidade não tinha a mesma importância da que hoje. Até mesmo o aleitamento materno – ressaltado por todos como função materna para o bem-estar físico e psíquico do bebê – era, geralmente, realizado por outras mulheres. As amas-de-leite ou amas criadeiras – mulheres pobres que recebiam para cuidar dos filhos das famílias mais abastadas – realizavam tal função independente da mãe do bebê possuir ou não leite próprio. Esse costume era tão comum e tão recente (em comparação aos milhares de anos do desenvolvimento humano) que no Brasil, a função só foi destituída em 1930 por regras dos higienistas e sanitaristas da época (Matos, 1994). Mas, independente do maior ou menos valor dado a esse papel feminino, o aspecto biológico da mulher é elemento crucial para a condição feminina.

Na qualidade de mamífero, a mulher tem a capacidade de gerar, parir e, conseqüentemente, ainda tem a responsabilidade do aleitamento, indispensável à criação

dos(as) filhos(as), e com isso sua ligação doméstica é necessária e prescrita. Assim, suas atribuições nesse espaço seriam vistas como naturais, como inerentes ao seu corpo e a sua constituição fisiológica. Inevitavelmente, essa condição maternal que a mulher assumiria, lhe postularia a um nível inferior na sociedade, uma vez pertencente ao lugar doméstico – opositor ao resto da sociedade (Ortner, 1979/1979).

Essas responsabilidades e cuidados com os(as) filhos(as) restringiram a mulher a esse ambiente privado, uma vez que ela desenvolveu vínculos afetivos mais arraigados. Os homens – sem vínculos tão duradouros de consumo de tempo ou emoção – ficaram livres para a vida pública. Uma vez confinada na esfera doméstica, a mulher não recebeu o valor, o prestígio ou a autoridade atribuído ao homem, inserido no espaço público (Rosaldo, 1979/1979; Rosaldo & Lamphere, 1979/1979).

Reed (1980/1980) deixa claro que os direitos de participar de setores da sociedade não foram vetados pela natureza, mas pela cultura que oprimiu a mulher. Até porque, ainda que sempre as mulheres tenham sido as procriadoras, nem sempre a mulher esteve encerrada e isolada em si mesma, a serviço dos(as) filhos(as) e marido como a partir do pós-guerra, pelo modelo econômico que existiu. Parece que, uma vez colocada ênfase no exercício da maternidade feminina, em uma época moderna ou até mesmo contemporânea, isso traria um sentido social subjacente que denotaria a especificidade de seu lugar, o espaço privado.

Resta-nos refletir a natureza feminina ligada à procriação, a função parideira e aos valores que a sociedade agrega à mulher, uma vez qualificada como mães, especificamente, quando condicionadas ao lugar doméstico e a função de dona-de-casa.

### 3.2. Dona-de-casa, profissão (in)visível

A imagem da mulher dona-de-casa foi, em determinados momentos da história, revestida de glamour. Em parte, por ser a responsável pelo lar, pelo espaço doméstico, concebido como um lugar de acolhimento. Por trás da máscara, a verdade crua: a vida e o trabalho doméstico são frutos de uma posição hierárquica imposta à mulher, para mantê-la em sua casa e, conseqüentemente, afastá-la da sociedade. O resultado é a invisibilidade do trabalho doméstico e a desvalorização de quem o exerce. Como reflexo de valores trazidos na bagagem do capitalismo, que mede as pessoas e suas atividades pelo poder aquisitivo que elas possuem, a profissão dona-de-casa não é reconhecida por não ser qualificada como produtora de benefícios econômicos.

Diferente dos demais trabalhos, o da dona-de-casa é realizado unicamente em seu próprio espaço, em seu lar (sem intercâmbios), sem vínculos contratuais (não há contrato) e sem liberdade (o trabalho não é livre, nem tem algum órgão, como os sindicatos, que rejeia seus direitos e deveres). Segundo Duran (1983/1983) a trabalhadora do lar “não pode deixar de cumprir seu compromisso, nem se negar a trabalhar nos feriados, nem reclamar uma jornada de trabalho equivalente à dos outros trabalhadores, nem descansar com verdadeiras férias” (p. 18).

Mesmo sendo chamadas de “rainhas-do-lar”, o valor da dona-de-casa é diminuído por não produzir mercadorias ou excedentes a serem explorados pelo sistema capitalista (Reed, 1980/1980). Geralmente, ocorre que o trabalho da dona-de-casa é significado como um serviço de troca. A atividade é desempenhada para o seu marido como uma obrigação, em troca pelo sustento financeiro que este oferece. Essa atividade de subordinação está diretamente ligada à relação social institucionalizada pela família. O trabalho da mulher

não tem a recompensa monetária – atributo econômico indispensável nas sociedades capitalista – mas, tem a aquisição de bens comprados para a família pelo marido.

No modelo de casamento e vida familiar tradicional, homens e mulheres têm papéis e funções bem demarcadas. O homem ocupa um lugar privilegiado, pois exerce uma atividade no mercado (trabalho público), contribui para a produção de bens e serviços, e possui uma remuneração que proporciona a manutenção financeira da família – o que lhe atribui poder, participação política (na esfera extra-lar), autonomia pessoal e dominação no contexto doméstico por ser o “chefe” da casa. A mulher, ao viver para a casa, exerce uma função reprodutora, realiza atividades gratuitas de subsistências, em uma situação de dependência e obediência, reclusa ao doméstico e à subordinação (Farias, 1983).

No entanto, por mais que seja invisível o valor econômico do trabalho que as donas-de-casa exercem para a sociedade, não pode ser esquecida a importância destes na economia, pois elas representam a “última fase do processo de produção de grande quantidade de bens” (Duran, 1983/1983, p.21). São as cuidadoras do lar que selecionam os produtos, que compram os bens e serviços, que os transportam, os armazenam e os distribuem entre os consumidores de sua família.

São as donas-de-casa que movimentam o mercado e os produtos oferecidos, especialmente na indústria alimentícia, no vestuário da casa (cama, mesa e banho) e de seus membros e, na manutenção do lar (produtos de limpeza e higienização). Desde a “montagem da casa”, a conservação diária, até os instrumentos nela utilizados (eletrodomésticos, móveis, etc), que constituem o patrimônio familiar, a escolha é, em geral, de responsabilidade da dona-de-casa, pois cabe a elas a decisão quanto ao uso e a durabilidade do bem.

Bruschini (2006) levanta a tese do trabalho das donas-de-casa vir a ser colocado como um trabalho ‘não-remunerado’ e não como uma ‘inatividade econômica’. Em defesa dessa posição, ela analisa estudos desde os anos 70 que tentam dar visibilidade ao trabalho doméstico e outros que usam o tempo para mensurar as atividades de produção ou de reprodução realizadas na sociedade. Ela chega à conclusão de que a quantidade de horas envolvidas nos afazeres domésticos, geralmente realizados por mulheres, constitui sim um trabalho, só que não-remunerado.

Assumindo postura semelhante, Duran (1983/1983) analisa que se o cuidado das crianças fosse realizado dentro de uma economia exterior ao lar – por mais que existam creches, escolas, etc – ninguém, nem Estado nem trabalhadores(as), teria condições econômicas para custear o nascimento e o desenvolvimento de novos membros para a sociedade. Logo, é remetida à mãe, à dona-de-casa – trabalhadora gratuita – essa responsabilidade.

Apesar da ampla gama de atividades que as donas-de-casa desempenham, elas são consideradas como população inativa pelo mercado de trabalho e, portanto, não têm seus trabalhos inclusos nos cálculos do PIB (Produto Interno Bruto). Melo, Considera e Sabbato (2007) fizeram um trabalho a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) que investiga o número de horas dedicadas às atividades domésticas. Os(as) autores(as), colocam que se os afazeres domésticos (só os executados pelas mulheres, que correspondem a 82%) fossem contabilizados como serviços não-mercantis produzidos e consumidos pela família, em 2006 o PIB brasileiro teria sido de 2.535,8 bilhões de reais, 213 bilhões a mais que o anunciado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em síntese, o trabalho doméstico feminino corresponderia a 11,2% do PIB

brasileiro. No entanto, esse trabalho não é valorado economicamente e, com isso, também é desvalorizado socialmente.

Fica evidente, portanto, que além de todas as atividades que caracterizam o trabalho individual das donas-de-casa, estas desempenham um trabalho social muito amplo que se faz indispensável para a sociedade e sua economia, independente da classe social de cada mulher. Além de gerar novas vidas – que necessitam de serviços de natureza diversa – há o cuidado com os(as) filhos(as) – e nele estão contidos todos os serviços educacionais, esportivos e médicos –, com a população economicamente ativa (seja marido, filhos(as) ou agregados), e com membros aposentados(as) ou enfermos(as) da família, entre outros. Todas são atividades indispensáveis tanto a sobrevivência da família quanto à máquina pública e financeira. O lamentável é que tudo isso não é reconhecido.

Sobre a dona-de-casa recai, portanto, a responsabilidade de cuidar das futuras pessoas que comporão o mercado de trabalho desse ingrato sistema econômico. É ela que “sustenta” e dá suporte para que outros troquem seus trabalhos por bens. Ainda assim, o trabalho da dona-de-casa, feito para as pessoas do círculo familiar, é visto como uma função tradicional da mulher, logo não atinge um caráter de trabalho, de contribuição produtiva e financeira familiar (Duran, 1983/1983).

Existe no Brasil um projeto de emenda constitucional – há anos esperando inclusão na pauta de votação da Câmara dos Deputados – que propõe um serviço de previdência para donas-de-casa – com restrições etárias e econômicas – em reconhecimento ao valor de seus trabalhos e as divisões social e sexual inerentes à sua condição feminina. Explicando o “esquecimento” do projeto, Lavinias e Nicoll (2005) ressaltam que há um total desconhecimento desse trabalho e da mulher que o executa porque é importante para os interesses do sistema econômico que o trabalho da dona-de-casa continue sendo invisível.

Esse argumento é engrossado por Duran (1983/1983), ao avaliar que esse processo de alienação das atividades da dona-de-casa foi necessário. Para a autora, uma vez destituído de seu caráter naturalmente feminino, o trabalho doméstico, gratuitamente executado pela dona-de-casa, mexeria com a base econômica da sociedade, transformando esse trabalho em algo voluntário, sem opressão. Sendo fiel as palavras dessa autora, temos que “A dúvida sobre a condição “natural” da mulher como dona-de-casa não é uma questão sem importância, uma vez que supõe pôr em dúvida, precisamente, os alicerces econômicos de nossa própria sociedade” (p.9).

Esse pensamento é consoante com o posicionamento de Saffioti (1987), ao afirmar que:

“Dada a desvalorização do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instalar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres [...] Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “naturais” destas funções” (p.11).

A invisibilidade do trabalho doméstico é, sem dúvida alguma, reflexo do lugar marginalizado que a contribuição sócio-econômica da mulher possuiu. Vista, historicamente, como improdutiva ou como procriadora, delimitada pelas suas funções biológicas, a mulher sempre representou o sexo desqualificado para a vida pública e, uma vez ocultada no interior do seu lar, seguindo o discurso de cuidadora deste, ocultaram-se também as tarefas realizadas nesse interior e o valor social das mesmas. Como afirmam Melo, Considera e Sabbato (2007) o não reconhecimento das atividades domésticas tem sua origem na histórica discriminação que as mulheres têm sofrido e que desqualifica seu trabalho como sendo atribuição da sua condição feminina. O trabalho não-pago seria conseqüência da premissa ser mulher, ser sem valor.

Partindo de um ponto de vista mais “mecânico” do trabalho desenvolvido pelas donas-de-casa, pode-se afirmar que a invisibilidade das atividades passa pelo fato de ser efêmero o resultado do seu trabalho. Para Duran (1983/1983) “a dona-de-casa tem em troca que suportar a mesma falta de objetivação, de valorização do seu trabalho, de impossibilidade de identificar-se com uma obra que, em sua maior parte, é tão pouco duradoura que desaparece poucas horas depois de feita [...]”(p.23). Tudo que é realizado logo será desfeito e necessitará ser recomeçado, constantemente, diariamente, ininterruptamente.

Em estudo realizado na Espanha, Duran (1983/1983) chegou à conclusão de que, dependendo da realidade sócio-econômica da mulher dona-de-casa, dos vínculos, da solicitação dos membros da família e da realização de suas atividades, a dona-de-casa pode trabalhar de 6 a 16 horas semanais, variando quanto ao número de pessoas na família, ao recebimento ou não de ajuda, a idade dos(as) filhos(as), a possibilidade de ter doentes na família e às circunstâncias financeiras. De uma vigilância passiva a realizações exclusivas e urgentes, as tarefas das donas-de-casa são esgotadoras pelo acúmulo de funções que são, geralmente, desempenhadas sem pausas para o descanso. Tudo isso, sem contar com o fato de que donas-de-casa ainda precisam realizar atividades extra-domésticas como compras em supermercados, levar filhos(as) ao serviço de saúde, etc.

Aqui no Brasil, segundo pesquisa da tese publicada por Farias (1983), fala-se que com os “afazeres domésticos” – leia-se cuidar da limpeza, da alimentação, da administração da casa e das finanças – os homens (que disseram fazer tais atividades, ou seja, 31,7% dos entrevistados) gastam em média 10 horas semanais, enquanto as mulheres gastam, em média, 27 horas semanais, podendo chegar a 33 horas, dependendo da faixa etária, dos anos de estudo e da posição na família. As mulheres com mais idade, com menos instrução, com

cônjuges e com filhos(as) (principalmente pequenos/as), independente de raça/cor têm uma carga horária mais elevada.

Desempenhar um número quase incalculável de atividades concomitantes necessita de um amplo planejamento na execução desse trabalho realizado pelas donas-de-casa. Conforme analisa Duran (1983/1983), a mulher articula as tarefas, os tipos de atividades que irá efetuar, com o tempo em que será executado, prevendo as necessidades dos membros da família e os recursos físicos e monetários que despenderá, sem falar nos eventos imprevistos que podem acontecer (com ela, com os membros e com a casa) que terá que contornar. Tudo isso gera estresse para a mulher.

As atividades são múltiplas e devem ser realizadas ao mesmo tempo, em uma rotina ininterrupta de trabalho. Imagina-se que quando a mulher é dona-de-casa torna-se mais difícil obter ajuda do esposo e/ou de outro familiar. Assim, na maioria das vezes é delas o cuidado absoluto com os(as) filhos(as) (levar a escola, dar ou mandar tomar banho, providenciar alimentação e fazê-lo se alimentar, comprar presentinhos para amigos(as), levar nas festinhas, ajudar nas tarefas de casa, ir às reuniões, levar ao médico, etc).

Cabem as donas-de-casa, também, providenciar os consertos de itens domésticos (encanador, eletricista, manutenção de equipamentos, etc); fazer um gerenciamento financeiro (pagar contas e serviços, fazer as compras de feira, supermercado, vestuário, etc). A complexidade dessas tarefas é ignorada, portanto, as donas-de-casa são ignoradas. Não se valoriza o trabalho que se tem em criar condições necessárias para o bom desenvolvimento da família. Outro fator gerador de estresse é que, na maioria das vezes, o seu trabalho só aparece quando não é feito (Moraes, 1997).

É praticamente impossível separar esse trabalho realizado dentro do lar da função materna. Sem dúvida, os cuidados com os filhos exigem uma carga incomensurável de

tempo gasto. Com o(a) recém-nascido(a) é preciso cuidar da amamentação, troca de fraldas, mudança de roupa, lidar com choros e com enfermidades, entre outros afazeres. Nos primeiros meses, há a atenção com o arrastar-se, pegar coisas e objetos, banho de sol, limpezas, etc. Mais tarde, tem as tarefas escolares, o cuidado para que não se machuquem com utensílios, ajudar a atravessar a rua, cuidar do lanche escolar, do vestuário, entre uma interminável lista na qual poderiam ser elencadas diferentes atividades nos diferentes momentos do ciclo da vida dos(as) filhos(as) e, conseqüentemente, de suas mães.

Chodorow (1979/1979) chama a atenção para o fato da vida de uma mulher dona-de-casa está diretamente ligada e envolvida com a vida de seus filhos. Por causa de sua situação de isolamento social, ela precisa se auto-afirmar no cuidado e na preocupação com a vida de outros ao invés de se preocupar com a sua própria vida. O desdobramento disso é o sentimento de culpa e ansiedade.

Por outro lado, a literatura também aponta aspectos positivos do trabalho realizado pelas mulheres donas-de-casa. Dentre esses, incontestavelmente, a maternidade é o que sobressai. Há quem afirme que “prezar a maternidade é exaltar o status simbólico de todas as mulheres” (Bardwick, 1979/1981, p.96) e, que o fato de gerar outra vida e de se responsabilizar por ela, já seria para a mulher uma concretização de prazeres, identificações, realizações e ganhos que transcenderiam o financeiro ou qualquer outra bonificação. A maternidade também poderia ser apontada como a atividade mais gratificante e realizadora da mulher, uma entrega absoluta quando esta se dedica exclusivamente ao seu lar.

Lipovetsky (2000) também ressalta esse ganho emocional na relação das mulheres com seus filhos e filhas. Há satisfação na realização de tarefas, recompensas afetivas e poderio no controle familiar, como fruto de um poder materno. As atividades domésticas

podem ter sentido ou pode ser o lugar em que sua vontade, desejo e organização imperam. Pode representar a “oportunidade de construir territórios identitários e pessoais” (p. 257), pode servir como uma maneira de construir e controlar seu território.

Talvez por isso seja perpetuado esse lugar de “rainha-do-lar”. Talvez por isso, em alguns casos, seja identificado certo desconforto da mulher quando o homem é, por demais, presente no espaço doméstico ou no cuidado com os(as) filhos(as). Talvez por isso, ela possa não querer ser destituída desse lugar de cuidadora do lar (Miranda-Martins, 2006). E, com isso, perpetuar os modelos construídos para normalizar os papéis masculinos e femininos na sociedade.

Sociedade está que ditam os valores tradicionais, postulando que a mulher adquire identidade através do casamento e da maternidade. Assim sendo, a identidade feminina deriva, nesse contexto, de sua competência para gerar e cuidar dos filhos e da família. E como afirma Bardwick (1981), melhor ter o *status* de esposa e mãe do que correr o risco de não atingir *status* nenhum.

Sabemos que o trabalho da dona-de-casa exige esforço físico continuado e que as atividades são repetitivas e desfeitas continuamente, o que pode provocar um sentimento de improdutividade. Mas não se pode esquecer a satisfação real que esse papel produz, na criatividade e possibilidade de desenvolvimento de autoconfiança, auto-estima e competência. Então, resta a cada uma saber de seus desejos, respeitando-se e buscando sua individualidade.

Deve ser compreendido, ainda, que o trabalho da dona-de-casa envolve, além dos quesitos manuais e intelectuais, uma dimensão afetiva diferenciada. Não é sua mão-de-obra, exclusivamente, que está sendo despendida num local de trabalho qualquer. Ao contrário, é a sua vida, seus entes queridos, sua rede social, toda sua existência gira em

torno desse seu papel, dessa sua condição. Assim, além do trabalho intelectual (aplicado ou abstrato), há o afeto, seja no o cuidado com os outros, seja por passar esses sentimentos para os demais. Cabe então compreender elementos do bem-estar psicológicos dessas mulheres frente a sua condição feminina de donas-de-casa, de profissionais do lar.

### **3.3. Dimensões da saúde mental da dona-de-casa**

Goodrich e cols. (1988/1990) fizeram uma revisão de trabalhos que abordavam a condição da mulher, dando especial atenção à situação da dona-de-casa. As autoras apontam que ‘A mítica feminina’ de Betty Friedam, lançado em 1963, é um clássico que retrata a solidão, insatisfação e o clausulo que as mulheres da época passaram. Mas o questionamento da posição de vulnerabilidade destas vem desde 1890, quando Perkins Gilman escreveu a respeito do declínio de uma esposa confinada em seu lar. Quando os filmes e demais meios de retratar a vida mostravam mulheres donas-de-casa em situação de conflito, doença mental ou infelicidade, mas, nunca apontavam para a questão política e social, ficavam sempre em um caso pessoal isolado. No entanto, como afirma Diniz (2004), a saúde mental não deve ser compreendida como algo pessoal, interno de cada indivíduo, mas como “resultado da inter-relação dinâmica entre processos de naturezas diversas” (p. 114).

No contexto atual, estudos têm revelado a existência de diferenças na forma como esses processos afetam a saúde mental de homens e mulheres. Diniz e Coelho (2005) apontam que as condições de gênero podem gerar comprometimentos na saúde mental de ambos. No entanto, os fatores biológicos (como menarca, gravidez e menopausa) agravados

por questões sociais e econômicas (violência, multiplicidade de papéis e feminilização da pobreza) prejudicam ainda mais a saúde geral e mental das mulheres (Diniz, 2004).

As assimetrias entre homens e mulheres, quer seja pela diferença anatômica e funcional de seus corpos, quer seja pelas condições sociais ou pelas expectativas e papéis, deixam as mulheres expostas a fatores de risco para sua saúde física e mental. Atento à interação entre fatores biológicos e ambientais na determinação de questões em saúde mental, Steiner (2005) afirma que são inúmeras as situações estressoras às quais as mulheres estão mais vulneráveis, e que estas, associadas às dimensões também biológicas ou genéticas específicas do universo feminino, favorecem o quadro para o adoecimento da mulher.

O estresse físico e mental da mulher pode ser superior aos dos homens, se levarmos em conta a especificidade de suas atividades intradomésticas. Esse estresse pode ser agravado se a mulher trabalhar também fora e tiver que enfrentar múltiplas formas de trabalho. Fisicamente, pode haver também o comprometimento do sistema músculo-esquelético devido às posições corpóreas e sobrecarga de trabalho doméstico ininterrupto, além do contato com substâncias ou produtos que a deixam vulneráveis à contaminação, intoxicação ou queimaduras, aumentando o risco de infecções e acidentes.

Andrade, Viana e Silveira (2006) discutem estudos epidemiológicos que apontam para uma inegável diferença de gênero quanto à incidência, prevalência e curso de transtornos mentais. Segundo as autoras, tanto as condições orgânicas, quanto, principalmente, a realidade social a qual a mulher é submetida, favorece um quadro clínico que contribui para maior ocorrência de problemas psicológicos, tais como depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, transtornos associados ao ciclo reprodutivo, ao puerpério,

a perimenopausa e a menopausa. Importante mencionar também os males físicos e mentais causados pela violência contra mulher, geralmente perpetrada no espaço doméstico.

Acrescido a esses fatores ainda observamos que no lar, espaço tipicamente feminino, é onde são realizados os trabalhos domésticos que causam dores e tensões recorrentes que podem resultar em diferentes formas de adoecimento psíquico, por ser uma atividade desvalorizada, repetitiva e monótona. Lipovetsky (2000) aponta que com a reclusão da mulher a um ambiente restrito, doméstico, privado, houve uma denegação da mulher-sujeito. Ela não era (e muitas vezes ainda não é) vista com vontades e desejos autônomos. Uma vez casada, era excluída da esfera política e deveria submeter-se ao marido, sem independência social, intelectual, emocional, política ou econômica.

Em pesquisa realizada recentemente, Araújo, Pinho e Almeida (2005) identificaram que as mulheres com sobrecarga de atividades domésticas apresentaram taxas de transtorno mentais comuns (TMC) mais elevadas. A ocorrência maior foi de transtornos de humor depressivo/ansioso (nervosismo, tristeza, irritabilidade, choro), sintomas somáticos (dor de cabeça, insônia, dor estomacal), cansaço e perda de ânimo, especialmente entre as mulheres de baixa renda e com pouca escolaridade.

Acredita-se que os papéis que uma família impõe à mulher, especialmente pela responsabilidade de cuidar dos outros, tendo os seus interesses pessoais preteridos em função de seus familiares, têm trazido prejuízos à saúde das mulheres. Elas tendem a ter mais depressão e estresse do que as mulheres solteiras ou os homens casados. Isso porque o valor atribuído pela sociedade a esta mulher é refletida no casamento, o que, muitas vezes, faz com que a mulher dependa do homem para obter certo prestígio ou autoridade dentro e fora da família, principalmente quando a dependência também é financeira (Possatti & Dias; 2002; Goodrich e cols.1988/1990).

Badinter (1986/1986) aponta que, quando o homem se casa diminui sua contribuição com as atividades domésticas, enquanto com a mulher acontece o contrário. Quando ela se casa, fica com o cargo de dona-de-casa, responsável pelas atividades domésticas. E, no caso de exercer exclusivamente essa função, tende a viver uma constante abnegação, a ter sua vida pautada pelas necessidades de outros. Suas prioridades, tempo e interesses limita-se, de modo geral, ao espaço familiar.

Por mais que tenha sido sua escolha e que se sinta reinando em seu lar, geralmente, a dona-de-casa não é quem dita às regras, quem possui autoridade ou domínio, se comparada ao *status* de seu marido, mantenedor financeiro do lar. Para Reed (1980) esse é o reflexo de questões sociais mais amplas. Categoricamente, a autora afirma a “a participação na produção social desenvolve o corpo e a mente; o isolamento e as ocupações domésticas o debilitam e restringem a visão das coisas” (p.71).

Numa visão mais psicanalítica, Forte (1998) afirma que o apego à condição de dona-de-casa, aos papéis de mãe e esposa, somados ao apego à criança e uma repressão sexual como mulher, seriam os principais motivos para o surgimento de neuroses, crises histéricas e doenças nervosas. As mulheres, sem participação na vida pública, ficariam distantes dos maridos o que levaria a uma dessexualização da relação. Com isso, todo o prazer dela seria obtido através do(a) filho(a). A mulher, obrigada a circular em um único ambiente tornar-se-ia monótona e cansativa como consequência de seu ambiente restrito. Logo, o casamento e a dedicação exclusiva ao lar, contribuiriam para as neuroses femininas.

Na década de 70, uma pesquisa realizada por Saffioti (1978) com três grupos distintos de mulheres – donas-de-casa exclusivamente, donas-de-casa que trabalhavam para fora e mulheres que trabalhavam exclusivamente fora – revelou que as donas-de-casa

exclusivas tendiam a ser menos abertas às influências contrárias a mítica feminina. Para essas mulheres, questões como o divórcio e o uso de métodos contraceptivos eram vistas de forma conservadora em comparação às demais – provavelmente porque as donas-de-casa tendem a adotar uma postura tradicional de gênero. Além disso, foi observado que o acesso a atividade de lazer, tais como freqüentar cinemas ou teatros ou até mesmo contato com leituras, eram mais restritos às donas-de-casa que tinham como passatempo principal assistir televisão ou ouvir rádio.

Essa tendência tem sido corroborada em estudos mais recentes, como a pesquisa realizada por Linhares (2001). Essa pesquisa aponta que o fato das donas-de-casa restringirem-se ao ambiente familiar e às responsabilidades que lhes são atribuídas favorece para que elas apresentem limitação de interesses individuais, uma vez que as preocupações são restritas aos demais membros da família, o que favorece uma perda do potencial criativo, produtivo e social.

A pesquisa aponta, ainda, que elas podem apresentar também dificuldades no desenvolvimento dos níveis intelectual, cognitivo e emocional/relacional, por desempenhar atividades mecânicas e sem que seja necessária uma profissionalização para isso. Tudo isso, acompanhado de um contínuo sentimento de autodesvalorização e de ausência de projeção na vida futura, o que pode gerar instabilidades ou transtornos de humor (tristeza profunda, irritabilidade, agressividade, choros constantes, etc.), baixa auto-estima, fobias ou ainda doenças físicas como a obesidade, por exemplo.

Duran (1983/1983) coloca que a dona-de-casa está, no geral, condicionada a diferentes isolamentos: físico – por não ter com quem compartilhar o espaço doméstico; psicológico – uma vez que existe para e através dos outros, em constante abnegação; organizativo – não há uma organização que defenda suas organizações, não existe uma

ordem coletiva; político – por não ter poder nem representar um setor valorizado para os que detêm o domínio econômico, e por sua vez político.

Pensamos, ainda, que mesmo que na vida da dona-de-casa seja encontrada uma satisfação conjugal, que ela desempenhe um papel ativo, voluntário e, com trocas recíprocas no seu dia-a-dia, ainda assim – o que nem sempre ou raramente ocorre – sua condição já lhe rende um considerável gasto de energia física e mental. Há atividades que dependem de horas em movimentos ou em pé, com longa duração de esforço físico. Há estresse – embora com uma autonomia fictícia de tempo – por ter que coordenar os cuidados com os membros da família (horário de colégio, de alimentação, de consultas médicas, etc). Ainda tem o controle do orçamento familiar, os contatos com parentes e familiares, a educação dos filhos, o entendimento entre os membros da família, sem falar na relação que ela desenvolve com demais instituições ou sistemas (vizinhança, escola, hospitais, igreja, etc).

Essas são algumas das inúmeras atividades que as responsáveis pelo lar desempenham. E, partindo da premissa que as doenças são produzidas pela interação de múltiplos fatores sociais, acreditamos ser indispensável ter um olhar diferenciado para a saúde dessa mulher. Dessa forma, buscamos nessa pesquisa considerar aspectos da saúde da mulher dona-de-casa, relativizados pelos fatores sócio-econômicos. O caminho que conduzimos este trabalho para atingirmos esse e outros objetivos, será explicitado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO IV: CAMINHOS DOS DISCURSOS**

### **4.1. Descrição do método empregado**

O objetivo dessa pesquisa foi conhecer dimensões da experiência de mulheres donas-de-casa. Além disso, buscamos compreender como donas-de-casa inseridas em diferentes contextos sociais significam os seus papéis femininos; perceber elementos de valorização às suas atividades, por parte das próprias donas-de-casa e de seus familiares; e conhecer como as atividades desenvolvidas por elas podem afetar em dimensões da saúde física e mental.

Dado o caráter exploratório do trabalho optamos por uma metodologia qualitativa para a realização desta pesquisa. Metodologia essa que permite que o(a) investigador(a) compreenda os indivíduos pesquisados como são, sem definições anteriores que arriscariam a expressão dos sentidos pessoais dos(as) participantes. Assim como facilitar o fornecimento de dados essencialmente descritivos, mais detalhados, profundos e completos (Bachelor & Joshi, 1986).

Narvaz e Koller (2006) afirmam que as escolhas por um paradigma de pesquisa, pela conduta da investigação, devem ser associadas à teoria, aos aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos por parte do(a) pesquisador(a). Especialmente quando a investigação é identificada como tendo um recorte feminista, uma vez entendido o feminismo como um campo tanto político quanto teórico-epistemológico.

Seguindo as colocações de Neves e Nogueira (2003; 2005) buscamos uma metodologia que não fosse ancorada na neutralidade, na isenção do(a) investigador(a) e que

permitisse o engajamento das subjetividades na pesquisa. Acreditamos que na metodologia qualitativa, a interação entre participantes e pesquisador(a) seja uma dimensão importante. E, também, que os valores do(a) pesquisador(a) interagem com a pesquisa quanto à atenção aos fatores sociais, culturais, políticos e históricos obtidos pela mesma.

Embasada em estudos de gênero e em uma produção científica feminista, optamos pelo uso do método qualitativo para nortear os passos dessa pesquisa por conter elementos condizentes com as práticas feministas, reconhecidas por adotarem metodologias assim caracterizadas:

Podemos assinalar que as metodologias feministas são reflexivas na medida em que implicam o reconhecimento da influência dos factores sociais, históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento (negando assim a possibilidade da neutralidade e da objetividade) e o reconhecimento do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e dos seus discursos (Neves & Nogueira, 2005, p.411).

Essa pesquisa acha-se, portanto, contida num campo plural e multidisciplinar que são as teorias e metodologias de carácter feminista, que propõe uma reflexão crítica dos paradigmas metodológicos, preocupando-se com o lugar do(a) pesquisador(a) e do(a) pesquisado(a), bem como com o impacto da pesquisa em suas subjetividades. Nesse contexto, os objetivos da pesquisa devem, acima de tudo, garantir “a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres, bem como dos significados que homens e mulheres constroem acerca de suas realidades sociais” (Neves & Nogueira, 2003, p.47).

Dentre as possibilidades de realizar a coleta de dados, com base na perspectiva apresentada, optamos por fazer um estudo de caso múltiplo. Triviños (1987) define este

como “*uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente*” (p.133), onde se pode ter abrangência da unidade e um suporte teórico que oriente o trabalho do pesquisador. Essa técnica tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação.

Segundo Alves-Mazzotti (2006), o estudo de caso facilita a compreensão do que se pretende investigar, coletando tanto o que é comum quanto o que é particular a cada caso. É uma investigação científica de uma unidade específica, segundo critérios determinados, que se “propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado” (p.650). Torna-se necessário ainda dizer, que o estudo de caso não deve mais ser compreendido como um monólogo na produção do conhecimento científico e que sua realização, embora erroneamente alguns(mas) pensem o contrário, exige uma complexidade de recursos por parte dos que se dispõem a utilizá-lo.

Esperamos que com o estudo de casos individuais seja possível ter uma compreensão ampliada da experiência das participantes no tocante ao nosso tema de pesquisa. Ao mesmo tempo, acreditamos ser possível apreender a individualidade de cada caso. Partindo do pressuposto que toda fala é comunicada de algum lugar, pensa-se que, por mais individual que seja o estudo de caso, ele possibilita de forma mais detalhada perceber além do mundo desse indivíduo o de outros que vivenciam a mesma experiência, imersos em um mesmo contexto histórico, político, social e cultural.

No presente trabalho, os estudos de casos foram construídos a partir da realização de entrevistas que possibilitaram a colocação livre das participantes, acreditando-se que durante a fala, os valores culturais de determinados grupos sociais internalizados pelo(a) falante se manifestam no processo da entrevista. Assim, pela entrevista, pela fala das

participantes são reveladas não só as suas opiniões, crenças ou teorias, mas aquelas do lugar de onde vêm suas vozes.

Rocha-Coutinho (2006) coloca que “através de suas narrativas podemos obter um quadro mais amplo de como os entrevistados se percebem no mundo, de como e a quem atribuem valor, e do significado particular atribuído a suas ações e a seu lugar no mundo” (p.67). As falas ou as narrativas orais em forma de entrevistas permitem que não só fatos, mas sentimentos sejam apreendidos pelo(a) pesquisador(a).

Ao ouvir o que as pessoas têm a dizer de suas vidas se apreende não apenas o que dizem, mas o como elas falam, ou seja, o discurso construído revela a ideologia a que pertence (Rocha-Coutinho, 2004). E compreender a ideologia que constitui os discursos das participantes se faz necessário na perspectiva que esse trabalho segue, fazendo recortes de gênero e classe, para conhecer a realidade de um seguimento feminino que raramente têm suas vozes ouvidas no campo acadêmico e, aparentemente, no social como um todo.

Lembrando que pesquisadores(as) pautados em uma epistemologia de gênero lançam mão desse recurso por propiciar um espaço de fala para as mulheres, ou seja, por dar voz e criar condições para que suas experiências sejam colocadas por sua própria autoria. Esse contexto permite ainda, que haja mudança ou ao menos reflexão crítica sobre o significado de suas experiências e de sua própria construção de identidade. Fairclough (1998) propõe que no discurso são modeladas as estruturas de poder podendo haver mudanças dessas relações e a construção de uma consciência crítica que vise uma prática social de resistência à dominação.

## **4.2. Delineamento da pesquisa**

### **4.2.1. Questões éticas**

O primeiro passo executado na feitura desta pesquisa foi à obtenção da anuência junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, em respeito e observância a Resolução 196/96 que dispõe a propósito da regulamentação de pesquisas com seres humanos – por mais críticas que possamos ter em relação à adequação da ciência psicologia à mesma. O projeto que fundamentou essa pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. A pesquisa iniciou-se após o recebimento da aprovação deste comitê (Anexo I).

Esse trabalho buscou cumprir todos os procedimentos éticos ditados pela Lei, assim como cumprir as diretrizes éticas colocadas pela American Psychological Association (APA), princípios 8.01 ao 8.08, relacionados as(os) participantes humanos em pesquisas psicológicas (Kantowitz, Roediger III & Elmes, 19--/2006).

### **4.2.2. Participantes**

Numa abordagem qualitativa os recursos, procedimentos e instrumentos tendem a ser flexíveis. Quanto à amostra, essa abordagem parte de um recrutamento intencional, focado num determinado conhecimento ou problemas, com poucos sujeitos envolvidos (Turato, 2005). Considerando o caráter exploratório dessa pesquisa e a busca de profundidade na compreensão do tema, concentramo-nos no estudo de três casos distintos, buscando dar conta dos objetivos propostos.

Para a execução deste buscamos dar homogeneidade à amostra da pesquisa atribuindo critérios quanto à participação das colaboradoras. As mulheres teriam que ser exclusivamente donas-de-casa por um período contínuo superior a 10 anos, deveriam ser casadas, ter ao menos um(a) filho(a) e, em hipótese alguma exercer qualquer atividade remunerada dentro ou fora de suas residências ou possuir alguma fonte de renda, como pensão ou aposentadoria.

Além desses critérios, e no intuito de apreender a experiência de mulheres donas-de-casa em diferentes contextos sócio-econômicos, buscamos por meio de uma amostra de conveniência, três mulheres inseridas em realidades díspares, em classes sociais divergentes. Embora não soubéssemos ao certo a renda familiar de cada mulher ou a faixa social explicitamente, por não dispormos desses dados antes de sua convocação, utilizamos alguns marcadores sociais – fornecidos por pessoas que conheciam e indicaram as participantes – para orientarmo-nos. Pautamo-nos, por exemplo, nas condições de moradia, nos bens mencionados, no trabalho do marido e de familiares, etc. O relato de cada uma constitui os casos que serão apresentados no capítulo seguinte.

#### **4.2.3. Instrumentos utilizados**

Com o objetivo de apreender os diferentes posicionamentos e significações que as participantes dariam ao seu papel e às atividades desempenhadas, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas como instrumento de coleta. As entrevistas foram gravadas para evitar qualquer tipo de anotação da pesquisadora durante a realização das mesmas, bem como para auxiliar na transcrição da fala para o texto.

Buscamos ter um roteiro (Anexo II) para que as participantes, flexivelmente, respondessem às mesmas questões. O roteiro era composto por dois blocos: o primeiro continha uma pergunta inicial aberta e ampla que buscava identificar as múltiplas dimensões da vida da participante; o segundo bloco continha perguntas agrupadas em eixos temáticos, podendo ser complementadas para contemplar os objetivos deste. Também foi elaborado um questionário sócio-demográfico (Anexo III) para auxiliar na aquisição de demais dados pertinentes à pesquisa.

#### **4.2.4. Procedimentos da coleta de dados**

Após ser levantada a amostra de conveniência – por intermédio de pessoas do ciclo de convivência da autora deste, que conheciam donas-de-casa com as exigências que nossa pesquisa demandava – as mulheres foram contatadas pela pesquisadora responsável para confirmar suas participações. Quando se fez o primeiro contato por telefone foi explicado o objetivo geral da pesquisa e perguntado pelo interesse em colaborar com a mesma. Uma vez confirmado o interesse por todas, foram marcadas as entrevistas individuais no local mais conveniente para cada uma.

Em função da preferência de todas, as entrevistas foram realizadas em suas próprias residências em dia e hora marcados previamente. Como afirma Turato (2000) “o ambiente natural é o local certo para a colheita dos dados, pois a configuração ambiental engloba e preserva a configuração das incontáveis características da pessoa” (p.98). A pesquisa realizada nos domicílios possibilitou o levantamento de outros dados além dos discursos das participantes, como apreender, por exemplo, aspectos familiares, domiciliares e ver, *in*

*loco*, o ambiente em que elas passam a maior parte das horas de seus dias e onde desempenham suas atividades profissionais.

As três entrevistas foram realizadas, individualmente, pela autora deste trabalho. Buscamos um espaço, em cada casa onde fosse possível ficar apenas a pesquisadora e a dona-de-casa. No próximo capítulo serão apresentadas as condições de cada entrevista em particular, com elementos referentes ao ambiente, a duração e as impressões da pesquisadora sobre as mesmas.

Pode-se dizer que o encontro teve três momentos distintos, porém contínuos. O primeiro foi referente aos aspectos burocráticos e legais da pesquisa. Foi lido e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV) em cumprimento à Resolução 196/96 e aos princípios éticos da pesquisa colocados por Miller (2003). Entendemos essa etapa, como crucial para que fosse compreendido o tema, a importância da pesquisa, o valor de sua colaboração e para concretização da participação voluntária no processo.

O segundo momento foi composto pela entrevista em si. As entrevistas, gravadas em k-7 com o consentimento das participantes, foram realizadas em forma de conversas. Evitou-se ler o roteiro para imprimir maior naturalidade no processo. No entanto, buscou-se indagar as mesmas perguntas a todas as mulheres para poder contrapor suas respostas e organizar a análise das mesmas. Alguns itens não foram perguntados porque já haviam sido respondidos durante da entrevista. Nenhum dos temas deixou de ser perguntado, independente da ordem em que apareceram, ou seja, todas as perguntas do roteiro foram contempladas. Da forma como foram conduzidas as entrevistas, foi possível ouvir, em seu contexto natural, o que as participantes tinham a dizer. E, conforme pontua Nicolaci-da-Costa (2007), essa postura mais “aberta” facilita uma escuta livre, com um posicionamento

clínico que busca alcançar o significado dado às experiências pelos(as) participantes, além da fala puramente verbalizada.

No terceiro e último momento dos encontros foi entregue às participantes um questionário sócio-demográfico para que elas respondessem de próprio punho e colocassem em um envelope indicado. Esse procedimento foi realizado no intuito de dirimir possíveis constrangimentos em responder alguns itens, como renda familiar, por exemplo.

#### **4.2.5. Análise dos dados**

As entrevistas foram transcritas na íntegra, sem alterações ou qualquer tipo de correção gramatical. Na transformação da fala para a escrita, tentando ser o mais fiel possível, foram acrescentados ao texto elementos nem sempre identificados na fala em si, tais como expressões corporais e emoções demonstradas. Os textos produzidos a partir das falas das participantes, em interlocução com a pesquisadora, compuseram o *corpus* de nossa pesquisa.

Guiamo-nos pelo conhecimento de que na fala, do percurso que a pessoa faz desde a elaboração mental do conteúdo até a expressão objetivada externamente desse conteúdo, é manifestada a orientação social do(a) falante. Assim, buscamos uma estratégia de análise que fornecesse uma base para melhor compreensão do discurso das participantes. Sob a influência das leituras dos escritos de Brandão (2004) e de Rocha e Deusdará (2005), escolhemos a Análise do Discurso para fundamentar a análise dos dados coletados.

A teoria da Análise do Discurso (AD) surgiu nos anos 50 e foi, mais claramente, assumida como estratégia no fim dos anos 60 “em decorrência da insuficiência de uma análise de texto que se vinha praticando e que se pautava prioritariamente por uma visão

conteudista” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 307). Em decorrência, até mesmo do momento histórico e político, emergiu nas ciências uma abordagem discursiva com olhar diferente das tradicionais, articulando linguagem e sociedade ao contexto ideológico, embora seja constatada a existência de diferentes maneiras de se efetuar a análise do discurso, possivelmente em decorrência das divergentes correntes – francesa e americana – que norteiam suas respectivas práticas (Brandão, 2004).

Para Maingueneau (1987/1989) o ponto crucial dessa teoria é compreender a linguagem como fazendo sentido para sujeitos, inseridos em interlocuções com posições sociais. Esse intercurso entre a subjetividade e o social – embora a autora deste trabalho acredite que a subjetividade, por si só, seja constituída em parte pelo social – permite que a Análise do Discurso varie de acordo com as referências pontuadas por este. Dessa forma, essa disciplina teria a interdisciplinaridade como fundamentação.

O que nos fez optar por esse método foi a articulação entre linguagem e sociedade, permeado por um olhar para o contexto ideológico, ou seja, que relaciona o texto com seu entorno, a fala situada socialmente como ressalta Rocha-Coutinho (1998). Aqui é possível analisar o texto, sua organização, em contrapartida com o lugar social determinado, o que torna essa estratégia condizente com a postura feminista adotada ao longo do trabalho.

Além disso, a AD leva em conta a interferência do pesquisador em uma dada realidade. A relação do(a) pesquisador(a) com os saberes que pretende explicar é vista como implicador, como constituinte do discurso e da investigação (Rocha & Deusdará, 2005). Dessa forma, só na interação é que o discurso aparece e, com ele, o significado do texto. Esse princípio de heterogeneidade proposto por Maingueneau (1987/1989) em que o discurso é construído pelo discurso do outro, presentificado ou não, acolhe a proposta e o posicionamento teórico-metodológico adotado nesta pesquisa.

Nessa teoria discursiva a linguagem não é apenas estudada num âmbito restrito ao seu sistema interno, concebendo-a como elemento inerente da formação sócio-ideológica do(a) falante, ela seria uma forma de manifestar e significar sua realidade. Não se limita às formas gramaticais, como coloca Rocha-Coutinho (1998), mas ao valor social reconhecido pelo lugar do(a) falante. Dessa forma, a linguagem revela visões específicas da realidade, que além de ser inseparável dos contextos sócio-econômicos é, na verdade, constituidor de significados e de práticas sociais.

Como bem resume Brandão (2004), “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é, portanto, o discurso” (p.12). Dessa forma, a expressão ou palavra empregada por alguém diz de sua posição, diz do sentido que essa posição lhe dá, uma vez que a palavra empregada é referenciada a esse lugar. Logo, o sujeito falante revela a sua formação ideológica e discursiva. Pela enunciação os processos discursivos se apresentam, e ficam presentificados atributos individuais de seus desejos e de sua ideologia, a qual “está ligada aos aspectos hierárquicos da organização social cujo sistema interpreta e justifica” (Brandão, 2004, p.25).

Urge mencionar que em acordo com a filosofia do Programa de Pós-Graduação no qual este projeto está inserido – que busca articular elementos da cultura ao fazer e o pesquisar a clínica – assim como, de acordo com o posicionamento político e epistêmico da pesquisadora, optamos por uma estratégia de análise que possibilitasse essa interlocução. Cabe reconhecer, também, que a figura do(a) pesquisador(a) passa pelo sujeito-do-saber – uma vez que ele(a) categoriza os dados, mas ou menos aleatoriamente, para sua análise, muitas vezes ancorado(a) em discursos de referência, em teorias e em seu saber histórico, até mesmo para delimitar os espaços discursivos. Por isso, buscou-se estar atenta a esse

lugar, pela postura e forma de condução da pesquisa, para que não fosse reproduzida também aqui uma relação de poder.

Reconhecendo que as teorias e as metodologias possuem limitações e um alcance restrito, acreditamos que a teoria de Análise do Discurso foi a mais adequada para a análise dos dados coletados nessa pesquisa. Por ser compreendido, a partir de Rocha-Coutinho (1998), que a versão do analista do discurso fornece apenas uma interpretação do texto e não um sentido unívoco do mesmo, procuramos apresentar e discutir os dados de forma que o(a) leitor(a) possa também interpretar e analisar os discursos, contribuindo para uma ampla construção de distintos saberes e olhares sobre o fenômeno em foco.

Esperamos também que o(a) leitor(a) compreenda como o discurso foi analisado, partindo do posicionamento de que o lugar do(a) analista também é construído no discurso. Logo, verificar-se-á no texto, a exigência de um trabalho crítico voltado não só para investigar o discurso de outros(as), mas também pautado na auto-análise por parte da pesquisadora. Em todo momento buscamos ter preocupação com a apreensão das ideologias e valores presentes na pesquisadora nos momentos dos encontros, durante as entrevistas e, principalmente, quando de posse do saber investigado, dos discursos apreendidos em co-construção.

## **CAPÍTULO V – DISCURSOS DE DONAS-DE-CASA: DA VOZ À VISIBILIDADE**

Geralmente, a pesquisa qualitativa tem um cuidado especial com o processo e não só com o produto da pesquisa. Segundo Turato (2000), o trabalho de pesquisa qualitativa busca identificar o que apareceu, não só nos dados em si, mas no que emergiu deles, com o objetivo fundamental de compreender o fenômeno humano e não apenas fatos ou hipóteses estabelecidas a partir deste.

Os discursos das três donas-de-casa participantes dessa pesquisa formaram a base dos estudos de caso apresentados a seguir. No intuito de facilitar a compreensão e ao mesmo tempo ampliar as reflexões possíveis a partir dos encontros com as mulheres participantes, apresentaremos os casos em duas fases. Ressaltamos que essa forma de trabalho não é inédita, uma vez que pode ser encontrada em outros trabalhos acadêmicos, como sugere Nicolaci-da-Costa (2007), embora com temática, estrutura e tendência diferenciadas pela realidade deste e de suas metas.

Na primeira fase, a entrevista de cada participante será apresentada separadamente. Nela será contida uma breve apresentação de cada mulher, de sua trajetória antes de se tornar dona-de-casa assim como os elementos mais presentes em sua fala durante a entrevista. Nesse momento também foi colocada a percepção da pesquisadora durante o encontro, visto que o(a) pesquisador(a) “em um dado campo de análise, é co-construtor dos sentidos produzidos que se alteram no lugar em que ele se situa e sua postura de interlocutor em uma determinada situação de pesquisa” (Rocha & Deusdará, p. 316). Nessa primeira parte da análise foram selecionadas algumas falas que mais estiveram presentes

nos discursos e agrupados em temas que melhor identificaram a significação de seus trabalhos e papéis sociais.

Na segunda fase, buscamos compreender as consonâncias e dissonâncias existentes entre os discursos de cada participante e a literatura levantada, levando em consideração as subjetividades individuais, os lugares ideológicos e as posições sociais ocupadas pelas mulheres participantes. Não buscamos aqui a ocorrência apenas de relatos repetidos, mas a apreensão de semelhanças ou de possíveis desigualdades encontrados nos discursos. Foram agrupados alguns temas, a partir da construção dos textos das entrevistas para facilitar as discussões dos dados coletados que a análise apresentou. Apesar de ter questões provocadoras em nosso projeto de pesquisa que seria de nosso interesse abranger, os temas/categorias foram construídos a partir das entrevistas, partindo do próprio discurso das participantes, de dentro para fora dele, como sugerido por Rocha-Coutinho (1998).

Quanto à estrutura da análise, explicamos que as falas das mulheres estão identificadas pela formatação em *itálico*, geralmente acompanhado por *aspas*. Além disso, as palavras que elas deram mais ênfase – seja por aumento da voz ou por uma carga de emoção diferenciada – serão *sublinhadas*. Por outro lado, as palavras que chamaram mais atenção da pesquisadora serão colocadas em **negrito** para melhor articulação das discussões.

Esclarecemos, também, que foram atribuídos, aleatoriamente, nomes fictícios às participantes em preservação de seus anonimatos. E, em função desse cumprimento ético, outras informações que pudessem identificá-las, minimamente, foram omitidas.

## **5.1. Cada casa/o é um mundo**

### **5.1.1. Participante: Maria**

Maria é uma mulher de 53 anos, migrante do nordeste, negra, com grau de instrução elementar – ensino primário incompleto. Ela é católica praticante e está casada há 38 anos com um homem aposentado (ex-pedreiro), também com ensino primário incompleto. Eles têm cinco filhos (4 mulheres e 1 homem) com idades variando entre 29 e 36 anos, além de mais 4 filhos que ela “pegou pra criar”, filhos de seus cunhados, na mesma faixa de idade. A renda fixa familiar é de R\$ 700,00 (podendo ser acrescida por “bicos” de familiares) que mantém 5 pessoas: ela, seu marido, dois filhos (um adotivo e um legítimo) e um neto, que atualmente moram com ela.

Maria e seus familiares moram no município Águas Lindas de Goiás. A residência é própria e fica no final do lote, uma vez que na frente existem outros imóveis de propriedade de seu esposo que, embora se encontrem alugados, os inquilinos são inadimplentes, o que, dificilmente favorece a renda familiar. A casa é de alvenaria, com pouco cômodos, com mobílias e aparelhos gastos, sem conforto e com pouca higiene, pois o banheiro fica do lado externo da residência, além de animais que convivem no mesmo espaço com as pessoas. Embora atualmente residam 5 pessoas na casa, esse número é variado porque às vezes filhos(as) e netos(as) passam temporadas em sua casa quando estão em situações difíceis, como desemprego ou separação conjugal.

Relação com o trabalho antes de ser dona-de-casa:

Maria era a mais nova de onze irmãos. Foi criada pelos tios e não trabalhava nessa época, “*nem em casa nem fora*”, uma vez que as atividades domésticas eram realizadas pelas irmãs mais velhas. Segundo ela, o seu trabalho doméstico só iniciou quando se casou, o que a fez sentir algumas dificuldades no início.

Depois de casada, quando mais nova, acerca de 25 anos atrás foi comerciante. Nas suas palavras, “*Ah! Eu gostei demais, é uma coisa que eu gostei muito né, de ser, gostei demais”.* Nessa época ela fazia alguns “bicos”:

*“quando os menino era criança né, sempre ajudei, arrumei, como é?... ajudá alguma coisa dento de casa né? Sempre em casa mermo, não deixava as criança porque é muito menino né? Um monte de fi, sempre [...] sempre ajudei sim, trabalhá assim, sempre em casa, sempre foi assim, onde meus menino tava, eu tava em cima”*(gesticulando com os braços e afirmando com a cabeça).

A entrevista:

**Pesquisadora:** Fala para mim de sua vida como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa.

**Maria:** “*Sê mulhé... como é? esposa, mãe, dona-de-casa... (breve silêncio) Ah, eu gosto!*”  
(longo silêncio, olhando para o chão).

**P:** E como a senhora percebe isso tudo, essas funções todas, ser mulher, esposa, mãe, dona-de-casa?

**M:** “*Eu gosto! (alterando a voz) Agora quando eu me sinto assim, **muito estressada**, assim com os **serviço de dento de casa**, eu gosto de fazé uma viagem.* (jogando o braço direito para longe e silenciando-se).

**P:** Então, é isso que a senhora faz, quando está muito estressada com os serviços da casa?

*M: É a única coisa que eu faço, eu quero viajá, eu vou pro [nome do lugar], vou pro rumo do [nome do lugar] (mais uma vez gesticulando com os braços). É assim, sempre eu gosto de fazer isso. Toda vida eu gostei de fazer isso. Toda vida eu gostei de ser assim, desde quando eu tive as criança, deixava a crianças e viajava. Mas às veze era pouco num sabe, deixava as criança, só um dia, dois dia, sempre gostei de fazé isso, só.*

Nesse primeiro momento do discurso de Maria já são identificados alguns marcadores contidos em toda entrevista. Essa dona-de-casa, de classe sócio-econômica menos favorecida, resume sua condição feminina e sua multiplicidade de papéis ao argumento “*é bom*”. Quando estimulada a falar um pouco mais a respeito de sua experiência de vida como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa, evidencia os serviços domésticos como elementos estressores de sua vida, a ponto de querer “livrar-se” deles por algum período, geralmente curto, para não se ausentar muito de seu lugar, de suas atribuições.

Entre essas atribuições, tanto neste momento quanto no decorrer de suas falas, o cuidado com os filhos sobressai a qualquer outra atividade incluída nas responsabilidades de uma dona-de-casa. Após analisar, individualmente, o seu discurso, foram separados – para nortear esse momento de apresentação e resultados dos dados apreendidos – dois temas que se fizeram mais presentes na entrevista com Maria, identificados como sendo os mais significativos para a sua experiência de vida como dona-de-casa. Intitulamos com os nomes **maternidade** e **lágrimas** os principais pontos que emergiram na relação durante a entrevista e na produção textual dessa dona-de-casa.

Quando perguntada sobre seu papel na família, ela simplesmente responde: “*Como eu vejo?... Eu fico só **aconselhano** assim **minha fia** né, quando eu to, quando eu vejo*

*minha fia assim né... (enxugando as lágrimas do rosto) tenho que chamá assim a atencõzinha, né?”.*

As lágrimas dela eram de preocupação com uma filha e um filho que bebem. Maria contou que detesta isso, que é seu desgosto, que não queria que eles fizessem isso porque a deixa muito preocupada, uma vez que ela não quer que “os fi dê pro que num presta”. Ficou identificado que na qualidade de mãe, deveria aconselhar os filhos e filhas para serem pessoas de bem.

Amparada, principalmente, na vida dos(as) filhos(as) como recompensa que a vida lhe ofereceu, Maria pontua suas atividades domésticas como referentes ao cuidado com os(as) filhos(as), especialmente pelo fato deles(as) não terem enveredado pela vida do crime – grande preocupação das mães com famílias em situação de vulnerabilidade social.

*“Eu acho bom sê dona-de-casa sabe por quê? Porque... porque era muita criança, né, e então graças a Deus nenhum deu pra, né... sempre eu tava de olho né, todo o tempo, todo o tempo, então foi isso aí né, que eu sempre... (gesticulando com os braços) Por isso que eu gostei né, eu gostei muito de sê dona-de-casa, mas por causa disso né, **porque eu tomei de conta**. Porque eu vejo muitas aí que trabalha né, e não tem noção... de olhá os fi direito e quando pensa que não, os filho estão tudo né? Porisso eu gostei de sê dona-de-casa, mas só pô causa disso, porque tomei conta deles”.*

Aparentemente sua vida e sua experiência como dona-de-casa, como mãe de família, é recompensada pela presença dos(as) filhos(as). Ela se sente feliz por ter conseguido, em meio a tantas dificuldades, educá-los e colocá-los no caminho correto, amparados na união familiar:

*“Satisfeita? Sou sim. Sou sim. Hum hum... **eu sou satisfeita sim** (afirmando com a cabeça) porque graças a Deus meus fi são tudo bem unido, só você vê... todo tempo é naquela união [...]Tudo, tudo, esse adotivo (apontando para a porta do quarto,*

onde o rapaz acabara de entrar), *os outro, só a senhora veno mermo, é todo tempo eles junto. Num tem desavença entre eles, graças a Deus* (olhando para o céu com as mãos juntas, como quem ora). *Eu sou muito orgulhosa por isso aí, é minha maior riqueza é isso. Por isso eu digo, sou bem feliz na vida por coisa disso aí, meus fi, minha família, né?”*.

Até mesmo quando ressaltou que gostaria de, na atualidade, conseguir um trabalho fora, como servir cafezinho, justificou essa vontade dizendo: *“porque às veze a gente vê um fi da gente precisano né?... Ai pode dá uma força né”* (emocionada).

Perguntada se haveria alguma coisa a mais que não tivesse sido perguntado e que ela gostaria que fosse ressaltada em referência à sua vida ou ao seu trabalho, respondeu:

*“É... gostei. Porque eles também gostam muito de mim. Enquanto eu vejo muitos por aí, os fi gritano as mães... tudim me respeita, tudim. Todos. Tem um lá em [nome do lugar] que meu Deus! É tudim, todos ele num sabe? Então eu gosto né? Graças a Deus não tenho o que reclamá não, porque sou mãe, tenho muito fi”*.

O ser mãe é a sua representação de realização pessoal. Como colocado por Reed (1980/1980) e Duran (1983/1983), as mulheres devotadas à vida privada, abnegadas de suas vidas como indivíduos, apegam-se à maternidade como principal elemento de sua vida. Outras autoras (Chodorow, 1979/1979; Forte, 1998), também ressaltam que a única fonte de satisfação para a mulher restrita nesse espaço seria a vida dos filhos e filhas, como sendo uma parte delas que sairia para o ambiente público e lhes trariam algo novo, algo desafiador às suas vidas rotineiras.

De acordo com as repetidas leituras da entrevista transcrita – além da percepção no momento do encontro ou da escuta da gravação – ficam identificadas que além das palavras, geralmente dedicadas aos filhos e filhas, o que mais se apreendeu da fala e da história dessa participante foi o seu silêncio acompanhado por **lágrimas**. Curioso pensar em

analisar um discurso quando, de fato, não foram as palavras que mais marcaram essa entrevista. A sua aparência, seu físico, sua forma de se colocar (ou de não se colocar), suas expressões e, principalmente, sua emoção demonstravam que ela é uma pessoa sofrida.

Foram poucas as palavras proferidas. Mas sua forma acanhada, seu corpo curvado, quase se escondendo em si mesma, falaram mais. Falaram de uma mulher que provavelmente não esteja acostumada a falar de si, a ter quem a escute, quem pergunte por ela, quem queira saber sua opinião, menos ainda a pensar em sua multiplicidade de papéis ou em suas funções sociais. Que seja pela pouca escolaridade, pela precária situação econômica, pelo meio cultural no qual está inserida, que seja exclusivamente por sua condição de mulher.

Diante das **lágrimas** indagadoras dessa mulher, se questiona sobre o que mais poderia está sendo revelado nos seus momentos de silêncio. Estaria fadigada de seu dia-a-dia, de suas atividades laborativas, das suas obrigações como dona-de-casa?

*“Acordo seis, sete... E só fazeno as coisa, fazeno uma coisa, faz outra, é o dia todim [...] É, lavo, **faço tudo**, é. [...] Só eu! Assim... não faço tudo tudo, porque to com probema nos osso né? Então não tô dando conta de, porexemplo, limpá janela, (apontando para o teto, janelas e porta), tem muita coisa assim que não dá pra mim fazé. Então às veze fica sujo assim”.*

Será que as poucas palavras de Maria poderiam estar omitindo ainda mais palavras sobre a sua falta de lazer? Perguntada sobre as suas horas vagas, de lazer, ela afirma: “Tenho não, é só aqui mesmo”. Ou seria uma denúncia do seu comprometimento físico pelo trabalho doméstico? “Atrapaia assim... a lavação de roupa né, porque eu fico muito... sem alento né pra fazé as coisa, porque quando eu lavo roupa eu fico o dia sem alento pra limpá a casa, né? Pelo **probema dos osso**, do braço, né?”.

Quem sabe se alguns desses momentos de silêncio e lágrimas não estivessem completando algumas reflexões referentes à sua vida, ao seu passado, ou falando de oportunidades perdidas, de sentimentos de arrependimento por algum momento de sua história? Pois ela diz:

*“Pois é, [...] quando eu tava em [nome da cidade] eu consegui um emprego mais eu num fui lutá por ele né, eu tava dizendo, meu Deus do céu porque eu num consegui? porque eu não lutei por esse meu emprego, porque se eu tivesse lutado, já tava com 25 ano de serviço, né? Mas aí eu num lutei. E aí agora né?”* Diz ainda *“A única coisa que eu me arrependi foi num tê continuado o meu estudo, eu devia tê, sei lá, [...]Depois parei, me casei e não liguei mais né? Num me interessei né? Devia tê me interessado, né?”*.

Enfim, foram poucas as palavras ditas. Seus pronunciamentos eram através de **lágrimas**, de gestos com as mãos, de expressões com a cabeça e, principalmente, com o seu olhar. Demonstrações corporais que palavra alguma daria conta de nomear, mas que foram suficientes para compreender a sua rotina como uma dona-de-casa em condições de pobreza.

#### Condições da entrevista

A participante estava aguardando, assim como parte de sua família e agregados. Ela estava extremamente envergonhada e tímida, mas querendo colaborar. A entrevista foi realizada na sala. O ambiente não foi propício porque pessoas falavam alto próximo ao local, além do mais, por duas vezes um de seus filhos passou pelo local para entrar e depois sair do quarto. Em alguns momentos foi preciso parar a gravação porque ela se emocionava bastante e foi necessário fazer momentos de acolhimento de uma dor não-dita, de momentos onde ela apenas balançava as pernas, abaixava a cabeça e secava seu rosto.

O processo da entrevista foi um tanto difícil. O seu discurso foi simplório, com pouca articulação de idéias e dificuldade na compreensão das questões, apesar de esforço por parte da pesquisadora para ajudá-la a compreender as perguntas ou estimular a sua participação. Essa dona-de-casa foi muito sintética (quase monossilábica) nas respostas, verbalizou pouco, e em muitos momentos apenas concordava com as perguntas feitas no intuito de aclarar seu entendimento. Foi igualmente árdua a transcrição de sua fala. Todo o processo durou cerca de 45 minutos. Tempo aguardado por familiares e vizinhos(as) querendo saber como tinha sido, do que se tratava e para que ela havia sido entrevistada.

### **5.1.2. Participante: Paola**

Essa participante tem 33 anos, migrante da região Sul do país, branca, com ensino médio completo, católica não praticante, casada a mais de 15 anos com militar, possuidor de ensino superior completo. Ela tem apenas uma filha adolescente. A renda média mensal é em torno de R\$ 4.500,00 para os três membros da família. Eles moram em um apartamento no Plano Piloto. É um bom imóvel, montado com boas mobílias, equipamentos eletrônicos e acessórios decorativos que tornam o lugar confortável e moderno.

#### Relação com o trabalho antes de ser dona-de-casa:

Paola é originária de uma “*família humilde*”. Seus avôs eram lavradores e sua mãe “*nunca trabalhou fora*”, assim como as avós que também “*eram em casa pra dá o suporte pros avôs*”. Ressaltou que a família nunca foi do tipo que projeta o futuro profissional

dos(as) filhos(as) e que a sua mãe sempre servira de espelho para ela. Conforme colocou, se sua mãe tivesse sido uma mãe que trabalhasse fora, provavelmente poderia ter sido diferente.

Quando jovem, com 14 ou 15 anos, “*a única experiência profissional*” que teve foi ajudando no comércio de um tio, que “*durou um ano isso e depois nunca mais*”. Ela sempre pensou em casar. Seus planos eram esses, principalmente porque namorava um militar, atualmente seu esposo, e sabia que teria que mudar de cidade “*pra acompanhá-lo*”, o que a levou a não fazer um curso profissionalizante para trabalhar.

#### A entrevista

Antes mesmo de iniciar qualquer procedimento para a entrevista, Paola já comenta: “*Ah, vou falar sobre a coisa que mais gosto no mundo!*” (Sorridente, quando se sentava no sofá). Esse primeiro comentário já diz muito do significado que a participante atribui à sua vida como dona-de-casa e às atividades desenvolvidas por ela.

**Pesquisadora:** Fala para mim de sua vida como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa.

**Paola:** “*Pra mim é a vida perfeita! É aquela coisa de **realizá o sonho de quando se é criança que brinca de casinha**. A impressão é que eu tô brincando, não brincando porque é uma coisa séria, mas de realização de uma coisa de infância que **eu projetei quando criança**, é essa a sensação que eu tenho. De realização plena, com certeza”.*

Partindo dessa primeira fala já se tem uma idéia dos valores ideológicos e da construção de identidade feminina que essa participante possui. Quando se atribui os papéis de esposa, mãe e dona-de-casa à figura feminina como realização das brincadeiras infantis,

vê-se que as funções miticamente construídas para o lugar feminino são incorporadas por essa mulher em seu dia-a-dia.

Até mesmo antes de iniciarem as perguntas, ela faz questão de transparecer sua satisfação pessoal com esse lugar que ocupa. Originária de uma família na qual ser dona-de-casa era a atividade que definia a condição de mulher, de lugar do feminino, estar desempenhando essa função pode ser, de fato, a realização de um sonho por estar cumprindo as expectativas criadas a partir de uma forte influência familiar e cultural.

Após analisadas as respostas foi possível destacar quatro eixos temáticos em evidência na fala de Paola. Os temas mais ressaltados por ela, e que melhor representaram a sua experiência enquanto dona-de-casa, foram nomeados como: **satisfação e recompensa, conjugalidade e divisão de papéis, administradora financeira e dilema profissional.**

Paola demonstra ter **satisfação** com a sua vida de dona-de-casa. Foram muitas as falas em que ela assumiu esse contentamento: “*É uma vida perfeita”*. “*Eu sou satisfeita com a minha vida*”. “*Eu sou muito feliz com a minha vida, tenho saúde, dá pra viver, moro num lugar bom*”. “*Mas eu to muito satisfeita com a minha vida, se eu casasse hoje, eu tivesse de novo 18 anos e tivesse que escolher entre dois caminhos, profissional ser uma profissional ou ser a pessoa que fui, eu escolheria ser a pessoa que fui*”.

Mas, para além dessas falas, em outros momentos foram colocadas situações que denotam nessa satisfação um significado adjacente, que seria o indicativo de uma ascensão social, principalmente quando é enfatizada a sua origem humilde. Reed (1980/1980) aponta que muitas vezes a mulher oriunda da classe baixa, em função das poucas oportunidades experienciadas na vida, tem como alternativa sócio-econômica casar-se para ser “sustentada” pelo marido na qualidade de dona-de-casa.

Em algumas colocações, essa participante demonstra que poder “ficar em casa”, numa vida – descrita por ela como – pacata e cercada de conforto, evidencia que o orçamento familiar propicia um razoável nível de bem-estar. Além disso, proporciona uma realidade econômica na qual ela não precise – por questões financeiras – trabalhar num espaço público. Ela pontua: “*Eu sei também que hoje em dia não, **nem todo mundo consegue isso** né, financeiramente, eu luto financeiramente, não é que esse dinheiro que eu não trago pra dentro de casa não faça falta, mas **eu abro mão de muitas coisas pra manter isso**”.*

Fica ainda mais evidenciado esse lugar de dona-de-casa como demonstrativo de estabilidade econômica quando ela afirma: “*Se aconteceu algum aperto aqui em casa eu até fiquei com um pouco de medo, eu pensei (colocando a mão na testa e mexendo a cabeça em sinal de negação) meu Deus e se eu tiver que trabalhar, não que eu queira, eu não quero”.*

Outro aspecto dessa satisfação manifesta-se na forma de **recompensa** que ela recebe pelo seu trabalho como dona-de-casa. Entre esses estão o ganho afetivo por parte do marido e da filha e o estilo de vida que possui. Quanto ao reconhecimento por parte do marido ela colocou, em vários momentos, que ele agradece a ela por ter apenas o trabalho extra-lar ocupando sua mente, uma vez que vê os amigos que as mulheres trabalham fora tendo que compartilhar as responsabilidades domésticas e cuidado com os(as) filhos(as).

Trazendo suas palavras, ela diz: “*Ele trabalha pra trazé o dinheiro aqui pra casa e ele sempre diz uma coisa pra mim, que a mente dele tá sempre tranqüila pra ir descansar, **porque ele vê e admira né?**”.* E, em outro momento acrescenta: “*Esse é o meu papel **aqui dentro**, e eu sinto que meu **marido é realizado** com isso também”.* Ainda se faz notória, em

seu discurso, a recompensa afetiva que possui por seu trabalho dentro de casa, quando ela ressalta o comentário da filha: “*mãe como é bom que tu não trabalha fora!*”.

Além do reconhecimento familiar, como aspecto **recompensador** de não trabalhar fora, ela apontou como vantagens em seu próprio dia-a-dia, a sua disponibilidade de tempo e o ritmo tranqüilo de suas atividades desenvolvidas dentro de seu lar: “[...] *o estresse de uma mulher que não trabalha fora é bem menor, bem menor*”, “*o meu (trabalho) é muito tranqüilo porque eu só tenho uma filha, está com [idade]anos, eu tenho uma pessoa que me ajuda, então assim... eu tenho uma vida que eu não posso me queixar, é uma vida boa, muito boa*”, “*tem a calma da vida de não trabalhar fora, mas eu acho que a qualidade de vida é muito boa, pra mim*” (gesticulando com os braços, apontando para si).

Um segundo eixo surgido de seu discurso diz respeito aos aspectos ligados à **conjugalidade** e à **divisão de papéis**. Repetidas vezes Paola fez referência ao seu marido, à vontade de estar perto dele, ao futuro dos dois e às renúncias feitas por ele em decorrência de seu trabalho. O papel de esposa parece se sobressair aos demais referidos como de responsabilidade da dona-de-casa. Possivelmente, para Paola a maternidade e o cuidado da casa é uma continuação ou conseqüência de seu estado marital.

*“Sempre pensei em casar[...] como eu já tinha um namorado que eu sabia que talvez eu tivesse que sair da minha cidade, eu nunca pensei em fazer um curso profissionalizante para trabalhar, eu sempre encarei que eu ia acompanhar o meu marido”.*

Nota-se que o casamento sempre teve um lugar de destaque em sua vida, constituindo-se em um objetivo e em um projeto de vida. Em vários momentos ela demonstra a sua felicidade com o casamento e com a sua posição: “*Eu tenho a impressão sim, que eu ainda vivo a mesma euforia de quando eu era recém-casada*”. Quer seja na

forma de tratar o esposo: “*porque eu sou mãe e babá de marido (risos). Marido não corta nem um pão*”, ou quando enfatiza a falta que sente dele: “[...] *saudade, do meu marido que sai de manhã e só volta à noite*”. Além disso, por ter engravidado muito nova, bem no início do casamento, ela ressaltou a vontade de voltar a ser só o casal, criando expectativas para seu futuro quando a filha ficar mais velha e sair de casa e quando seu esposo aposentar-se.

O amor-admiração com o qual chega a descrever a sua relação com o esposo foi em muitos momentos de seu discurso apresentado como gratidão à vida sócio-econômica que ele, através do trabalho e renda, possibilita a ela e a família. No entanto, repetidas vezes, ela deixa certificado que busca meios para recompensar o ganho financeiro dele e compensar a falta que uma possível renda sua estaria fazendo à família. Em decorrência disso, é visivelmente estabelecida a **divisão de papéis** entre eles, em resposta à representação que o valor monetário teria.

*“Porque como eu não trabalho eu procuro fazer com que meu marido se preocupe com o trabalho dele e deixe essa responsabilidade pra mim, porque também eu não posso ficar vaga na vida. Então eu cuido da minha casa, eu sou gerente da minha casa [...] (Continuamente gesticulando e apontando para si). Realmente o meu marido sabe assim que **a casa está comigo**, sabe”.*

E em outro momento completa: “*Eu, eu sirvo a eles, eu retribuo, já que ele trabalha, **ele paga tudo dentro de casa**, eu posso me esforçar um pouquinho a mais já que eu não trabalho fora e dou uma vida bem confortável nesse sentido de fazer as coisas pra eles*”. Essa última fala destacada em negrito nos remete à relação patronal que muitas vezes as donas-de-casa ficam submetidas em relação aos seus esposos. Embora, em alguns casos, elas tenham acesso ao salário do marido, como colocado por Farias (1983), o trabalho da dona-de-casa pode ser visto como um serviço de troca, como obrigação por ser sustentada,

monetariamente, pelo esposo. Assim, suas atividades seriam uma forma de merecer o compartilhamento de seus salários. No caso da Paola, uma frase em particular desperta essa intenção: “*eu faço questão de chegar e mostrar a ele o serviço pronto*”.

Essa necessidade de contribuir financeiramente com a família, de não ser um ônus, aliada a sua posição sócio-econômica – classe média – que por definição é um lugar de tensão, pois ao mesmo tempo em que se almeja ascender se teme descer de posição, certamente levam essa dona-de-casa ao papel de **administradora financeira**, colocado inúmeras vezes em seu discurso. Se por um lado ela aparenta ser feliz com sua vida por ter um bom padrão de vida, por ser a responsável pela economia doméstica ou ainda por possuir recursos que lhe permitam gozar de alguns benefícios, por outro, o fato de não possuir uma renda própria e ter limitações econômicas implica em algumas renúncias.

Repetidas vezes Paola demonstrou preocupação com o orçamento financeiro, chegando a concluir: “*É, eu acho que se eu tivesse uma remuneração extra ajudaria muito aqui em casa*”. E por não ter essa remuneração, ela abre mão de fazer algumas atividades relativas ao seu lazer: “*também não posso ter nenhum lazer que me custaria, que me desse ônus*”. Quando falava de sua vida sedentária e possibilidade de fazer caminhada para cuidar de sua saúde, o item financeiro também foi identificado “*poderia fazer uma atividade que não me traria nem despesas*”.

Em seu relato encontramos várias passagens referentes à administração financeira, no sentido de economizar e ter utilidade monetária para a família: “*O que eu faço nisso, é, eu procuro ser econômica. Eu não trabalho, então eu não trago dinheiro pra minha casa, mas eu faço, eu procuro dia-dia fazer com que esse não trabalhar reverta-se em benefícios para a minha família*”. Ou mais assertivamente falando:

*“**Eu economizo.** Até porque se eu trabalhasse fora hoje e meu salário hoje não fosse X, um X alto, um valor alto eu estaria perdendo dinheiro hoje de sair de casa [...] Por essas econômicas, por não gastar dinheiro pagando a uma pessoa todos os dias na minha casa, fazendo almoço pra minha filha, pra buscar minha filha aqui, pra levar ali, sabe? Então eu gero economia mesmo”* (Mexendo-se no sofá).

Esse olhar sobre si encontra apoio nas colocações de Melo, Considera e Sabbato (2007) no tocante a importância da mulher dona-de-casa para a economia. Ainda que não contribua trazendo o dinheiro do espaço público para o privado, os serviços domésticos por ela desempenhados favorecem a economia familiar, na medida em que suas atividades são revertidas em benefícios próprios, evitando despesas com instituições ou serviços que prestariam as mesmas atividades a um custo monetário.

Nas colocações de Paola foi possível destacar um último, mas não menos importante, tema que esteve freqüente em seu discurso: o **dilema profissional**. Em vários momentos da entrevista ela se mostrou indecisa ou insegura quanto a sua opção de ser dona-de-casa, invariavelmente pela imagem social que essa profissão apresenta. De início ainda quando falava de sua família de origem ela já relata:

*“Então se eu não tivesse casado cedo, eu até teria seguido um caminho profissional, mas eu conheci o meu marido muito jovem, casei com 18 anos e me foquei justamente, quando eu, eu casei com 18 anos eu tava entrando, justa, justamente numa coisa que era assim... o que tava querendo, parece que o futuro reservou pra mim aquilo que a minha personalidade corresponde mesmo, sabe?”*

Esse texto é um tanto contraditório. A impressão que se tem é que o fato de ter casado cedo impossibilitou seu “caminho profissional”; além disso, quando fala que “o futuro reservou” dá um sentido de condicionalidade, de destino ou de interferência de algum fator externo à sua própria escolha. Isto pode gerar questionamentos a respeito de ter a atividade de dona-de-casa: até que ponto foi e é uma opção ou é produto de uma

circunstância vivenciada em determinado momento de sua vida quando jovem. O encontro com “o príncipe” tornou-se o fato preponderante da vida dela.

No decorrer da entrevista surgiram muitos relatos incongruentes quanto à satisfação em ser dona-de-casa e a desvalorização social atribuída a essa atividade. Afirmava constantemente que estava feliz com seu papel, mas repetida vezes mencionou que “*precisava melhorar isso*”. Ela diz:

*“Eu comigo tenho a plena realização no que eu faço, eu né, acordo de manhã sem **culpa nenhuma**, mas eu te confesso que perante a sociedade quando meu marido me apresenta para alguém que eu ainda não conheço, eu sinto sim que existe comigo uma **dificuldade de dizer que eu sou dona-de-casa** porque não é, não é, **não tem reconhecimento, não é admirável**”. Em outro momento ela afirma: “Mas eu, dentro de mim eu eu eu adoro, só que quando eu vou expor isso às vezes pras pessoas eu sinto que fico um pouco **envergonhada**, eu ainda **não consigo levantar a cabeça e encher minha boca e dizer que sou dona-de-casa**”.*

Paola fala de dificuldades em dizer que é dona-de-casa, de não ter reconhecimento, de sentir-se envergonhada, de não ser admirada. Como sujeito social, as expectativas e representações parecem está acima de seus desejos pessoais. As falas de Paola evidenciam seus sentimentos em relação à desqualificação social atribuída ao trabalho da dona-de-casa, falas que estão em acordo com os dados encontrados por Moraes (1997) que apontam que o maior incômodo, para as mulheres com estudo e/ou pertencentes à classe média, é ter que dar satisfação à sociedade, é explicar aos outros que são donas-de-casa, pois sentem receio de não serem vistas como interessantes ou atraentes.

A presença de um dilema ou de certa ambigüidade entre ser dona-de-casa e possuir uma atividade remunerada e, principalmente, a falta de reconhecimento social foi colocada em outros momentos. Paola se diz constrangida porque, em “rodas de amigos(as)” as pessoas falam de suas profissões, as mulheres principalmente, e quando lhe perguntam de

sua profissão ela fica “*chocada*” em falar da sua com receio do julgamento e desvalorização por parte das pessoas. E conclui:

*“Se eu fosse projetar assim a minha pessoa, de repente, eu acharia  **muito satisfatório dizer que eu tenho uma profissão, dizer que eu tenho uma carreira [...] Mas eu quero ficar aonde eu tô, mas na hora de **expor pra sociedade** eu fico sim um pouco deslocada, porque não é a realidade da vida hoje né? A **mulher não trazé dinheiro pra dentro de casa...**”.***

Embora tenha assinalado que hoje em dia já se sente mais segura para assumir que não vai trabalhar fora e que permanecerá sendo dona-de-casa, fica presente nas entrelinhas de sua fala os vestígios de um dilema, ou no mínimo, um desconforto em não se adequar ao padrão seguido por outras mulheres de sua idade e classe social.

Provavelmente esses conflitos de Paola estão circunscritos na “nova” condição feminina, na imagem de mulher-profissional que a contemporaneidade apresenta. Em especial, por ser jovem e por estar no perfil da população economicamente ativa que permeia o imaginário social do que vem a ser uma mulher independente.

#### Condições da entrevista:

A participante estava aguardando, com uma boa aparência, arrumada, maquiada e bem receptiva. A entrevista foi realizada na sala. Houve uma interrupção porque o telefone tocou, mas a filha que estava no quarto atendeu e logo retomamos. Teve ainda o barulho de veículos, mas não chegou a atrapalhar. A entrevista foi de fácil compreensão da fala no processo de transcrição. A participante falava rápido, às vezes sem completar a frase ou atropelando seu próprio raciocínio. Parecia empolgada ou ansiosa, gesticulando bastante e enfatizando aspectos de seu próprio discurso. Todo o processo durou cerca de 90 minutos.

### **5.1.3. Participante: Salete**

Salete é uma dona-de-casa com 63 anos, de origem europeia, branca, com segundo grau completo, católica praticante e casada há 40 anos com militar aposentado que possui o ensino superior completo. Ela tem 3 filhos, já adultos, com mais de 30 anos, todos independentes financeiramente. A renda mensal declarada pela participante fica em torno de R\$ 6.000,00 para o casal. Ela e seu esposo moram em casa própria no Jardim Botânico, numa residência grande e aconchegante, com muito espaço em ambiente agradável. O espaço é acrescido por móveis requintados e decoração tradicional, além de uma boa área de lazer que divide o espaço entre a sua casa e a do seu filho, construída no mesmo lote.

#### **Relação com o trabalho antes de ser dona-de-casa:**

Salete é proveniente de *“uma família de imigrantes”* que vieram um de país europeu com o objetivo de melhorar suas vidas. Ela começou a trabalhar muito cedo e, nessa época, *“trabalhava fora e dentro, porque era uma família muito grande e todo mundo tinha que colaborar”*. Quanto ao trabalho fora, ela foi funcionária em uma companhia telefônica de [nome da cidade], por um período de oito anos.

Após o casamento e em função da carreira do marido, na qual *“havia muita transferência”*, teve que parar de trabalhar, porque *“o homem vai transferido, mas a mulher não vai transferida de seu trabalho [...] ela vai acompanhando o marido”*. Além disso, *“depois que vem filho fica muito complicado”*, e avaliando se valeria à pena *“largar os filhos com alguém”*, preferiu *“ficar com eles e criá-los”*. Ela achou mais vantajoso ficar em casa para cuidar dos filhos, para que eles não tivessem prejuízos com a sua ausência.

Ainda afirmou que depois que os anos passam fica mais difícil voltar ao mercado de trabalho, e que “*depois que fica 8 anos em casa, a tendência é se acomodar*”. Mesmo porque, como ela bem colocou, na sua geração, “*a mulher era preparada pra casar, ter filhos, a ser dona-de-casa*”, raríssimas saíam desse padrão. Sem falar nos homens que também não gostavam muito de mulheres que trabalhavam fora, por preferirem ser o provedor da família.

A entrevista:

**Pesquisadora:** Fala para mim de sua vida como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa.

**Salete:** “*Eita (risos)... Então vai destacando aí... Qual é a primeira?*”

**P:** Mulher.

**S:** “*Olha... lógico que a gente tem algumas frustrações né? Toda dona-de-casa tem alguma frustração, isso aí é inevitável, mas no geral, no geral eu acho que eu, eu me sinto assim com o dever cumprido sabe (emocionada, com olhos lacrimejando), né? É... a outra?*”

Em princípio já se identifica que o papel de dona-de-casa está para a categoria mulher como uma atividade inerente à sua condição feminina. Provavelmente, essa é a forma como está significado para ela, pela sua geração e posição social, que lhe diz que ser mulher é ser dona-de-casa. Além de parecer ser inerente, esse papel feminino traz exigências que, no geral, provoca frustrações durante sua realização.

Retomando, a partir da pergunta aberta, trataremos em seguida do ser esposa, mãe e dona-de-casa:

**P:** Esposa

**S:** *“**Tem assim... altos e baixos** (emocionada, com a voz embargada), **eu acho que como todo tipo de relacionamento... tem os momentos muito bons... tem os momentos mais ou menos... tem os momentos muito ruins... mas o importante é que a gente consegue sair do muito ruim e vai pro outro, então tem isso aí. Como mãe? **Como mãe eu sou feliz**, sou...** (emocionada, com uma lágrima escorrendo pelo rosto ao mesmo tempo em que procurava secá-la). **Eu vou me emocionar muitas vezes...** (breve pausa). **Eu tenho três filhos meninos, homens, todos três bem colocados, graças a Deus, tá todo mundo adulto, casado, mora todo mundo em volta de mim e... como mãe, eu sou bastante feliz. São três meninos que me deram muita alegria, muito carinho, enfim, tudo de bom”** (mexendo-se na cadeira, com os olhos lacrimejados).*

**P:** E essa emoção...

**S:** *“**É de alegria, é de alegria, sem dúvida. No geral **eu sou uma mulher feliz**, apesar de, lógico, **agente gostaria às vezes assim de ser mais valorizada**, né. Como, porque, se sabe, é sabido e notório que **a dona-de-casa não tem assim aquele valor assim como uma profissional, não é uma profissão**, e apesar disso, mesmo assim aquele valor todo que deveria ter, você pensa direitinho... pra ser uma dona-de-casa, pra você ser, enfim, pra você construir uma vida com marido, com filho, **você tem que ter muitas profissões**, embora você não tenha nenhum curso acadêmico. Olha, começa assim, (contando nos dedos e articulando com as mãos) **você tem que ser uma ótima psicóloga**, você tem que ser uma psicóloga e tanto, pra você poder às vezes entender como é a mecânica da coisa, não é fácil. Você tem que ser uma ótima **administradora**, porque também, se não, degringolado, você não tem outro jeito, ou você é uma administradora nata, ou você vai ao fracasso. Você tem que ser uma equilibrista e tanto, tem que trabalhar em circo, enfim,***

*você tem que ser muita coisa ao mesmo tempo, pra você conseguir tá em harmonia, conseguir levar uma vida assim muito tranqüila, porque no fundo, no fundo, **a dona-de-casa não é aquela que vai lavar roupa, que vai passar roupa, que vai...** porque eu nem faço isso, **a gente delega pra**, outra coisa, tem que **saber delegar**, muito bem né? Você tem que ser uma pessoa que sabe delegar, que sabe, não é isso que, que é o importante pra uma dona-de-casa, a lavar roupa, passar roupa [pausa pela aproximação do marido]. Então eu tava falando que se tem que saber delegar, não é o você saber passar roupa, lavar roupa, não é isso que é dona-de-casa, **dona-de-casa envolve uma coisa muito maior do que isso é um universo muito muito maior, né? Então a gente tem que está muito bem preparada pra isso e deveria ser, não digo remunerada, não é só remunerada, não é isso, o remuneramento não é aquela coisa assim tão importante, **o importante era que dessem mais valor, o valor daquela pessoa, porque ela tá ali, ela que é o suporte às vezes de uma família inteira, não é? Então, sobre isso, eu acho que é isso, só**".***

Trouxermos, na íntegra, essa sua primeira resposta pela riqueza de elementos que nos fornece, na qual já podem ser apontados os temas emergentes em toda sua fala. Durante toda a entrevista Salete se expressou com muita consciência do seu papel, do seu valor para a família. Pareceu ser uma pessoa muito informada e esclarecida a respeito, não só de suas atribuições, mas dos marcadores sociais que delimitam a posição da dona-de-casa na sociedade. De certo, uma fala sofisticada que provavelmente reflete sua posição sócio-econômica e as oportunidades e acessos decorrentes desta realidade.

Nesse primeiro discurso ela já apresenta a importância da dona-de-casa para a família, a mulher multiprofissional que se desdobra para desempenhar seu papel. Ainda coloca em evidência a falta de valorização da pessoa que é o suporte da família, que

administra a vida de várias pessoas, sendo responsável por inúmeras atividades do lar. Pela análise de todas as suas falas, elegemos três categorias, **Esteio da família, Maternidade e Consciência valorativa**, que nortearam nossa discussão por expressarem mais adequadamente os significados colocados pela participante para o seu papel de dona-de-casa.

Foi possível identificar claramente a significação que Salete dá ao seu trabalho – ela é a responsável pelo **esteio da família**. Ela deixou evidenciada a necessidade de ter muitas “profissões” para realizar a atividade de dona-de-casa, ou seja, para manejar uma família, para ser a responsável pela administração do espaço e das atividades, mas principalmente, para ser o apoio dos membros sob seus cuidados.

Em outros trechos da entrevista ela reafirma o seu papel de protagonista no cenário familiar, principalmente, ao lembrar-se da ausência do marido (devido às viagens a trabalho): “*eu era a mãe e era o pai muitas vezes*”. No entanto, sua voz não é individualizada, não se refere apenas a si, mas a todas as mulheres donas-de-casa, enquanto responsáveis pelo sustento, afetivo e social, de suas famílias: “*ela é a administração da casa, a economia da casa e a saúde da família, é a educação da família*”.

Mas uma vez não nos furtaremos em trazer, em recorte, outro discurso que explicita – além do abrangente texto iniciado – o significado que Salete atribui à mulher que se dedica exclusivamente ao trabalho privado:

*“Olha, eu acho assim, que se não houverem, se não existisse, se não continuar existindo (gesticulando com a mão, rodopiando o dedo indicador) esse tipo de dona-de-casa, muito filho, muita filha vai ficar meio perdido porque não tem o eixo que é a dona-de-casa. **A mãe, é o eixo da casa!** O pai pode ter um belo de um emprego, ganhar muito dinheiro, ele é o provedor... mas quem fica ali, sabe, **dando força, dando o esteio**, é a mãe, não adianta, é a dona-da-casa [...] Ela é o esteio da casa, qualquer casa, pode ser da mais pobrezinha a mais rica, é ela que dá o suporte”.*

Frente às palavras colocadas aqui e às demais analisadas, certamente a **maternidade**, o cuidado com os filhos, é a atividade que têm um lugar central na vida da dona-de-casa, a ponto de ter sido o motivo principal que a fez não voltar ao mercado de trabalho:

*“Depois que vem filho fica muito complicado, muda muita coisa, você começa a medir, se vale a pena você ir trabalhar e largar seus filhos com alguém ou se... você mede, mede sim e chega, eu, no meu caso, (tocando no peito como se apontasse para si) cheguei à conclusão de que **eu preferia ficar com eles e criá-los** [...] porque eles iam ter prejuízo e eu também. Eu financeiro, porque eu não ia ganhar o suficiente e eles prejuízo, porque não iam **ter a mãe em tempo integral**, né?”.*

Quando questionada sobre as vantagens de não trabalhar fora ela foi categórica:

*“Eu só acho assim, os filhos levam vantagens, os filhos levam vantagens porque uma coisa é a mãe está ali **24 horas cuidando**, a mãe sabe de tudo, se comeu, se não comeu, se tomou remédio, se dormiu, se brigou, se machucou, se... os filhos levam vantagens com isso, levam e mais é muito grande, agora a gente, nem leva vantagem e nem desvantagem [...]os filhos levam vantagens com **as mães estando em casa**.”*

Dentre os cuidados com os filhos, um é sobressaltado, o de que *“a mãe tem que está ali, ciente do papel dela que ela é uma educadora”*. Para Duran (1983/1983) certamente o cuidado com os(as) filhos(as) é prioritário na mulher dona-de-casa, no entanto as atividades variam quanto a sua classe social. Essa autora pondera que as mães pertencentes a uma classe social mais alta não se envolverão com os afazeres domésticos, mas precisará saber educar os filhos segundo as normas e o estilo de vida de sua classe social. Seu trabalho é de supervisão.

Dessa forma, a mulher abastada tem como ocupação a colocação social de seus filhos. Isso fica evidenciado nas seguintes palavras dessa dona-de-casa: *“[...] você tá ali, o filho tá errando, errando até no português e **você tá corrigindo**, quantas vezes você chega*

*em casa e vê a criança falando errado **porque aprendeu errado com a empregada, né, porque aprendeu os termos errados e tudo, a mãe vai corrigindo[...]**”.*

Mas, ainda que as funções possam ser diferenciadas pelo fator classe social, quando Salete se refere às atividades executadas pelas mulheres da classe social mais baixa, a atividade que ela destaca também é a **maternidade**, o cuidado com os filhos como o principal papel, a principal função: *“ela vai ter que fazer das tripas coração, esse é o termo mais (risinho), pra **alimentar os filhos**, pra dá conta da vida que não é fácil [...] e **criar filhos sem ter meios, sem ter educação, sem ter bons colégios, sem ter um marido às vezes que dá um suporte**”.*

Esse cuidado com os filhos, com a formação deles, juntamente com as atribuições indispensáveis à dona-de-casa como esteio do lar, colocam em evidência, segundo e seu discurso, a sua **consciência valorativa**, o seu sentimento de auto-valorização, o reconhecimento individual de seu papel. Ainda que reconhecendo o pouco ou quase nenhum valor social, Salete tem uma consideração pessoal que a eleva tanto em relação ao seu lugar na família, quanto a sua posição individual na sociedade. Essa postura fica clara no texto abaixo:

*“Eu, eu **sou feliz, eu me considero**, desculpe até a falta de modéstia, me considero uma boa dona-de-casa, **eu me considero**, então acho que eu cumpro bem o meu papel”.* Em outro momento, de forma mais detalhada ela é eloqüente: *“então eu digo assim, **eu sou o suporte da minha família**, eu tenho consciência disso, e **o que importa é isso**, não é você, ah! porque há muito preconceito, há muita coisa assim com a dona-de-casa, é como se ela **não fizesse nada**, é como se ela fosse assim a a... não é isso! Ela trabalha, ela pensa, tem uma responsabilidade muito grande em cima das costas, só que ela não é remunerada por isso (risinho). Tanto que às vezes em alguma, quando você vai em alguma, fazer alguma, perguntam: - a senhora trabalha? Eu digo trabalho, trabalho e muito, mas a pessoa quer saber se **trabalha remunerado**, eu digo: - **eu não ganho, mas eu trabalho à bessa**.”*

Salete avalia, em vários momentos, que a profissão não é socialmente valorizada, nem mesmo vista como profissão, mas ela se valoriza, reconhece sua importância e seu papel na família, ela “se considera”, ela considera suas funções, sua pessoa. No discurso dela fica evidenciada sua valorização pessoal e familiar, mas também sente falta do reconhecimento por parte da sociedade:

*“[...] eu gostaria, não é só pra mim, não é só pra mim, **eu sei do valor que eu tenho**, desculpe, de novo eu peço desculpa a falta de modéstia, mas eu sei o valor que eu tenho **dentro da minha casa**, mas deveria sabe, essa que deveria ser o grande passo assim, **não é nem remunerar a mulher que trabalha em casa**, era, sabe? **As pessoas reconhecerem**, saberem do valor, da importância, que tem uma mulher que tá em casa dando suporte a às vezes 7 a 8 pessoas, entendeu? [...] Então eu tô, eu sei desse meu valor, eu sei da **importância**, [...] mas que **a sociedade valorizasse** isso, isso aí seria muito mais importante, haveriam (rindo) melhores donas-de-casa. Não sei se melhores, mas mais felizes, talvez. [...] **Pôxa, valorizadas! Todo mundo quer ser valorizado, né? Todo mundo, seja lá em que profissão, seja lá no que for, todo mundo quer ser valorizado, é isso!**”.*

Embora se auto-valorize, ela clama por uma valorização social, que seu *status* seja reconhecido, que as pessoas dêem importância ao trabalho das donas-de-casa. Mas como trabalhadora isolada, sem ser protegida por instituições ou associações que reivindiquem seus direitos, ela apenas continua sua queixa solitária, refletindo aspectos da questão social e cultural que é criada em torno na mulher que trabalha fora, agora tida como referência, e não mais a dona-de-casa, numa inversão de valores familiares:

*“É como se ela fosse assim...uma pessoa que não faz droga nenhuma, né? Não, não, não... Ela não... produz, e no entanto a dona-de-casa produz muito, muito, muito. Embora você não veja é uma coisa meio, né? Você não vê, né? Se você olhar direitinho você não vê assim, o que é que ela produziu? **A produção que o pessoal entende é trazer dinheiro pra casa, né?**”*

Articulando o discurso de Salete com alguns(mas) teóricos(as) (p.ex., Bruschini, 2006; Melo, Considera e Sabbato, 2007, Saffioti, 1987) notamos que o trabalho doméstico

não atinge uma esfera de visibilidade social. Entre os motivos possíveis desse fenômeno, apontamos o fato de não representarem uma produção de valor monetário como o principal motivo de desvalorização do trabalho da dona-de-casa.

Uma última fala, colocada ao término da entrevista, no momento em que discutia a importância do tema da pesquisa e, principalmente, fazendo elogios ao interesse pelo tema, ela resume a sua visão a respeito da mulher dona-de-casa: *“Pergunta-se desse valor... É a pessoa que tem que dá. Ninguém pode inculir isso em você. Se já não é valorizado e você também não se valoriza... então é de cada um... Agora, se a gente não se valorizar, se não vier de dentro pra fora... já é difícil... né?”*

#### Condições da entrevista

A participante estava aguardando e, desde o contato telefônico, foi muito solícita e agradável. A entrevista foi realizada na varanda da área de lazer, em ambiente confortável e silencioso. Houve três breves interrupções: o seu esposo veio perguntar se tinha café porque ele estava de saída, o telefone que tocou e ela precisou atender, e o piscineiro que veio fazer a manutenção da piscina. Mas nenhum desses momentos trouxe prejuízo à entrevista.

A entrevista foi muito boa, assim como a compreensão de suas falas no processo de transcrição. A participante falou pausadamente, com um discurso muito articulado, apresentando idéias contínuas, se colocando com propriedade e argumentos espontâneos. A voz era suave, serena, pausada, como se já estivesse pensado bastante a respeito do que estava falando. Tinha segurança na fala e demonstrava uma boa compreensão a respeito das perguntas e de sua vida. Também demonstrou preocupação quanto à gravação da entrevista, olhou para o gravador algumas vezes, como se conferindo se sua fala estava mesmo sendo

gravada. Notadamente gostou de participar e achou muito interessante esse reconhecimento à sua atividade. Todo o encontro durou cerca de 100 minutos.

## **5.2. O lugar (in)comum**

No primeiro momento destacamos categorias que emergiram e marcaram os discursos individuais, apresentando a particularidade de cada uma das participantes. Aqui serão apresentados elementos dos discursos das participantes em resposta aos eixos que compuseram nossos objetivos de pesquisa, como apontados no roteiro proposto (Anexo I). Vale salientar que, embora as perguntas tenham sido construídas a priori, as categorias aqui propostas surgiram a partir das falas de Maria, Paola e Salete.

### **5.2.1. Significado do trabalho doméstico**

De posse dos textos produzidos pelo discurso das participantes – como visto, mulheres de posições sócio-econômicas diferenciadas – pode-se dizer que há variação quanto ao significado das atividades realizadas por elas, na qualidade de donas-de-casa.

A diferença inicia-se com a forma como as participantes vêem o seu papel e significam suas atividades. Quando falava de sua vida como dona-de-casa, Salete relatou que uma de suas funções é saber delegar os afazeres, é administrar a casa, é cuidar da saúde de todos, das finanças, enfim, é ser o sustento emocional da casa, além de exercer o importantíssimo papel de ser mãe, de cuidar e educar, de prover uma nova geração. Paola também ressaltou a importância de seu trabalho como regente de sua casa, como controladora dos gastos. Além desses, a principal função que esta participante apresentou

foi colaborar com o bem-estar profissional do marido, proporcionando um ambiente familiar harmônico.

Além disso, ambas reconhecem a importância de seu trabalho como trazendo economia à família, uma vez que elas realizam atividades que se fosse pagas por elas trariam ônus reais. Elas afirmaram que teriam que receber um bom salário para poder recompensar as suas ausências do lar se optassem por trabalhar fora.

Abrimos aqui um parêntesis para ressaltar, como apontam Melo, Considera e Sabbato (2007), que esse argumento das participantes seria um discurso revelador do retrato da exclusão voluntária do mercado de trabalho pelos baixos salários praticados no Brasil, onde os custos entre exercer uma atividade remunerada e dedicar-se as atividades domésticas não compensariam. Todavia, não pode ser esquecido que tanto Paola quanto Salete possuem vidas confortáveis. Notadamente, a realidade sócio-econômica de abas favorece para que elas não necessitem trabalhar fora.

Dando continuidade ao significado do trabalho doméstico com o recorte da classe sócio-econômica, temos Maria, a mulher de baixo poder aquisitivo. Esta dona-de-casa tem uma sobrecarga de trabalho, desdobrando-se entre o cuidado com filhos(as) e netos(as) e as obrigações com os afazeres domésticos, principalmente com as atividades domésticas mais pesadas.

Indubitavelmente há discrepâncias entre as mulheres e suas funções em decorrência de sua classe social, embora pertençam à mesma categoria dona-de-casa. Para Duran (1983/1983), assim como para Reed (1980/1980), a mulher de classe privilegiada possui uma função mais administrativa, de coordenar as atividades domésticas, uma vez que teria posses suficientes para delegar os trabalhos domésticos às instituições ou pessoas que

fornecem tais serviços. Já a dona-de-casa de família operária realiza todos os trabalhos domésticos sozinha, sem ter como e nem a quem repassar tais trabalhos.

Evidente que o significado que as mulheres – de classes sociais distintas – atribuíram aos seus trabalhos e às suas funções como donas-de-casa foi desenhado pela vivência que cada uma possui em anos de dedicação a essa atividade. Na execução desta, há influências multifatoriais que facilitam ou não suas vidas, e um desses fatores é o recurso financeiro.

A mais abastada possui empregados(as) que executam seus comandos, dando-lhe a possibilidade de uma atividade mais administrativa. Seu discurso referente ao trabalho da dona-de-casa revela: “*é a administração da casa, a economia da casa, e a saúde da família, é a educação da família, né. [...] Não é o trabalho doméstico, não é não, esse é o mínimo, isso aí, você **pode delegar**, o resto você tem que coordenar (risos)*” (Salette). Dessa forma, podemos apreender, também, que para essa dona-de-casa o termo ‘trabalho doméstico’ limita-se ao “serviço pesado” (lavar, limpar, arrumar, etc) que é realizado no espaço privado.

Paola, a participante da classe média, possui uma diarista que cuida dos afazeres domésticos semanalmente, ficando responsável pelo gerenciamento do lar e pela alimentação da família: “*Dona-de-casa pra mim significa ser **gerente** da minha casa [...] Tenho sim uma secretária que vem aqui duas vezes por semana só pra limpeza, ela nem cozinha e nem lava*”. Aparentemente, a vida de Paola como dona-de-casa é facilitada pela sua realidade sócio-econômica. Ela chega a afirmar que seu trabalho é tranquilo porque tem uma pessoa que a ajuda nas atividades mais “pesadas”. Ela diz: “*O meu é **muito tranquilo** porque eu só tenho uma filha, está com [idade da filha], eu **tenho uma pessoa que me***

*ajuda, então, assim eu tenho uma vida que eu não posso me queixar, é uma vida boa, muito boa”.*

Já a mulher mais carente (economicamente) precisa executar sozinha todas as funções domésticas. Logo, foi a única participante que mencionou esses afazeres como de responsabilidade da dona-de-casa. Ela coloca: “*Acordo seis, sete... E só fazeno as coisa, fazeno uma coisa, faz outra, é o dia todim [...] É, lavo, **faço tudo**, é. [...] Só eu!*”.

Lipovetsky (2000) já avaliava que o trabalho da dona-de-casa mais pobre é físico e exclusivo e que o da classe alta é mental, de delegar, de gerenciar, a exemplo dos modelos historicamente descritos pela lente econômica. Se voltarmos no tempo, na Idade Média, por exemplo, encontraremos que a valorização das mulheres e os diferentes significados dados às suas atividades já eram segregados por estratificações sociais. As mulheres burguesas freqüentavam lugares diferenciados, tinham prestígio e exerciam funções completamente diferentes das mulheres pobres (Macedo, 1999).

Pensado ainda, em acordo com as formas diversificadas que o trabalho possui: *labor, poiésis e práxis* (Albornoz, 2002), que a mulher da classe alta terá um trabalho *práxis*, uma atividade principalmente mental, de elaboração, enquanto a d classe baixa terá uma atividade *labor*, que exige não o intelecto, mas o corpo, a força física, tal qual os serviços escravos. Por mais que a mulher carente desenvolva os mesmos trabalhos administrativos e de suporte emocional, o reconhecimento das funções desta – até por ela mesma – será no sentido do trabalho doméstico, da labuta diária.

O fato, é que, notadamente, a realidade econômica interfere na forma como as mulheres significaram os seus trabalhos. Como visto em Tumin (1967/1970), as experiências de vida das pessoas são constituídas, também, pelas diferenças sócio-econômicas, contribuindo para os diferentes estilos de vida e formas de significá-los. No

caso dessas mulheres, percebemos que, ainda que elas exerçam o mesmo papel de donas-de-casa, a forma de executar e os instrumentos ou recursos utilizados em seus exercícios, serão diferenciados em função dos fatores sócio-econômicos adjacentes.

Ainda no discurso da significação do trabalho executado dentro do lar – no contexto das experiências femininas das mulheres entrevistadas – indiscutivelmente, a maternidade é o principal ponto de convergência entre as participantes dessa pesquisa (por mais que os meios sócio-econômicos também tenham trazido alguma interferência na condução ou execução desse papel).

No presente estudo, ainda que variando quanto à circunstância ou às necessidades econômicas, as donas-de-casa afirmaram como principal vantagem de ficar em casa, ter a possibilidade de cuidar dos(as) filhos(as) pessoalmente. No caso de Maria, essa opção se deu pela necessidade de estar perto dos(as) filhos(as) para protegê-los(as) da vulnerabilidade social e das condições de risco aos quais estão submetidos(as). Por outro lado, depois dos(as) filhos(as) já criados(as) – passado o perigo de não se tornarem “*pessoas de bem*” e, em resposta às dificuldades financeiras da família – surge nela a vontade de ter um trabalho ou uma fonte de renda para ajudá-los(as).

Já no caso de Salete, a presença dos filhos foi determinante para ela não voltar ao mercado de trabalho, porque não queria que eles tivessem prejuízos sem sua presença, além do que, os gastos com instituições e pessoas para cuidar deles seriam superiores aos ganhos financeiros conquistados com o seu salário.

Trabalhos no Brasil (p.ex., Bruschini, 1995; Rocha-Coutinho 2005; Saffioti, 1987; Troiano, 2007), têm ressaltado que a maternidade continua sendo o principal motivo para as mulheres não entrarem ou não pertencerem no espaço público. Moraes (1997) em entrevistas realizadas com mulheres de classe média que deixaram o trabalho para serem

donas-de-casa exclusivamente, constatou que a culpa por sacrificar a criação dos filhos foi o que teve mais peso em suas decisões.

Nos discursos das participantes identificamos que a maternidade foi, notadamente, um impeditivo para as suas inserções no espaço público, mas em nenhum momento esse fato é colocado com pesar; ao contrário, todas ressaltaram com alegria a satisfação em ser mãe e, para Maria, esse é o único motivo de felicidade, por ter sido dona-de-casa por toda a vida: “[...] *por isso eu gostei de ser dona-de-casa, mas só por causa disso, porque tomei conta deles*”.

Segundo estudo realizado por Santos, Novelino e Nascimento (2001) citado por Vianna (2005), a maternidade é vista como “condição básica de realização pessoal e felicidade e se impõe às mulheres como um desejo natural” (p.34). Os(as) autores citados(as) detectaram em sua pesquisa que a maternidade modifica a vida das mulheres. Se, por um lado, as coloca no espaço doméstico, por outro, lhes assegura direitos e respeito em seus grupos de referência, reafirmando sua feminilidade pela experiência central característica da mulher. Compete-nos questionar se o lugar central que a maternidade obteve, na definição do papel feminino e das funções domésticas, pode ser um elemento identificador da visão tradicional que as participantes possuem sobre a identidade de gênero.

### **5.2.2. Condição feminina e vida privada**

O significado que as mulheres atribuíram ao seu trabalho doméstico é, sem dúvida, decorrente de seu lugar social e das representações que elas possuem. Nas entrevistas realizadas foi encontrado que o papel de dona-de-casa é originário da condição feminina.

Como responsável por essas crenças, pode-se identificar, através dos discursos, a herança cultural de rígidas divisões de papéis que coloca a mulher no espaço privado e o homem no público.

Se no discurso de Paola já é notado que ser mulher é ser dona-de-casa, é cumprir os papéis das brincadeiras infantis de casinha, realizando um conjunto de atribuições miticamente construído como de pertencimento do feminino, para Salete, a existência de mulheres exclusivamente donas-de-casa é uma condição indispensável à sobrevivência da humanidade, para que a sociedade não fique sem eixo, sem a base que sustenta as famílias.

Nos discursos ficou marcada a transmissão cultural pelas quais as participantes passaram. Paola afirmou que se espelhou na mãe dona-de-casa e que a sua família não projetou seu futuro profissional. Salete também deixa muito explícita a idéia de que as gerações passadas preparavam a mulher para a vida doméstica, já ensinavam o lugar social feminino. Maria também deixou subentendido que em gerações anteriores a educação e a profissionalização das mulheres não eram objetivos da sociedade “*não tive uns pais, assim que né, que botasse, né, me botasse ali, parei cedo mesmo né*” (se referindo ao incentivo para estudar).

Dessa forma, pelo exemplo familiar e pelo paradigma estabelecido, o espaço demarcado para a mulher permaneceu sendo a casa, o cuidado de filhos(as) e esposo, e a esse pertencia, exclusivamente, o âmbito profissional. Como firmara Lipovetsky (2000), as meninas até pouco tempo eram criadas, educadas e preparadas para serem donas-de-casa. As mulheres solteiras tinham dificuldades para sair desse papel e as casadas ficavam impossibilitadas de sair desse ciclo.

Como consequência dessa divisão de lugar e de papéis desempenhados, notoriamente, as mulheres entrevistadas ficam restritas quanto ao espaço e às relações

sociais. Há mais de vinte e cinco anos, Duran (1983/1983) apontou que as mulheres donas-de-casa ficavam restritas ao lar, ao seu local de trabalho, e quando saíam para ir à escola dos filhos, ao supermercado ou ao banco, também o faziam em função de seu trabalho doméstico. Para a autora, a compra diária ou a conversa com vizinha é a oportunidade de comunicação com o mundo exterior. No discurso das mulheres entrevistadas ficou marcada essa condição:

*“[...] quando termino aqui meu serviço vou sempre na casa de um e de outro [...] meu irmão mora por aqui, tudim pertim de mim”*(Maria).

*“[...] aí vou pro mercado já vê o que eu vou fazer pro almoço, uma conversa com a vizinha não pode faltar (risos)”* (Paola).

Por outro lado, percebemos que as modificações da contemporaneidade que têm, entre outros fatores, provocado transformações para a categoria feminina, favoreceram para que o espaço privado – no qual a mulher dona-de-casa era, completamente, reclusa – tenha tido dimensões diferenciadas. Maria mencionou que quando estava estressada, deixava as crianças sozinhas e viajava. Paola fez referência às saídas ao shopping com amigas. E Salete, além das viagens, realiza, semanalmente, um trabalho voluntariado em uma instituição de caridade. Ou seja, apesar de serem responsáveis pelo espaço doméstico e de não realizarem trabalho remunerado no espaço público, as três mulheres – em graus diferentes – mencionaram situações nas quais podemos refletir que, provavelmente, ser dona-de-casa e dedicar-se, integralmente, à vida familiar não tenha mais a mesma configuração de reclusão ou abnegação que, historicamente, possuiu.

É preciso, no entanto, dizer que esse lugar social ainda as tem colocado sob o domínio masculino. Por mais que as mulheres com melhores condições financeiras, Salete e Paola, tenham dito que são donas do dinheiro do marido, que administram as contas ou

compras e que possuam liberdade financeira, por possuírem cartão ou conta conjunta que facilitam o poder de compra, nos seus discursos fica tácito que o poder do homem, provedor da família, é soberano:

*“[...] eu é que coordeno, eu é que faço, **meu marido me delega** isso aí”* (Salete).

*“**Eu sirvo** a eles, eu retribuo, já que **ele trabalha, ele paga** tudo dentro de casa”* (Paola).

No que se refere à vida dentro de casa, ao domínio sobre suas vidas e tarefas realizadas, encontramos também diferenças quanto à classe social nos discursos das mulheres entrevistadas. A dona-de-casa de baixa-renda foi a única que pronunciou não ser livre com relação a suas atividades e ao seu tempo. Sua vida seria limitada ao cuidado da casa, dos filhos e do neto que moram com ela, além do que, geralmente outros membros da família vão diariamente a sua casa fazer refeições ou deixar as crianças para ela *“ficar olhando”*.

As demais ressaltaram que em suas funções há flexibilidade de tempo e possibilidade de desempenhar trabalhos prazerosos como artesanatos ou voluntariado (no caso de Salete). Essa diferença possivelmente acontece pelo fato de Maria ter que realizar sozinha todas as atividades domésticas e por ter mais pessoas para cuidar, uma vez que Salete mora sozinha com o esposo e Paola com esposo e filha.

### **5.2.3. Perdas e ganhos do trabalho**

Ao falar do trabalho realizado em um espaço doméstico e sem remuneração foram ressaltados alguns pontos que satisfazem e recompensam por um lado e outros que, de maneira especial, provocam desvalorização para as mulheres entrevistadas. Além da

unânime vantagem de poder cuidar dos(as) filhos(as) pessoalmente, como já mencionado anteriormente, outras qualidades do trabalho foram apontadas nos discursos das participantes, porém, mais uma vez, com diferenças delimitadas pelo fator econômico.

Paola afirmou que não se importa em viver em ambiente privado porque acha que os vínculos, embora poucos, são mais intensos além de possuir tempo disponível para si e para os seus. O fato de não ter uma renda própria não lhe traz prejuízo algum, pois é recompensado pelo fato de ser responsável pela administração financeira da casa.

Salete também falou que não sente falta da remuneração porque é “*dona da metade*” do salário do marido porque contribui de outras formas para o sustento da família, além do que, é remunerada de outras formas que não financeiramente. Ambas mencionaram que haveria outros ganhos, como agradecimento, admiração ou até mesmo a qualidade de vida.

Maria ressaltou que gostaria sim de trabalhar fora para ter o próprio dinheiro para ajudar os(as) filhos(as). Ou seja, até que ponto o ter recursos financeiros possibilitam a satisfação com tarefas, com a vida, com os papéis, com o reconhecimento ou valorização de uma dona-de-casa? Mais uma vez, o discurso das mulheres nas questões referentes ao seu papel para a dinâmica da família e a visão que os membros desta têm de seu trabalho, foi demarcado pelo crivo econômico.

Curiosamente, a mulher de classe social mais favorecida e a de classe média afirmaram receber reconhecimento de seus familiares:

“[...] porque eu acho que eles (referindo-se aos filhos e ao marido) **dão valor**, eles sabem, eles tão felizes porque **eu vivi exclusivamente pra eles** [...]” (Salete).

“[...] porque ele vê e **admira né?**” ou ainda “a minha filha **agradecer** por eu ficar em casa” (Paola).

Por outro lado, Maria em nenhum momento fez qualquer menção de valorização de seu papel na família. Ao contrário, o único comentário a respeito foi “*ninguém nunca falou nada*”. Esse fato pode ser visto também como relacionado ao contexto de classe. Talvez o peso da “naturalização” do trabalho doméstico, visto como obrigação da mulher fique mais evidente aqui, como resultado do contexto social no qual essa dona-de-casa está inserida.

Fica aparente que a realidade econômica das mulheres reflete em sua condição feminina e, conseqüentemente, na sua atividade no âmbito doméstico. Esse fato é ainda mais evidenciado quando se discute a valorização individual, o valor que as participantes deram a si e ao seu lugar dentro da família e da sociedade. Salete, a dona-de-casa de melhores posses, não só se colocou como o esteio da família, como elogiou a si e ao seu trabalho, precisando usar por mais de uma vez a frase “*me perdoe à falta da modéstia*”. Já a menos favorecida economicamente não atribuiu qualidade alguma a si nem às suas funções, a não ser as referentes à maternidade.

Noutro sentido dessa valorização pessoal, considerando à influência não econômica, mas sócio-cultural, foi apreendido nas falas de Paola, a dona-de-casa mais jovem entre as entrevistadas, dilemas quanto a sua imagem como dona-de-casa, conforme foi discutido no item anterior quando apresentamos as particularidades de cada entrevista. Provavelmente, por ser de uma geração mais nova depara-se com uma realidade em que as mulheres de sua idade e classe social estão em um mundo diferente, estão ocupando também o espaço público, escrevendo um “novo” modelo de feminino. Assim, as contradições e pressões entre velhos e novos modelos de ser mulher e de organização familiar ficam mais evidentes.

Indubitavelmente é colocado em evidência o pouco ou nenhum reconhecimento que as mulheres donas-de-casa recebem pelo exercício das funções e trabalhos que executam por parte da sociedade. Em todas as entrevistas, principalmente nos discursos de Salete e Paola, ficam explícitos os seus sentimentos em relação ao seu trabalho frente à opinião do meio social.

*“Eu acho, tenho às vezes até convicção, que as pessoas me vêem como uma **não faz nada** da vida. Meu conflito é: eu quero ficar nessa, mas como **não é bem visto**, ou talvez seja bem visto, mas a impressão que eu tenho é que não”* (Paola).

*“[...] a gente gostaria às vezes de ser **mais valorizada**, né?”* (Salete).

*“[...] ah, porque há muito preconceito, há muita coisa assim como dona-de-casa, é como se ela **não fizesse nada** [...]. É como se ela fosse assim... uma pessoa que **não faz droga nenhuma**, né? Não, não, não!”* (Salete).

Parece-nos que as posições sócio-econômicas de Paola e Salete deixam-nas em desconforto quanto ao desconhecimento ou desqualificação de suas funções. Ainda que elas se valorizem ou que sejam reconhecidas pela família, há preocupações com a desvalorização social. No caso de Maria, em nenhum momento ela colocou algum incômodo com o seu lugar. Levando-nos a pensar que esse fato se deu por ela compreender que ser dona-de-casa e realizar uma infinidade de atividades é função dela, e, que familiares ou sociedade não tem que valorizá-la ou desvalorizá-la por isso.

Seja pela acriticidade ou pelo reconhecimento de seu papel social, a desqualificação dos seus trabalhos, provavelmente, faz com que as entrevistadas não vejam seu trabalho como uma profissão reconhecida:

*“Vejo não, vejo assim como **uma obrigação** né (risinho). Obrigação grande né, porque ser dona-de-casa...”* (Maria).

“Não, eu não vejo como uma profissão, eu vejo como **uma responsabilidade**. [...] Eu vejo como opção de vida” (Paola).

“[...] é sabido e notório que a dona-de-casa não tem assim o valor como uma profissional, **não é uma profissão** [...]” (Salete).

Para as participantes desta pesquisa, esse desconhecimento – ou desvalorização – de seu trabalho pode existir pelo fato de ser visto como um trabalho improdutivo. Lavinás e Nicoll (2005) e Saffioti (1987) apontam que o trabalho realizado no âmbito doméstico não é valorizado por ser secularmente atribuído ao papel feminino, o que ocultaria os serviços e a trabalhadora, e também por não representar uma contribuição monetária para o orçamento familiar. Entretanto, nas palavras das próprias donas-de-casa entrevistadas (Salete e Paola), assim como na literatura (Bruschini, 2006; Duran, 1983/1983; Melo, Considera & Sabbato, 2007) a economia gerada pela realização dos trabalhos domésticos, reverte-se em ganhos para a família e para a sociedade. Chama atenção, portanto, o fato desse ganho, dessa contribuição permanecer ignorada ou menosprezada.

A entrevistada Paola pontuou que “*não é a realidade da vida hoje né, a mulher não trazer dinheiro pra dentro de casa*”. E Salete foi ainda mais fundo, avaliando que quando vai fazer alguma transação no comércio e lhe perguntam se ela trabalha, não querem saber o que a pessoa faz, mas se é remunerada, se ganha algum dinheiro. E é ainda mais contundente ao se colocar: “*Ela não... produz, e, no entanto, a dona-de-casa produz muito, muito, muito [...] A produção que o pessoal entende é trazer dinheiro pra casa né? Mas...*”.

Essa fala remete a outra dimensão da desvalorização do trabalho da dona-de-casa, que é a invisibilidade do seu trabalho. Moraes (1997) colocou que a grande reclamação da dona-de-casa reside no fato do seu trabalho não ser visto, só ser notado quando não é feito, além de ser monótono e repetitivo.

Duran (1983/1983) em seus estudos também já havia pontuado que o fato do trabalho ser constantemente desfeito provocava a sensação de ser inacabado, de não ter fim nunca ou de nunca ter sido feito. Se contrapusermos o trabalho que é realizado pelas donas-de-casa – proprietárias do lar – com o trabalho doméstico pago realizado por outras mulheres, veremos a completa invisibilidade que esse trabalho possui por – ainda que remunerado – não ser compreendido como um trabalho que exija qualificações e, mais do que isso, por ser visto como fazendo parte das atribuições inerentes à mulher, a condição feminina.

#### **5.2.4. Saúde e bem-estar**

As respostas dadas às perguntas realizadas a respeito do cuidado com a saúde física e mental, da afetabilidade pelo trabalho e a disponibilidade de horas de folga ou lazer, deixam clara a divergência entre as três donas-de-casa, marcada novamente pelas suas diferenças de classes sociais. Esse item será marcado pelas diferenças sócio-econômicas entre as mulheres entrevistadas e, dessa vez, a desigualdade social ficará ainda mais revelada.

O comprometimento da saúde em função do exercício do trabalho doméstico apareceu só na fala de Maria – a que realiza sozinha todo o serviço doméstico laboral. Embora ela tenha dito já no início da entrevista que de vez em quando viajava para diminuir o estresse, quando indagada quanto sua saúde, ressaltou apenas problemas físicos. De fato, ela não apresentou uma compreensão abrangente das implicações de seu trabalho na sua saúde física e mental. Pelo discurso dessa dona-de-casa, é o problema físico que a impede de realizar as atividades domésticas e não o excesso e a repetição das atividades

domésticas que a levaram ao adoecimento. Ela diz: “*To com probema nos osso né, então num tô **dando conta***”. Ou ainda “*Atrapaia assim a lavação de roupa né, porque eu fico muito... sem alento né, pra fazé as coisa, porque quando eu lavo roupa eu fico o dia sem alento pra limpá a casa, né?*”.

As funções que Maria realiza como dona-de-casa é o que afeta sua saúde. O peso do trabalho laboral dos serviços domésticos é um desgaste que não ocorre com as demais participantes. Além disso, a dificuldade de acesso a bens e serviços, em especial na área da saúde, amplia sua vulnerabilidade. Ela não procura cuidados médicos porque depende do Sistema Único de Saúde, de órgãos públicos para se tratar, e o funcionamento destes, a desmotiva:

*“É outra coisa que eu num procuro, num procuro[...]. Ficá parada naquela **fila**, um entra na frente, o outro entra, **num me sinto bem** de jeito nenhum [...]. **Se eu tivesse dinheiro** eu fazia tudo ali, particulá. [...] **você vai cedo**, o médico chega as veze duas hora e você sai sete, né brincadeira não, você passa o dia inteirim empaiada, aí eu **num tenho paciência**”.*

Essa falta de recursos afeta também as possibilidades de lazer de Maria. As atividades ficam restritas às visitas a familiares e à prática religiosa. Excetuando viagens raras que faz para visitar a família, o único lazer que Maria apontou foi sair em alguns momentos, quando termina suas tarefas, para visitar os irmãos que moram perto de sua residência.

Paola, por outro lado, afirmou: “*a minha atividade doméstica **não afeta em nada na minha saúde***”. Ao contrário, colocou que está tão acostumada com a vida que tem que o seu corpo não agüentaria outro tipo de trabalho. No entanto, os cuidados com a saúde e as atividades de lazer ficam condicionados a limitação financeira.

Em alguns momentos ela destacou que seu lazer não poderia ser oneroso. No cotidiano, seu lazer fica restrito a fazer quadros com a vizinha, a tomar café com uma amiga ou fazer um *“lanchinho com colegas no shopping”*. Nos finais de semana as opções incluem ver filmes, ir ao clube ou jantar fora com a família. Quanto a fazer atividades físicas, numa academia, por exemplo, relatou que não faz para não lhe trazer gastos, mas que até poderia fazer uma caminhada já que é gratuita. Já se referindo aos cuidados médicos, faz consultas quando necessário e busca alternativas mais baratas, como clínicas-escola ou atendimentos sociais.

Em outra realidade econômica está Salete, que afirma se cuidar sempre para *“ficar velha com saúde”*. Ela afirmou que faz caminhada e bicicleta ergométrica (a bicicleta estava na área de lazer perto do local da entrevista) não por vaidade, mas por qualidade de vida. Salete faz também constantes *check-ups* e exames ou consultas de rotina. Como lazer, além do trabalho voluntário e do artesanato que desenvolve, verbalizou que de vez em quando pega *“um aviãozinho”* e faz *“uma viagensinha”*, porque adora viajar. Com relação à possibilidade do trabalho doméstico afetar a sua saúde, ela diz que ao contrário, que afeta positivamente porque proporciona um ótimo bem-estar por manter sua mente ocupada, porém tranqüila.

Os estudos de casos realizados com mulheres donas-de-casa também mostraram dimensões novas do espaço privado, ao mesmo tempo em que compartilham com papéis e lugares tradicionais da categoria feminina. Frente ao exposto, resta-nos, ainda, avaliar que o fato das mulheres entrevistadas pertencerem a diferentes gerações (22, 53 e 63 anos) as deixa em lugares díspares e promove discursos sociais distintos. A idade pode ser, sem

dúvida, um fator relevante para o desenvolvimento da visão de mundo destas mulheres e, conseqüentemente, das posições que tomaram quanto ao tema em questão.

Mas, acima de tudo, podemos ressaltar que as experiências comuns que aproximaram o relato das mulheres – maternidade e invisibilidade do trabalho – ficam minimizadas frente ao abismo sócio-econômico que as separam. Inquestionavelmente, para além das diferentes realidades financeiras há a interferência multifatorial (raça, escolaridade, moradia, relações sociais) causada pelas posições sócio-econômicas que ditaram os significados de seu trabalho e de sua condição humana, diga-se, feminina.

## **CAPÍTULO VI - CONTRIBUIÇÕES À VISIBILIDADE DO FEMININO A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO**

Esse trabalho partiu da pergunta inquietante feita por uma cliente dona-de-casa da classe média e por mulheres de uma comunidade de baixa renda “*Por que que pra mulher ser valorizada tem que trabalhar fora?*”. Ele chega ao seu final, com muitas inquietações ainda não apaziguadas. Esta dissertação, que se debruçou sobre dimensões da experiência de donas-de-casa. E como tal, teve a complexa tarefa de falar do ser humano, atividade que por essência carece de contínua reedição em função dos diferentes contextos históricos e sociais que o constitui.

Falar das donas-de-casa é, em primeiro momento, se dar conta que o próprio termo é carente de definição. Pode ser associado às mulheres que exercem, exclusivamente, os trabalhos domésticos - passar, lavar, cozinhar, limpar, organizar, arrumar, etc., cuidar dos filhos, marido e demais familiares. E pode ser também atribuído às mulheres que, ainda que realizem atividades remuneradas fora do lar, continuam sendo as responsáveis pela casa. Deparamo-nos, portanto, com o fato de que o papel de cuidadora do lar é, invariavelmente, feminino; faz parte – mitologicamente – da condição feminina.

Pensando nesse lugar do feminino e no trabalho – invisível e desvalorizado – decorrente dele, buscamos, de forma específica, apreender como donas-de-casa, inseridas em diferentes classes sociais, significam seus papéis femininos e perceber elementos de valorização (social e pessoal) por suas atividades. Procuramos, ainda, conhecer como as atividades desenvolvidas pelas mulheres podem afetar em dimensões da saúde das donas-

de-casa. A partir de uma perspectiva de gênero, realizamos três estudos de caso com mulheres que atendiam aos critérios de seleção estabelecidos.

A análise dos discursos das mulheres donas-de-casa, de diferentes estratificações sociais, revelou o peso da realidade sócio-econômica na significação e no valor atribuído às suas funções e à sua condição feminina. A experiência de ser mulher dona-de-casa divergiu imensamente quanto à classe social de pertença. A mulher da classe alta fez referência ao seu papel como sendo de suporte emocional para a vida familiar. A da classe média vê-se como administradora dos bens familiares. Já a dona-de-casa pertencente à classe baixa ressaltou apenas suas funções laborais no espaço doméstico, pensando simplesmente que cumpre com suas obrigações femininas.

Percebemos que as duas mulheres com melhores condições econômicas - Salete e Paola - compreendem, de forma mais nítida, o seu papel para a família e para a sociedade. Além disso, elas relataram reconhecimento de suas atividades por parte dos(as) filhos(as) e esposos. Em contrapartida, Maria não demonstrou sinais de reflexões sobre a desvalorização de seu trabalho doméstico; provavelmente, por entendê-lo como inerente à sua condição de mulher e pobreza.

A visão pessoal a respeito do seu “universo” como dona-de-casa, a importância dada aos seus papéis e às suas responsabilidades no âmbito doméstico e social foi marcada, portanto, por um nível de esclarecimento diferenciado pelo recorte econômico. Parece-nos que o “empoderamento”, a auto-estima ou a compreensão crítica de sua experiência como dona-de-casa eleva-se à medida que a renda familiar das mulheres também é aumentada, provavelmente, por acessos e vivências que as condições econômicas possibilitaram.

A sensibilidade e atenção à interação gênero - trabalho doméstico - classe social tornou possível apreender algumas das conseqüências que a situação econômica traz para a

condição feminina. Além das diferenças de significado do trabalho e da valorização atribuídos aos seus trabalhos domésticos, vimos que o cuidado pessoal, o bem-estar físico e mental e, outros fatores correlatos à saúde, também têm níveis diferenciados em função da realidade social. O elemento financeiro ajuda a mulher da classe alta a freqüentar profissionais para um *check-up*, para exercer atividades físicas, ter no ambiente domiciliar profissionais que auxiliem no cuidado com a casa, filhos, esposo e netos, além de possibilitar que ela desempenhe atividades que promovam seu bem-estar, como por exemplo, voluntariado, artesanato sofisticado e viagens.

Para a mulher da classe média, o aspecto financeiro às vezes a limita de ter acesso freqüente a alguns tipos de lazer, ou de fazer alguma atividade que gostaria (como academia, por exemplo), mas, no geral, lhe permite um conforto suficiente para conduzir seu dia-dia. Já a mulher de classe baixa, além de depender do Sistema Único de Saúde para cuidar de sua saúde, não possui recursos suficientes para realizar atividades de lazer e, com as atividades ininterruptas do cuidado da casa, dos(as) filhos(as) e netos(as), também lhe sobra pouco tempo para tal. A falta de recursos é fator de estresse que a faz, inclusive, pensar em adentrar no mercado de trabalho, para ter dinheiro e ajudar os(as) filhos(as) que passam dificuldades.

As participantes dessa pesquisa revelaram adesão a uma identidade tradicional de gênero. Seja pela transmissão dos valores sociais das pessoas de sua geração (no caso de Salete), seja através dos modelos de família construídos pela família de origem (no caso de Paula), ou por ambas as razões, as participantes apresentaram discursos que atrelam o homem ao espaço público – como provedor financeiro da família – e atribuí à mulher a responsabilidade pela família e pelo cuidado do lar.

Dentro desses papéis tradicionais da mulher, o mais profundo e unanimemente colocado, foi a maternidade. O cuidado com a educação e com o apoio emocional (para Salete) ou com a sobrevivência (no caso de Maria) é o que as realizam, as satisfazem. Certamente, esse foi o motivo que as levou – de forma mais concreta – a voltarem ou permanecerem no espaço doméstico, lembrando que todas tiveram, ao menos, uma breve inserção no mundo do trabalho remunerado. No contexto desses estudos de caso, fica confirmado que a maternidade é a “invenção” necessária para a domesticidade feminina e, possivelmente, para o contentamento ou valorização sentida com esse lugar.

O estudo de Alves (1980), ao discutir que manter as mulheres no ambiente privado favorece a segregação da categoria, mostra também que o fato de terem sido criadas em padrões rígidos leva as mulheres a demarcarem a separação de papéis masculinos e femininos. Esse contexto pode comprometer a reflexão sobre sua condição, sobre as funções desempenhadas e sobre a satisfação ou valorização provinda delas; seja pela sociedade, pela família ou, principalmente, por elas próprias. Passadas quase três décadas, a presente pesquisa aponta na mesma direção.

No geral, esse trabalho permitiu uma reflexão a respeito de dimensões da experiência de três mulheres donas-de-casa, em tempo integral, com o enfoque de gênero. Ficou claro que é impossível estudar a experiência de mulheres sem levar em conta os processos históricos, políticos, econômicos e sociais que reverberaram no que hoje se denomina como condição feminina. Impossível não pensar na multiplicidade, hibridismo, heterogenia e pluralidade que é a experiência de uma só mulher, de um só ser humano, no que dirá de três, ou de muitas.

Esse trabalho foi, acima de tudo, um grande desafio. Desafio, principalmente, por nos sentirmos “remando contra a maré” tendo em vista que na atualidade, geralmente,

pesquisadores(as) têm se dedicado, majoritariamente, a compreender e a explorar aspectos referentes ao trabalho público e remunerado das mulheres. Mulheres estas que vivenciam indizíveis conflitos para deixar seu lar e, principalmente seus(as) filhos(as), para encarar uma jornada árdua de trabalho extra-lar, por variados motivos, desde necessidade financeira ao desejo de independência, e que, certamente, compõem um grupo que está tentando romper com ideologias passadas e subverter a norma e os papéis pré-escritos (Diniz, 2004; 1999).

O escasso número de estudos que tiveram como objetivo compreender a experiência de mulheres donas-de-casa revelou a invisibilidade da experiência dessas mulheres nas produções científicas. Falou, talvez, da invisibilidade ainda mais presente na realidade dessa categoria de mulher – provavelmente por estar à margem, inclusive, do novo ideal de mulher. A constatação dessa escassez de estudos nos deu a dimensão da importância de resgatar a subjetividade de mulheres que não fazem parte do grupo que rompeu com o lugar da “rainha-do-lar”.

Esperamos que este estudo abra um diálogo com outros trabalhos que venham a ser feitos na área e que ele contribua com a construção de um conhecimento científico numa perspectiva de gênero. Acreditamos que, com a metodologia empregada, foi possível dar voz não só a um número determinado de mulheres (três, no caso), mas que outras vozes tenham sido manifestadas na fala de cada uma dessas donas-de-casa, e na reflexão que construímos a partir dessas falas.

Estamos cientes que toda reflexão é transitória, é constituída em um determinado tempo e espaço, e, por isso mesmo mutável. Reconhecemos, assim, as limitações das reflexões por hora apresentadas. Sabendo, portanto, da importância de se reescrever,

sempre que necessário, os significados da experiência de mulheres, em especial de mulheres donas-de-casa. Essa é a contribuição a qual nos propusemos.

### **6.1. Para valorizações futuras**

No processo de construção dessa pesquisa, muitas outras questões surgiram e, desejamos poder dar continuidade em outros estudos ou reflexões a respeito da condição feminina, em especial de donas-de-casa, numa ótica de gênero. Com a experiência adquirida na concretização deste avaliamos alguns fatores que devem ser contemplados em trabalhos futuros que se desdobrem sobre o tema.

O primeiro deles é buscar realizar pesquisas em outros contextos sociais. Isso inclui abrangermos os elementos raça, faixa etária, grau de escolaridade, condições de moradia, além da renda familiar com números mais precisos. Outro item que acreditamos ser merecedor de atenção especial é avaliar o ambiente e as condições de trabalho da mulher dona-de-casa. Isso envolve a estrutura física da casa, a sua relação com marido, com filhos(as), a dinâmica familiar e a satisfação geral com seu ambiente doméstico, seu local de trabalho.

Por fim, mas talvez ainda mais importante, em pesquisas futuras desejamos, até mesmo em consonância à metodologia feminista, buscar dirimir a reprodução da relação de poder entre pesquisador(a)-participantes. Queremos compartilhar o processo de análise dos dados com as entrevistadas, parceiras do trabalho, para construir realmente um saber compartilhado, dialogado. A intenção é que o(a) pesquisador(a) não fique num lugar de saber, mas sim que busque estratégias para quebrar paradigmas construídos por uma cultura dominante, masculina, rica e branca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albornoz, S. (2002). *O que é trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Alves, B. (1980). *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Alves-Mazzotti, A. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-652.

Andrade, L., Viana, M. & Silveira, C. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(2), 43-54. Recuperado em 15 ago. 2007, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

Araújo, C. & Scalon, C. (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Araújo, T., Pinho, P. & Almeida, M. (2005). Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sócio-demográficas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde e Maternidade Infantil*, 5(3). Recuperado em 21 mar. 2007, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

Ardaillon, D. (1997). *O salário da liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença*. São Paulo: Annablume.

Bachelor, A & Joshi, P. (1986). *La méthode phénoménologique de recherche in psychologie*, Québec: Université Laval.

Badinter, E. (1985). *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1980).

Badinter, E. (1986). *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. (C. Gomes, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1986).

- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado*. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2003).
- Bardwick, J. (1981). *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas*. (W. Roselli, Trad.) São Paulo: Difel. (Trabalho original publicado em 1979).
- Barroso, C. (1982). *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Unicef e Editora Brasiliense.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. (M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1998).
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo. Vol.2* (2a ed.). (S. Milliet, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Biasoli-Alves (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239.
- Bouglé, C. (1973). O sistema de castas. Em O. Ianni (Org.), *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 89-99). São Paulo: Editora Nacional.
- Bourdieu, P. (1998). Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. Em Daniel Lins (Org.), *A dominação masculina revisitada* (pp. 09-27). (R. Ferreira, Trad.) Campinas: Papirus. (Trabalho publicado original em 1998).
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. (M. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 199-).
- Brandão, H. (2004) *Introdução à análise do discurso* (7a ed.). Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Brito, J. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(01), 195-204.

- Bruschini, C. (1985). *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel.
- Bruschini, C. (1995). Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. *Reflexão sobre gênero e fecundidade no Brasil*. Recuperado em 02 jul. 2006, da Family Health International: [www.fhi.org](http://www.fhi.org)
- Bruschini, C. (1996). Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta. Em M. Ligoeki, & M. Libardoni, *Discriminação Positiva – Ações Afirmativas: Em busca da igualdade* (2a ed.). (pp.87-118). São Paulo: Cfemea/las
- Bruschini, C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populares*, 23(2), 331-353.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990).
- Cappellin, P. (1996). Ações Afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. Em M. Ligoeki, & M. Libardoni, *Discriminação Positiva – Ações Afirmativas: Em busca da igualdade* (2a ed.). (pp.13-31). São Paulo: Cfemea/Elas
- Chodorow, N. (1979). Estrutura familiar e personalidade feminina. Em M. Rosaldo & L. Lamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade* (pp.65-94). (C. Ankier & R. Gorenstein, Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Cox, C. (1973). Estamentos. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 239-261). São Paulo: Editora Nacional.
- Del Priore, M. (1997). *História das mulheres no Brasil* (2a ed.). São Paulo: Contexto.
- Diniz, G. (1999). Condição feminina – fator de risco para a saúde mental? Em M. Paz. & A. Tamayo. (Orgs.), *Escola, saúde e trabalho: estudos psicológicos* (pp. 181-197). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. Em W. Codo. (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp.138-195). Petrópolis: Vozes.

- Diniz, G. & Coelho, V. (2005). A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp.138-157). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Duran, M. (1983). *A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica*. (Y. Fernauto & W. Capper, Trans.). (Coleção Tendências, vol.5). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1983).
- Engels, F. (1973). A formação da burguesia. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 298-310). São Paulo: Editora Nacional.
- Fairclough, N. (1998). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Farias, Z. (1983). *Domesticidade: "cativo" feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé/CMB.
- Freyre, G. (2000). *Sobrados e Mocambos*. (12a ed.). Rio de Janeiro: Editora Record. (Trabalho original publicado em 1936).
- Fortes, I. (1998). Mulher e trabalho: entre a melancolia e o luto. *Estudos feministas*, 6(2), 286-303.
- Ghurye, G. (1973). Características do sistema de castas. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 100-135). São Paulo: Editora Nacional.
- Giddens, A. (2005). *Mundo em descontrolo*. (M. Borges, Trad.) (4a ed). Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1999).
- Goodrich, Rampage, Ellman & Halstead (1990). *Terapia feminista da família*. (R. Garcez, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1988).
- Halbwachs, M. (1973). A classe média. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*, (pp. 347-362). São Paulo: Editora Nacional.
- Kantowitz, B., Roediger III H. & Elmes, D. (2006). Ética na Pesquisa Em Psicologia. *Psicologia Experimental: Psicologia para compreender a pesquisa em psicologia*. (pp.

- 86-101). (R. Galman, G. Tomanari & L. Barba, Trads.). São Paulo: Thomson Learning Edições. (Trabalho original publicado em 19--).
- Lamphere, L. (1979). Estratégias, cooperação e conflito entre as mulheres em grupos domésticos. Em M. Rosaldo & L. Lamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade*. (pp.121-140). (C. Anker & R. Gorenstein, Trads.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lavinas, L & Nicoll, M. (2005). Direito previdenciário para donas-de-casa *versus* universalidade da proteção social do Brasil. *Revista Proposta, Fase*, no. 103/104, ano 28/29, 01-41. Recuperado em 03. agost. 2008, da Revista proposta: [www.ie.ufrj.br](http://www.ie.ufrj.br)
- Linhares, A. (2001). *Motivações e projetos de mulheres maduras, mães e adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. (M. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Macedo, J. (1999). *A mulher na Idade Média* (4ª ed). São Paulo: Contexto.
- Maineugneau, D. (1989). *Novas tendências em Análise do Discurso*. (S. Gallo & M. Moraes, Trads.). Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade de Campinas. (Trabalho original publicado em 1987).
- Marx, K. (1973). A gênese do capitalismo industrial. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 299-310). São Paulo: Editora Nacional.
- Marx, K. & Engels, F. (1973). As condições das transformações históricas. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 67-83). São Paulo: Editora Nacional.
- Matos, M. (1994). Porta adentro. Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. Em C. Bruschini & B. Sorj. (Orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil* (pp. 193 -212). São Paulo: Marco Zero e Fundação Carlos Chagas.

- Maturama, H. & Verden-Zoller, G. (1997). *Amor y juego. Fundamentos olvidados de lo humano. Desde el patriarcado a la democracia*. Santiago: Instituto de Terapia Cognitiva.
- Melo, H., Considera, C. & Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, 16(3), 435-454.
- Meusel, A. (1973). O proletariado. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 331-346). São Paulo: Editora Nacional.
- Miller, R. (2003). Ethical issues in psychological research with human participants. Em S. Davis. *Handbook of research methods in experimental psychology* (pp.127-150). Malden, MA: Blakwell.
- Miranda-Martins, A. (2006). *Casamento x trabalho: reflexões sob a ótica de gênero e do ciclo vital*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Moraes, C. (1997). *Dona-de-casa. A profissão invisível*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Muraro, R. (1989). A repressão dos valores femininos no mundo e na igreja. Pontos pra uma reflexão teológica. Em H. Ribeiro. *Mulher e dignidade: dos mitos à libertação* (pp.11-24). São Paulo: Paulinas.
- Muraro, R. (1992). *A mulher do terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 11(3), 647-654.
- Neves, S. & Nogueira, C.(2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.

- Nicolaci-da-Costa, A. (2007). O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 65-73.
- Ortner, S. (1979). Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? Em M. Rosaldo & L. Lamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade* (pp.95-120). (C. Anker & R. Gorenstein, Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Perlin, G. (2001). *Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Perlin, G. & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 17(2), 15-29.
- Porto, D. (2006). Bioética e qualidade de vida: As bases da pirâmide social no coração do Brasil. Um estudo sobre a qualidade de vida, qualidade de saúde e qualidade de atenção à saúde de mulheres negras no Distrito Federal. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília.
- Possatti, I. & Dias, M. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o Bem-Estar Psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(02), 203-301.
- Reed, E. (1980). *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. (M. Maranhão & E. Marie, Trans.). São Paulo: Proposta Editorial Ltda. e Editora Versus Ltda. (Trabalho original publicado em 1980).
- Rocha, D. & Deusdará, B. (2005). Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: Aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA*, 7(2), 305-322.
- Rocha-Coutinho, M. (2006). A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. *Estudos de Psicologia*, 11(1), 65-69.
- Rocha-Coutinho, M (1998). A Análise do Discurso em Psicologia: Algumas questões, problemas e limites. Em L. Souza, M. Freiras & M. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia: reflexões (im)pertinentes* (pp.319-348). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Rocha-Coutinho, M. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia da SBP*, 12(1), 2-17.
- Rocha-Coutinho, M. (2005). Variações sobre um antigo tema: A maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. Em T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e Casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp.122-137). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Roncaglio, C. (1996). *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania*. Curitiba: Editora Pinha.
- Rosaldo, M. (1979). A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. Em M. Rosaldo & L. Lamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade* (pp.33-64). (C. Anker & R. Gorenstein, Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Rosaldo, M & Lamphere, L. (1979). Introdução. *A mulher, a cultura e a sociedade*. (pp. 17-32). (C. Anker & R. Gorenstein, Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Sacks, K. (1979). Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. Em M. Rosaldo & L. Lamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade* (pp. 185-206). (C. Anker & R. Gorenstein, Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H.(1989). Relações de Gênero: violência masculina contra a mulher. Em H. Ribeiro. *Mulher e dignidade: dos mitos à libertação* (pp.25-42). São Paulo: Paulinas.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.

- Sardón-Filippini, M. (1987). A situação das empregadas domésticas na América Latina. Em Ebertova, Dumais, Gebara & Carr. *Mulher, Pobreza e Trabalho* (pp. 62-67). (Concilium/214 – Teologia Feminista). Petrópolis: Vozes/Concilium.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20, 71-99.
- Soihet, R.(1989). *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Soihet, R. (1997). Violência simbólica: Saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, 5(1), 7-29.
- Sombart, W. (1973). O homem econômico moderno. Em O. Ianni. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia* (pp. 311-330). São Paulo: Editora Nacional.
- Steiner, M. (2005). Saúde mental das mulheres: o que não sabemos? *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Editorial. 27(Supl II): S41-2. Recuperado em 04 fev. 2008, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- Triviños, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Troiano, C. (2007). *Vida de equilibrista: dores e delícias da mãe que trabalha*. São Paulo: Pensamento/Cultrix.
- Tumin, M. (1970). *Estratificação social. As formas e funções da desigualdade*. (D. Leite, Trad.). São Paulo: Livraria Pioneira Editora. (Trabalho original publicado em 1967).
- Turato, E. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa – definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*. 2(1), 93-108.
- Turato, E. (2005). Qualitative and quantitative methods en health: definitions, differences and research subjects. *Revista Saúde Pública*, 39(3). Recuperado em 06 fev. 2008, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

Vianna, C. (2005). *Climatério e autovalorização: uma reflexão feminista*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Weinstein, B. (2006). "They don't even look like woman workers". Femininity and class in twentieth-century Latin America. *International Labor and working-Class History*. n. 69, Spring, 161-176.

**ANEXOS**



Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciências da Saúde  
Comitê de Ética em Pesquisa –CEP/FS

## PROCESSO DE ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Registro do Projeto: 141/2007

Título do Projeto: “Profissão: Do-lar. A (des) valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in) visibilidade do feminino”.

Pesquisadora Responsável: Luciana da Silva Santos

Data de Entrada: 03/12/2007.

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e do contexto técnico-científico, resolveu **APROVAR** o projeto 141/2007 com o título: “Profissão: Do-lar. A (des) valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in) visibilidade do feminino”. Analisado na 11ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2007.

O pesquisador responsável fica, desde já, notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 21 de dezembro de 2007.

Prof. Volnei Garrafa  
Coordenador do CEP-FS/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Faculdade de Ciências da Saúde  
Cep: 70.910-900

## **ANEXO II: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

### **Verificação de requisitos para caracterização da amostra:**

✓ Mulher, profissional do lar exclusivamente por um período contínuo mínimo de 10 (dez) anos. Casada, que tenha ao menos um(a) filho(a) e que não exerça qualquer tipo de atividade remunerada.

### **1) PERGUNTA DE ABERTURA**

Fala para mim de sua vida como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa.

### **2) PERGUNTAS SUPORTES**

#### **Eixo: História de vida**

Como era a família de origem?

Como era sua vida antes de casar-se?

O que você pensava em fazer/ser antes de se casar?

Já trabalhou fora ou exerceu alguma atividade remunerada anteriormente?

#### **Eixo: O trabalho doméstico**

O que significa ser dona-de-casa para você?

Quais as atividades que você realiza?

Você recebe ajuda para cuidar da casa? De quem? Com que frequência? Em que atividades?

Como você vê o seu papel?

Como você vê o seu papel para a vida de sua família?

Quais as vantagens que você vê em ser dona-de-casa, exclusivamente?

Quais as desvantagens que você vê em ser dona-de-casa, exclusivamente?

Você vê seu trabalho como uma profissão?

Como é pra você não ser remunerada por suas atividades? Gostaria de ser? Sente falta?

Como você acha que as pessoas percebem o seu trabalho?

Como você acha que a sociedade vê o trabalho da dona-de-casa?

Como você acha que as mulheres de diferentes classes sociais executam o trabalho doméstico?

### **Eixo: Saúde e bem-estar**

Como é o seu dia a dia?

Como é organizado o seu tempo?

Você tem horas de lazer? Como e quando são?

Como você se cuida?

Faz alguma atividade física?

Com que frequência vai ao médico ou a demais profissionais de saúde? Tem alguma doença?

Você acha que as atividades que você exerce afetam a sua saúde física? Como?

Na rotina do seu trabalho, quais sentimentos lhes são mais frequentes?

Você acha que as atividades que você exerce afetam sua saúde mental? Como?

Você é satisfeita com a sua vida?

### **Eixo: Gênero**

O que significa ser mulher?

Como avalia sua vida comparada a das mulheres que trabalham fora?

Como avalia sua vida comparada com a vida de seu marido?

Já pensou em trabalhar fora?

Você gostaria que algo fosse diferente? Como?

Por fim, gostaria de saber se há alguma coisa que não foi perguntado que você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

**ANEXO III: QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO****Dados pessoais:**

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Cor: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_  
Religião: \_\_\_\_\_ Praticante ( ) Sim ( ) não  
Casamento: Quantos: \_\_\_\_\_ Por quanto tempo: \_\_\_\_\_

**Dados do atual esposo:**

Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

**Dados do(s) filho(a):**

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

**Renda familiar mensal:**

( ) Até R\$ 420,00 ( ) De R\$ 421,00 a 1.260,00  
( ) De 1.261,00 a 2.420,00 ( ) De 2.521,00 a 4.200,00  
( ) De 4.201,00 a 6.720,00 ( ) De 6.720 à 8.400,00 ( ) Acima de 8.400,00

Quem contribui para a renda familiar: \_\_\_\_\_

Quantas pessoas vivem dessa renda: \_\_\_\_\_

#### **ANEXO IV: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada 'Profissão: Do-lar'. O estudo será realizado pela pesquisadora Luciana da Silva Santos, psicóloga clínica e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC), do Departamento de Psicologia Clínica, vinculado ao Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD.

O objetivo da pesquisa é compreender o(s) significado(s) que o trabalho doméstico tem para as mulheres donas-de-casa em diferentes classes sociais. Justifica-se por julgar necessário apreender a experiência de mulheres que desempenham exclusivamente a função doméstica, em espaço doméstico e sem remuneração.

Para que isso seja possível, serão realizadas entrevistas com mulheres donas-de-casa, pertencentes a diferentes contextos sócio-econômicos. Pretende-se realizar dois encontros com cada participante. No primeiro, será explicado o processo da pesquisa e resolução de questões legais; e no segundo, uma entrevista individual com perguntas previamente elaboradas. Estima-se que os encontros devam durar de 60 a 90 minutos, cada um. Após conclusão da mesma espera-se realizar outro encontro com cada uma das participantes para apresentar-lhes os resultados e esclarecer os mesmos.

Acredita-se que esta pesquisa não acarretará riscos nem benefícios diretos para as mulheres. No entanto, caso a(s) participante(s) ou a pesquisadora julgue necessário, serão disponibilizados os serviços da clínica de psicologia (CAEP) da UnB para encaminhamento e acompanhamento da mesma. A participação também poderá ser anulada ou interrompida caso seja verificado algum risco.

A participante poderá interromper sua participação a qualquer momento, assim como retirar seu consentimento, se for de sua vontade. Os resultados serão divulgados por meios onde a referida dissertação de mestrado for publicada.

A participante terá liberdade para entrar em contato com a pesquisadora a fim de obter qualquer tipo de explicação, pedir indicação de ajuda profissional caso julgue necessário e/ou para obter informações sobre o andamento da pesquisa.

Afirmamos o caráter confidencial e sigiloso de qualquer informação prestada por parte da participante na feitura desta pesquisa. E, ainda, que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é redigido em duas vias, uma para a guarda da(s) pesquisadora(s) e outra para a participante-colaboradora deste.

Eu, \_\_\_\_\_  
declaro que aceito participar voluntariamente desta pesquisa. Afirmo ainda, que autorizo a utilização das informações prestadas por mim para este estudo.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

**Pesquisadoras responsáveis pela pesquisa:**

***Luciana da Silva Santos***

Psicóloga CRP 01/10772 – Mestranda da UnB 07/16103

Telefone: (61) 84230995 - e-mail: lucianasantopsi@yahoo.com.br

***Gláucia Ribeiro Starling Diniz***

Professora de psicologia da UnB – Orientadora, PhD.

Telefone: (61) 33477746 - e-mail: gdiniz@unb.br

End: Departamento de Psicologia Clínica, ICC Sul, UnB.

-----  
**Comitê de Ética em Pesquisa:** Para consultas em relação à aprovação deste projeto de pesquisa  
Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde / UnB  
Telefone: (61) 33073799 - e-mail: cepfs@unb.br